



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO TERRITÓRIO
DOUTORADO EM GEOGRAFIA

ANA CLÁUDIA ALVES DE CARVALHO

**O MEIO NATURAL NA AMAZÔNIA PARAENSE: PAISAGEM, CONFIGURAÇÃO
ESPACIAL E DINÂMICA SOCIAL**

BELÉM-PARÁ
2021

ANA CLÁUDIA ALVES DE CARVALHO

**O MEIO NATURAL NA AMAZÔNIA PARAENSE: PAISAGEM, CONFIGURAÇÃO
ESPACIAL E DINÂMICA SOCIAL**

Tese de doutorado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientação: Prof. Dr. João Santos Nahum.

BELÉM-PARÁ
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C331m Carvalho, Ana Cláudia Alves de.
O meio natural na Amazônia paraense: paisagem,
configuração espacial e dinâmica social. / Ana Cláudia Alves de
Carvalho. — 2021.
172 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. João Santos Nahum
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em
Geografia, Belém, 2021.

1. Amazônia paraense. 2. Processos. 3. Paisagem. 4.
Configuração espacial. 5. Dinâmica social. I. Título.

CDD 325.3811

TESE DE DOUTORADO

O MEIO NATURAL NA AMAZÔNIA PARAENSE: PAISAGEM, CONFIGURAÇÃO ESPACIAL E DINÂMICA SOCIAL

ANA CLÁUDIA ALVES DE CARVALHO

Tese de doutorado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientação: Prof. Dr. João Santos Nahum.

Aprovada em: 26 de agosto de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Santos Nahum - Universidade Federal do Pará
Orientador

Prof. Dr. João Márcio Palheta - Universidade Federal do Pará
Examinador Interno

Prof. Dr. Karl Heinz Arenz - Universidade Federal do Pará
Examinador Interno

Prof. Dr. Josué da Costa Silva - Universidade Federal de Rondônia
Examinador Externo

Prof. Dr. Prof. Dr. Valter do Carmo Cruz - Universidade Federal Fluminense
Examinador Externo

Prof^a. Dr^a. Amélia Regina Batista Nogueira - Universidade Federal do Amazonas
Examinador Externo

*Aos povos da Amazônia, os que já partiram e aos
que sobrevivem a violência do latifúndio.*

AGRADECIMENTOS

A Deus pai e mãe que me sustenta diariamente, e que pela graça me conduz a cada dia. A minha mãe, Maria Eugênia Barbosa Alves minha companheira, meu braço direito, minha inspiração. Ao meu pai José Maria Alves de Carvalho, pelo apoio e carinho. Ao meu irmão e as minhas tias Nina e Nilce que sempre me incentivaram, em especial ao meu tio Joaquim de Souza Pinheiro (in memoriam) por sempre contribuir a minha educação. Lembro com muita gratidão todos os cadernos, mochilas, canetas e lápis que ganhava de meus familiares a cada início de ano letivo, como estes materiais foram importantes na minha caminhada escolar até a entrada na faculdade, onde nada me faltou.

Aos amigos e amigas que somam essa rede de apoio cuja força me impulsiona a seguir a tão sonhada carreira acadêmica, agradeço ao Denis Assunção, Sulimam Sady e Romilson Alcantra, os trago comigo desde a graduação. A Geise Corrêa, Vilson Junior e Lina Souza por estarem ao meu lado diariamente e sempre me ouvirem. Aos amigos da igreja que dividem seus sonhos e me ajudam a fortalecer a fé e a esperança em dias melhores. Muito obrigada por me mostrarem a leveza da vida e o valor da amizade.

Este trabalho é fruto de um esforço coletivo, e divido essa experiência de vida acadêmica com todos os integrantes do Grupo de Pesquisa: Dinâmicas territoriais do espaço rural da Amazônia paraense, aos que já passaram pelo grupo Kamila Rêgo, Elvecia Noletto, Herbert Souza, Leonardo Vieira e Alan Nunes. Aos colegas que foram fundamentais nesses últimos anos Jakeline Brito, Mílvio Ribeiro, Cleison Bastos, Joelma de Oliveira e Carlos Mascarenhas. Nesta caminhada de formação entre aulas, seminários, orientações coletivas, reuniões, discussões de textos, apresentações de artigos, trabalhos de campo, aplicação de questionários, seminários de iniciação científica, relatórios, tabulação de dados, congressos e tudo que a vida acadêmica nos proporciona, deixo meu agradecimento de poder compartilhar todas essas experiências com vocês.

Em especial ao meu orientador Prof. Dr. João Santos Nahum agradeço imensamente por ser esta referência profissional para mim, pela seriedade e dedicação a ciência geográfica, pelo ser humano inspirador que sempre foi. Obrigada por acreditar que este trabalho seria possível, por acreditar que eu poderia me desenvolver superando minhas limitações, por todas as palavras de incentivo, puxões de orelha e conselhos nestes 12 anos de orientação e amizade. Agradeço a Deus todos os dias pela sua vida, e agradeço pelo nosso encontro.

Deixo aqui registrado ainda minha gratidão pela Universidade Federal do Pará, que foi durante todos esses anos minha segunda casa, me acolhendo como filha e me oferecendo muitas possibilidades. Entre elas as bolsas de iniciação científica, durante a graduação, as ajudas de custo a viagens para participação em eventos nacionais de geografia, auxílios de transporte para que eu conseguisse pegar quatro ônibus por dia me deslocando até o campus Belém. Tais fomentos foram fundamentais a minha permanência junto ao curso de geografia, sem eles não conseguiria concluir a graduação e realizar os planos de trabalho na iniciação científica.

Agradeço ao corpo docente da Faculdade de Geografia e Cartografia, assim como do Programa de pós-graduação em geografia – PPGEO, por contribuírem a minha formação, por desempenharem suas profissões com tanto carinho e empenho, nos fazendo compreender a importância da ciência em nosso país, e da necessidade de se pensar a geografia da Amazônia. Nestes tempos difíceis que vivemos em 2021, onde precisamos defender o ensino público e o saber científico com mais ímpeto. Por fim, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por fornecer o apoio financeiro para a realização desta pesquisa nestes quatro anos. Meu profundo agradecimento a todos e todas. Vamos em frente!

“Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade. Enquanto isso [...] fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo que eu consigo pensar é natureza”.

Ailton Krenak

RESUMO

CARVALHO, A. C. A. O MEIO NATURAL NA AMAZÔNIA PARAENSE: paisagem, configuração espacial e dinâmica social. 2021. 172 f. Tese (Doutorado em geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

Esta pesquisa integra-se ao projeto construído pelo Grupo de pesquisa Dinâmicas Territoriais do Espaço Rural na Amazônia – GDEA, onde Nahum (2018) propõe a utilização de conceitos geográficos que possibilitem analisar geograficamente a Amazônia paraense e em específico seu processo de formação. De acordo com Nahum (2019) a Amazônia passou por uma sucessão e coexistência de meios geográficos, o meio natural sendo caracterizado pelas relações camponesas ligadas ao extrativismo; seguido de um meio técnico marcado por um período agrário ligado a atividades agropecuárias; e um meio técnico - científico - informacional sendo este rural, com atividades agroindustriais, compondo o quadro atual. Defende-se a ideia de que o meio natural ao qual a Amazônia passou compreende o período de 1616 a 1966. O ano de 1616 marca a fundação da cidade de Belém, e assim o início da formação da futura Companhia Geral do Pará e do Maranhão, definido como ponto de partida, e 1966 data o princípio da “Operação Amazônia”, conjunto de investimentos voltados para o desenvolvimento da região, como ponto de chegada. Tendo isso em conta, sustentamos a tese da existência de um meio natural na Amazônia paraense, busca-se construir uma periodização da Amazônia paraense, a fim de mostrar o movimento espacial que estruturou sua formação. Para isso, será caracteriza a paisagem, configuração espacial e dinâmica social nestes três séculos e meio, e assim singularizar o meio natural na Amazônia paraense. Pensar tal concepção exige-nos compreender que a existência dos meios geográficos caracterizados por Santos e Silveira (2001) são leituras espaciais que tem como referência a técnica. Busca-se nesta pesquisa ir além das contribuições, históricas, economicistas e sociológicas, no sentido de evidenciar a partir de uma periodização como a paisagem, configuração espacial e a dinâmica social de cada período possibilitou a Amazônia alcançar seu estágio atual. Pensando a metodologia analítica da pesquisa compreende-se que o espaço é a categoria fundamental para se compreender a ideia de período, evento e periodização em Santos (2008). Enquanto metodologia operacional, realizou-se revisão bibliográfica acerca da Amazônia paraense no período de 1616 a 1966, para assim construirmos a base de dados necessária ao entendimento da paisagem, configuração espacial e dinâmica social, da área de estudo. Incorporar a geografia no processo metodológico torna-se um desafio que se busca alcançar, no entanto, tem-se aqui uma tentativa.

Palavras-Chave: Amazônia paraense, processos, paisagem, configuração espacial e dinâmica social.

ABSTRACT

CARVALHO, A. C. A. THE NATURAL ENVIRONMENT IN THE PARAENSE AMAZON: landscape, spatial configuration and social dynamics. 2021. 172 f. Thesis (Doctorate in geography) – Postgraduate Program in Geography, Institute of Philosophy and Human Sciences, Federal University of Pará, Belém, 2021.

This research is part of the project developed by the research group Territorial Dynamics of Rural Space in the Amazon - GDEA, in which Nahum (2018) proposes the use of geographic concepts that make it possible to analyze the Amazon region of Pará geographically and specifically its formation process. According to Nahum (2019), the Amazon went through a succession and coexistence of geographical environments, the natural environment being characterized by rural workers relations linked to extractivism; followed by a technical environment marked by an agrarian period linked to agricultural activities; and a technical-scientific-informational environment, which is rural, with agro-industrial activities, making up the current panorama. The idea is defended that the natural environment to which the Amazon passed comprises the period from 1616 to 1966. The year 1616 marks the foundation of the city of Belém, and thus the beginning of the formation of the future General Company of Pará and Maranhão, defined as the starting point, and 1966 dates the beginning of “Operation Amazônia”, a set of investments aimed at the development of the region, as the point of arrival. Taking this into account, we support the thesis of the existence of a natural environment in the Amazon region of Pará, seeking to build a periodization of said area, to show the spatial movement that structured its formation. For this research, the landscape, spatial configuration, and social dynamics in these three and a half centuries will be characterized, and thus singularize the natural environment in the Amazon region of Pará. Thinking about such a concept requires us to understand that the existence of the geographic environments characterized by Santos and Silveira (2001) are spatial readings that have the technique as reference. This research aims to go beyond historical, economic, and sociological contributions, to raise evidence from a periodization as to how the landscape, spatial configuration and social dynamics of each period enabled the Amazon to reach its current stage. Considering the analytical methodology of the research, it is understood that space is the fundamental category to understand the idea of period, event, and periodization in Santos (2008). As an operational methodology, a bibliographical review was carried out on the Amazon region of Pará from 1616 to 1966, in order to build the necessary database to understand the landscape, spatial configuration and social dynamics of the study area. Incorporating Geography into the methodological process becomes a challenge that is sought to be overcome, however, here is an attempt.

Keywords: Amazon region of Pará; processes; landscape; spatial configuration and social dynamics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Sistematização dos períodos.....	27
Figura 2 - Terra Firme, Peru, Brasil e a terra das Amazonas.....	34
Figura 3 - Representação do sistema de eventos marcando as sucessões e coexistências entre meios geográficos.....	51
Figura 4 - A Igreja e convento Nossa Senhora do Monte do Carmo, construída em 1626.....	64
Figura 5 - Engenho de cana movido por hidráulica no século XVIII.....	69
Figura 6 - Reconstituição do sistema motriz movido a maré do engenho São José em Igarapé Mirim - PA.....	70
Figura 7 - Largo das Mercês, ao lado a Igreja e Convento Nossa Senhora das Mercês, construída em 1640.....	79
Figura 8 - Propagandas de edifícios comerciais em Belém.....	91
Figura 9 - Distribuição dos Tipos Culturais da América do Sul segundo Julian Steward.....	96
Figura 10 - Localização das tribos Jívaro, Sirionó, Waiwai, Camayura e Kayapó na área de terra firme na Amazônia.....	98
Figura 11 - Localização da aldeia Omagua, na area de varzea.....	99
Figura 12 - Distribuição geografica de três comunidades Jívaro, onde há agrupamentos de cinco a seis casas ao longo de um rio.....	102
Figura 13 - Relação entre a periodização de Roberto Santos (1980) e o período histórico brasileiro.....	116
Figura 14 - Índios Antis, retratados pela expedição de Paul Marcoy (1848-1860)	129
Figura 15 – Principais etnias citadas na região amazônica.....	130
Figura 16 – Vendedora em Belém do Pará	140

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Populações das principais vilas do médio e alto Amazonas.....	137
Tabela 2 - População do Pará e da Amazônia brasileira, anos escolhidos, 1840-1910.....	154

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização das igrejas, conventos e capelas construídos até 1800.....	65
Mapa 2 - Localização dos fortes no Grão - Pará de 1623 a 1755.....	68
Mapa 3 - Localização dos engenhos de cana-de-açúcar até 1759.....	72
Mapa 4 - Representação das fortificações existentes até 1792.....	77
Mapa 5 - Concentração dos objetos espaciais por volta do século XVIII.....	82
Mapa 6 - Mapa de localização das primeiras Missões na Amazônia paraense.....	106
Mapa 7 - Mapa de localização das primeiras Vilas na Amazônia paraense.....	111
Mapa 8 - Mapa de localização das primeiras povoações na Amazônia paraense.....	113
Mapa 9 - Coleção de representações: Missões, Vilas e Povoações na Amazônia paraense....	114
Mapa 10 - Mapa de localização das cidades fundadas na Amazônia paraense entre 1808 a 1961.....	118

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Revisão Bibliográfica sobre a Amazônia paraense	37
Quadro 2 - Periodização de Caio Prado Junior, na obra “História Econômica do Brasil”.....	38
Quadro 3 - Periodização de Roberto Santos na obra “História Econômica da Amazônia”.....	39
Quadro 4 - Classificação de algumas línguas indígenas.....	131

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAPES - Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior

CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FORTRAM - Formação territorial rural da Amazônia

GDEA - Grupo de Pesquisa Dinâmicas territoriais do Espaço Rural na Amazônia

GPS - Global Positioning System

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PPGEO - Programa de Pós-Graduação em Geografia

SPVEA - Superintendência do plano de valorização econômica da Amazônia

SUDAM - Superintendência de desenvolvimento da Amazônia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I - O QUE SIGNIFICA PERIODIZAR GEOGRAFICAMENTE A AMAZÔNIA PARAENSE.....	31
1.1.Periodizações da Amazônia paraense.....	32
1.2.O conceito de meio geográfico.....	44
1.2.1. Meio natural para a Amazônia paraense.....	48
1.3. Período, Evento e Periodização.....	49
1.3.1. Periodização.....	52
CAPÍTULO II - A PAISAGEM DO MEIO NATURAL NA AMAZÔNIA PARAENSE.....	57
2.1. A Paisagem.....	58
2.2. Intencionalidades que moldam a paisagem, o espaço e a vida – 1616 a 1755	60
2.2.1. Aspectos da paisagem.....	61
2.3. Reformas pombalinas, novas perspectivas – 1756 a 1822.....	73
2.4. A partir do fim dos diretórios e fim da colônia – 1823 a 1966.....	85
CAPÍTULO III - A CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DO MEIO NATURAL NA AMAZÔNIA PARAENSE.....	92
3.1. A configuração espacial	93
3.2. As formas espaciais dos dois primeiros séculos da Amazônia paraense.....	94
3.2.1. Traços espaciais antes do contato, na terra firme e várzea.....	95
3.3. Novos processos, nova configuração espacial.....	103
3.3.1 Configuração espacial em constante transformação.....	107
3.4. Amazônia paraense e sua nova configuração espacial estatal.....	110
3.4.1. O Estado do Grão-Pará e Maranhão e seu desmembramento em 1772.....	119

CAPÍTULO IV - A DINÂMICA SOCIAL DO MEIO NATURAL NA AMAZÔNIA

PARAENSE.....	124
4.1. Dinâmica Social	126
4.2. Dinâmica social antes do colonizador.....	126
4.3. O Estado português, os missionários e o projeto colonizador.....	134
4.4. Uma nova dinâmica social.....	137
4.4.1. O negro no Pará.....	138
4.5. O Caboclo amazônico.....	145
4.5.1. A presença dos migrantes na Amazônia.....	147
4.6. Traços das sociedades amazônicas.....	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS	157
REFERÊNCIAS	166

INTRODUÇÃO

Esta introdução tem como objetivo definir alguns traços referentes a estrutura da pesquisa, sua base teórico metodológica, a fim de delimitar os caminhos percorridos para fundamentar a análise. Iniciamos com uma aproximação ao leitor, com o objetivo de demonstrar como esta trajetória da pesquisadora influencia diretamente no corpo desta investigação. Compreende-se a importância do pensamento geográfico na formação da pesquisadora e do ser humano por trás da pesquisa. Este seria então o momento em que narramos a origem das discussões e análises que serão apresentadas no decorrer da tese e que se iniciaram através dos caminhos seguidos no campo acadêmico, as dúvidas e angústias de uma eterna estudante de geografia, cresceram se imbricando com suas paixões.

Os desafios que a ciência geográfica nos apresenta desde os primeiros anos de estudo no ensino básico, construíram uma admiração pelo que ela poderia oferecer enquanto uma concepção de mundo, despertando interesse, seguir este caminho em uma graduação parecia um desejo latente, porém ainda não se tinha noção da complexidade que explorá-la evidenciaria no decorrer do caminho. Um caminho difícil, mas encantador que não foi seguido sozinho. Foi compartilhado com o Grupo de Pesquisa Dinâmicas Territoriais do Espaço Rural na Amazônia (GDEA), ainda em 2009, fazer parte de um grupo de pesquisa que oferecia um mar de possibilidades, era a abertura de uma porta que possibilitaria o desenvolvimento pessoal e intelectual incalculável e que mesmo sem ter a dimensão da importância e responsabilidade foi aceito.

Pensar a geografia e refletir sobre “Ensinar pela pesquisa: uma proposta metodológica para o ensino de geografia” foi o primeiro projeto desenvolvido, tendo em mente propor a prática da pesquisa como recurso metodológico para construção de um saber significativo, de conceitos e categorias geográficas, nesse momento uma maior aproximação foi necessária das categorias o que fundamentou esse primeiro contato, a pesquisa e a vida escolar juntaram-se formando uma dupla, gerando resultados positivos de aprendizagem.

No ano seguinte desenvolveu-se o projeto intitulado “Gestão do território e política no município de Barcarena (PA)” onde abordamos a relação entre gestão do território e política no município de Barcarena, estado do Pará. O projeto tinha como um dos objetivos caracterizar a relação entre gestão do território e política no município de Barcarena; verificar se os programas, planos e políticas, contidos nos planos plurianuais 2002-2005 e 2006-2009 respondiam às demandas da população. Este projeto possibilitou uma maior descoberta no que tange aos usos do território, a geografia política e os primeiros passos na geografia agrária, a construção deste referencial teórico que vai de Milton Santos, Claude Raffestin, Iná Elias de

Castro e José de Souza Martins, entre outros autores auxiliaram neste processo de leitura da realidade.

Nos três anos seguintes o GDEA se desafiou a pesquisar “Usos do Território, Agronegócio do dendê e modo de vida quilombola na Amazônia: estudo da microrregião de Tomé-Açu (PA). O projeto objetivava a investigação dos impactos da expansão da dendeicultura na microrregião de Tome-Açu, sobre o modo de vida das comunidades quilombolas. Onde executou-se um plano de trabalho e assim como aos demais bolsistas, os desafios se apresentavam maiores, os numerosos trabalhos de campo, entrevistas, aplicação de questionários, a utilização de GPS, escrever inúmeros relatórios, transcrever entrevistas, construir artigos, escrever resumos para submeter a eventos locais e nacionais, apresentar em forma de comunicação oral os resultados da pesquisa, e a organização de eventos geográficos, foram alguns dos desafios que se apresentaram.

Todo esse processo aliado às discussões de livros, artigos, dissertações e teses onde podíamos refletir sobre questões referentes aos temas em comum no grupo de pesquisa, de maneira que fundamentasse teoricamente nossas abordagens. As reuniões com o orientador e coordenador do grupo Prof. Dr. João Santos Nahum foram muitas, desde o primeiro projeto ele soube encorajar a todos no processo de desenvolvimento que passamos, sendo inspiração como ser humano, profissional e colega de trabalho. As atividades como bolsista de iniciação científica eram realizadas sempre de maneira prazerosa e que diante das dificuldades buscou-se sempre exercer com disciplina e seriedade.

Juntamente com este projeto nasce meu trabalho de conclusão de curso denominado “O período do Dendê no estado do Pará” que refletia o esforço de compreensão da periodização proposta por Milton Santos, onde periodizávamos a dendeicultura como evento, que reorganiza os lugares onde aporta, funda uma presença absoluta, onde se instala há mudança, a cada novo acontecer as coisas preexistentes mudam, seu conteúdo e sua significação. Este trabalho transformou-se em artigo o qual foi apresentado e publicado em anais de eventos e como um capítulo de livro.

Após a conclusão do curso a caminhada atrelada ao grupo de pesquisa continuou, agora como colaboradora, auxiliando nos trabalhos de campo, tabulação de dados e discussões em grupo, neste momento desenvolvia o projeto “Dendeicultura, comunidades tradicionais e segurança alimentar na Amazônia Paraense”, enfocamos as relações entre dendeicultura, comunidades tradicionais e segurança alimentar na Amazônia paraense. Trabalhamos neste período parte da obra de Josué de Castro e Jean Ziegler com o livro “Destruição em Massa”, ali

a dendeicultura alcançava seu ápice de produção e área plantada no estado, sua relação com as comunidades tradicionais e quilombolas era um dos pontos chave de investigação, ela dava indícios que alguns traços do modo de vida dessas populações se transformavam em função do trabalho com o dendê.

Daí nasce o projeto que em dois anos transformou-se em dissertação de mestrado, chamado “O trabalho e as metamorfoses no espaço agrário a partir da dendeicultura em Tomé-Açu (PA): estudo de caso da Vila Forquilha”. Vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) como bolsista do Conselho Nacional de desenvolvimento científico e tecnológico (CNPQ), agora as cobranças eram maiores, o percurso a seguir era bem mais perigoso, conseguir desenvolver tudo que se objetivou em dois anos, enfrentando meus próprios medos e inseguranças, e assim construiu-se esta dissertação contando com o apoio do GDEA e orientação do professor Dr. João Nahum seguimos em frente.

As certezas eram poucas diante do vasto campo científico oferecido pela geografia da Amazônia, que possui vínculos na geografia agrária e na geografia política, campos que se imbricam diante da complexidade que não precisa ter uma única definição, mas sim se deve aprofundar a fim de compreender os processos e cenários da realidade. A vila Forquilha, localizada no município de Tomé-açu (PA), se apresentava com metamorfoses espaciais e no trabalho, imbricadas como que em um calidoscópio, as transformações dadas a partir da introdução de novas formas de trabalho deram a ela novas configurações espaciais.

Os resultados desta pesquisa foram publicações em periódicos, capítulo de livro, apresentações em eventos internacionais e nacionais, palestras, muito se caminhou após ela, que serviu de base para pesquisas de outros autores, contribuindo para a formação de uma base de trabalhos que investigam as dinâmicas territoriais do espaço rural na Amazônia paraense. Após fechar esse ciclo, passamos a caminhar em direção a novos projetos, que nos ajudassem a desenvolver novas leituras da geografia e contribuir para esta desafiadora ciência na Amazônia.

O desafio de compreender a Amazônia já se fazia presente desde os primeiros anos de pesquisa, os autores lidos, os inúmeros eventos frequentados, mesas e palestras assistidas, era preciso continuar debruçando-se sobre as heterogeneidades existentes nesta vastidão espacial que é a Amazônia, porém agora de maneira mais aprofundada. Diante disso, o GDEA lança após seus dez anos de atuação na pesquisa um novo projeto intitulado “Formação territorial e rural da Amazônia paraense”, onde investigar a sucessão e a coexistência dos meios geográficos na Amazônia paraense se constituía um novo desafio, abraçado pelo grupo.

Para tanto, Nahum (2018) propõe o desafio de analisar geograficamente a Amazônia paraense e em específico seu processo de formação espacial utilizando conceitos geográficos que possibilitem essa leitura, como fundamento aproximando-se dos conceitos de período, meio geográfico e evento de acordo com Santos e Silveira (2001), buscando identificar a sucessão e coexistência dos meios geográficos no Brasil.

Pensar tal concepção exige-nos compreender que a existência dos meios geográficos caracterizados por Santos e Silveira (2001) são leituras espaciais que tem como referência a técnica, por esse motivo os autores propõem um meio natural por entender que desde os primórdios da história a base material dos grupos humanos pode ser chamada de meio natural. Entretanto, compreende-se que o conceito de meio natural é ainda insuficiente e precisa ser melhor analisado, através da construção de exemplos de realidades que demonstrem características de um meio natural singularizado.

Surge assim a ideia de construir a análise dos meios geográficos para a Amazônia paraense. Nahum (2019) considera que a Amazônia passou por essa sucessão e coexistência de meios geográficos, entretanto se afasta de Santos e Silveira (2001) apresentando novos elementos característicos ao tempo e espaço amazônico que se diferencia do contexto brasileiro escrito pelos autores. Para Nahum (2019), o meio natural caracterizou-se pelas relações camponesas ligadas ao agroextrativismo; em seguida tornou-se um meio técnico marcado por um período agrário ligado a atividades agropecuárias e extrativistas; e por fim, um meio técnico - científico - informacional inaugurando o rural, com atividades agroindustriais.

Foi assim que, tal como Prado Junior (2006) compreendemos que por motivações políticas, ainda no primeiro período da história brasileira a colonização portuguesa ocupa e funda em 1616 a atual cidade de Belém do Pará, na foz do grande rio. O grande rio de regime fluvial irregular, alaga imensas áreas deslocando o solo de suas margens, sua mata densa e semi-aquática são alguns dos fatores descritos pelo autor que demonstram um território, ao homem só restaria a submissão as contingências naturais.

Espaço e meio geográfico se confundem em sua complexidade. O meio natural contendo os modos de vida e o conjunto de formas estabelecidas por eles. O meio ditava as regras do cotidiano da vida humana, muito antes do processo de colonização, e isso se mantém com a chegada dos colonizadores, propondo uma agricultura ao povo que possuía uma relação com a natureza diferenciada. Emergem assim os desejos de imprimir no espaço novas intencionalidades, transforma-lo de maneira que este pudesse responder aos anseios a que este meio passará a ser submetido.

A presença de gêneros naturais aproveitáveis como o cravo, a canela, a castanha, a salsaparrilha, o cacau, os vários tipos de madeira, as diversas espécies de peixe, as caças compunham o leque de artigos utilizáveis para comercialização. Através da extração destes artigos a colonização amazônica construirá seu alicerce. Os indígenas foram a mão-de-obra em um primeiro momento, com o passar do tempo e após inúmeros conflitos e massacres alguns grupos foram cedendo ao trabalho, que já lhes era familiar. Penetrar a floresta, os rios, para assim colher os produtos e capturar os peixes, pois estes conseguiam remar longas distancias em suas embarcações, além de conhecer a região melhor do que qualquer outra pessoa (PRADO JUNIOR, 2006).

Estes são alguns traços do processo de formação territorial e rural do que chamamos de Amazônia paraense, lugar que sofrerá bruscas transformações ao atender as aspirações do mundo que naquele momento vivia uma expansão marítima e abertura comercial, em busca de recursos naturais que pudessem garantir a comercialização. Diante de questões políticas, conflitos entre as nações que aqui já aportavam, entre os grupos nativos e as ambições dos colonizadores estão um grande leque de contradições de ideologias e culturas, formas de ver o mundo que se traduzirão na maneira como se relacionam entre eles e a natureza. É a partir deste cenário que se inicia o trajeto do que propomos ser uma “interpretação geográfica” da formação territorial da Amazônia paraense.

Esta pesquisa integra-se ao projeto construído pelo GDEA onde se lança o desafio de construir uma leitura geográfica sobre a formação territorial da Amazônia. Para tanto, Nahum (2018) propõe a utilização de conceitos geográficos que possibilitem analisar geograficamente a Amazônia paraense e em específico seu processo de formação. Como fundamento tem-se a ideia de período, meio geográfico e evento de acordo com Santos e Silveira (2001), para identificar a sucessão e coexistência dos meios geográficos no Brasil.

A partir disso, considera-se que a proposta de Nahum (2019) precisa ser agora singularizada, de acordo com as variáveis para caracterizar o meio natural na Amazônia paraense, de modo que as particularidades dos processos sejam identificadas, pois são eles que imprimem as singularidades na paisagem, configuração espacial e dinâmica social. Esta proposta inédita vem a ser o objeto de estudo desta tese. Da mesma forma que Nahum (2019) se afasta de Santos (2008) e se volta para a Amazônia, pretende-se aqui oferecer uma contribuição que dê não só continuidade a tal construção teórica, mas que operacionalize através de um esforço metodológico, apresentar geograficamente o meio natural.

Assim, sustentamos como tese a existência de um meio natural na Amazônia paraense, estimado de 1616 a 1966, o qual será periodizado a fim de mostrar o movimento espacial que estruturou sua formação. Para tanto, busca-se construir uma periodização da Amazônia paraense caracterizando assim a paisagem, configuração espacial e dinâmica social nestes três séculos e meio. Dessa forma, especificamente, objetiva-se definir e caracterizar o meio natural na Amazônia paraense, dentro do período geográfico em que se insere, com base na paisagem, configuração espacial e dinâmica social.

Pensar tal concepção exige-nos compreender que a existência dos meios geográficos caracterizados por Santos e Silveira (2001) são leituras espaciais que tem como referência a técnica, por esse motivo os autores propõem um meio natural por entender que desde os primórdios da história a base material dos grupos humanos pode ser chamada de meio natural, entretanto a presença do homem já atribui valor social a esta base, além do que, toda ação supõe uma técnica, ou seja, não se pode falar de meio geográfico sem falar na noção de técnica, por esta razão é relativo o uso dos termos “natural” e “pré-técnico” para denominar este período.

Mesmo sendo denominado de meio “natural”, não se pode entendê-lo como formas primitivas de vida, a domesticação de animais e plantas sendo uma realidade não interferia no movimento de comando da natureza, as primeiras interferências do homem a ela através da técnica ainda eram “inofensivas”. “(...) a natureza triunfa e o homem se adapta. Era um período de acomodação e morosidade na relação com o meio, pois se permitia que a floresta voltasse a crescer durante algumas décadas, antes do plantio recomeçar num mesmo lugar” (Santos e Silveira, 2001 p.29).

Ainda de acordo com Santos e Silveira (2001) este meio natural foi sucedido por um meio técnico, e em seguida meio técnico - científico - informacional, entretanto tais transformações não se deram de maneira homogênea em todos os lugares, por isso, trata-se de sucessão e coexistência dos meios, a lugares em que o meio natural ainda se faz presente, enquanto que em outros o meio técnico - científico - informacional já se instalou. Da mesma maneira que em outros o meio técnico - científico - informacional ainda se encontra em processo de acomodação.

Nahum (2019) considera que a Amazônia passou por uma sucessão e coexistência de meios geográficos, ocorridos da seguinte forma: o meio natural sendo caracterizado pelas relações camponesas ligadas ao extrativismo; seguido de um meio técnico marcado por um período agrário ligado a atividades agropecuárias; e um meio técnico - científico - informacional sendo este rural, com atividades agroindustriais, compondo o quadro atual.

Temos assim a necessidade de melhor investigar cada um desses meios, pois cada um desses possibilitou que a Amazônia chegasse ao que hoje se configura.

Defende-se a ideia de que o meio natural ao qual a Amazônia passou compreende o período de 1616 a 1966 (NAHUM, 2019), sendo referente ao período em que o extrativismo se estabelecia enquanto atividade econômica, influenciando na construção do modo de vida dos povos que ali viviam, bem como do espaço que se moldava a partir das suas formas de trabalho. O ano de 1616 marca a fundação da cidade de Belém e assim o início da formação da futura Companhia Geral do Pará e do Maranhão, definido como ponto de partida, e 1966 data o início da “Operação Amazônia”, conjunto de investimentos voltados para o desenvolvimento da região, como ponto de chegada. A pesquisa enfatiza este horizonte temporal.

Neste período começam a ser criadas as condições para a acumulação primitiva do capital. A configuração deste período é fundamental, pois nele estão contidos os fundamentos que asseguraram a sucessão dos demais meios geográficos na Amazônia paraense. Nahum (2019) afirma que é nesse período que se institui a estrutura fundiária regional, assim como a economia agroextrativista e as classes sociais, sendo a partir disso que se define o papel da região na divisão internacional do trabalho. Há apropriação diferente e desigual da natureza, devido as diversas formas de uso do território, com isso os conflitos e disputas se fazem presentes.

A Amazônia neste período era povoada por diversos grupos indígenas que viviam em contato com a natureza, pois dependiam dela para viver, além de que reconheciam dela serem dependentes, a natureza ainda comandava as ações do homem, este por sua vez se utilizava apenas do seu corpo para desenvolver suas atividades. Nahum (2019) propõe uma noção de meio natural diferente de Santos (2008), em busca de caracteriza-lo afirma que para a Amazônia o meio natural não se traduzia somente pela harmonia, mas pelas tensões, disputas e conflitos inerentes à condição humana na apropriação da natureza e construção do meio natural.

A ideia que se tinha de um “paraíso perdido” na Amazônia não pode encobrir os conflitos e disputas pelos recursos existentes, territorialidades constituídas pelas diversas tribos, disputas por área, a fim de se utilizar dos melhores territórios com os melhores recursos, já ocorridos no meio natural. O extrair, plantar e cuidar já existia, mas não com o objetivo mercantil e sim para garantir sua existência. Um paraíso em abundância na sua biodiversidade, e uma riqueza inigualável vinda dos povos nativos. Características do meio natural para Amazônia proposto por Nahum (2019), que se afastam da proposta por Santos (2008) ao abordar o Brasil.

Na historiografia brasileira são encontradas periodizações condicionadas por ciclos econômicos, quase sempre tendo por base alguma cultura de destaque, como atividade econômica rentável, seja na agricultura ou no extrativismo. Segundo Costa (2012), esse tipo de abordagem se organiza tendo como apoio a noção de economia em geral. A contribuição de Simonsen (1927) em “História Econômica do Brasil”, traz a história colonial brasileira periodizada em ciclos baseados em commodities, estabelecendo assim: o “ciclo do pau Brasil”, o “ciclo do açúcar”, o “ciclo do ouro” e o “ciclo do café”.

Para a Amazônia seguiu-se a mesma ideia, porém, considerando a cultura que servia de ligação entre a colônia e a metrópole, ainda na primeira metade do século XVII com o “ciclo das drogas do sertão”, até 1755, quando é fundada a Companhia Geral do Grão-Pará e do Maranhão. Após isso um “ciclo agrícola” se seguiria impulsionado pela companhia, e em meados do século XIX a economia do látex se estabelece com o “ciclo da borracha”, um importante momento na história da região, até que se finda ao encontrar a concorrência nos seringais asiáticos.

Em busca de compreender que caminhos possibilitaram a estruturação da Amazônia, encontramos as obras de Prado Junior (2006) e Furtado (1959) tratando da colonização do Brasil e a sua história econômica, sendo suas contribuições conhecidas sobre esse período. No entanto, sobre a Amazônia paraense, que será a área de estudo temos apenas um pequeno trecho sobre a colonização no vale do Amazonas, tratado em traços rasos, tais obras contribuem para a compreensão do processo em âmbito nacional, como se estruturou a colonização nas demais regiões do Brasil.

Em Santos (1993) encontramos a história econômica da Amazônia, no período de 1800 a 1921, trabalhos como os de Rezende (2006), Gadelha (2002) e Reis (1993), tratam da conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial, deixando pistas quanto as definições das fronteiras no norte do Brasil e os desdobramentos disso. Em Barata (1973), encontramos uma narrativa a partir de objetos espaciais fundadores da dinâmica realizada entre a fundação de Belém até 1900. Em Chambouleyron (2010) e Tocantins (1982) têm-se obras que se aproximam de uma interpretação espacial a que se busca alcançar ao enfatizar traços da dinâmica social.

Já em Souza Junior (2009), e Costa (2012) temos interpretações históricas, econômicas e antropológicas. Cada uma delas trata do mesmo período a que se dedica a investigação, cada qual contribui nas minúcias de suas especificidades, mas que são importantes na interpretação deste momento histórico tão pouco priorizado nos estudos referentes a Amazônia. Souza Junior

(2009) garante em sua interpretação aspectos históricos das relações existentes no Grão-Pará dos anos de 1700, envolvendo os diversos atores que compõe o cotidiano, levantando elementos referentes a religião, política, negócios e guerras. O objetivo de Costa (2012) é outro, sua ênfase é em economia agrária, dessa forma, sua análise histórica perpassa pela economia, organizando a ideia de como cada ciclo econômico contribuiu para a estruturação do rural extrativista na Amazônia.

Diante da bibliografia pesquisada se apresentam diversos desafios, um deles é encontrar nas análises a “geografia” ou o “geográfico”, nos processos ocorridos no período investigado e na Amazônia paraense, o que exige prudência e criatividade metodológicas. Assim, propomos, a paisagem, configuração espacial e dinâmica social como fios condutores, como variáveis a serem caracterizadas durante a periodização. Trata-se de um esforço analítico de interpretação para serem identificados os processos que se espacializam no horizonte temporal que se deseja periodizar.

Busca-se nesta pesquisa ir além das contribuições, históricas, econômicas e antropológicas, no sentido de mostrar a partir de uma periodização como a paisagem, configuração espacial e a dinâmica social de cada período possibilitou a Amazônia chegar ao seu quadro atual. Não se trata de desprezar a contribuição dos demais campos científicos, pelo contrário, trata-se de partir de tais interpretações para fundamentar uma interpretação geográfica que ousa se debruçar no estudo do espaço como categoria geográfica principal, por isso propõe-se compreender a Amazônia pelo olhar dos meios geográficos (NAHUM, 2019). Dedicar-se a Amazônia paraense compreende adentrar as entranhas do passado, uma busca desafiadora do que aconteceu e deixou rastros que hoje são refletidos na paisagem, configuração espacial e dinâmica social.

Pensando a metodologia analítica da pesquisa compreende-se que o espaço é a categoria fundamental para se compreender a ideia de período e periodização em Santos (2008). Quando o autor fala de periodização é indispensável termos em mente a noção de regime e ruptura proposto, onde o regime é composto por um conjunto de variáveis funcionando harmonicamente, por um longo pedaço de tempo, cuja evolução não é homogênea, e sempre haverá desníveis entre as diversas variáveis. Ou seja, há uma organização que permite as coisas funcionarem durante certo período, apesar do movimento da sociedade. Quando tal organização entra em crise e deixa de ser eficaz, acontece ali uma ruptura. E assim surge um novo período, composto por outra organização das variáveis.

Podemos compreender que o ato de periodizar significa propor períodos, uma ferramenta para análise de determinado processo. Para isso, é importante definir quais variáveis e a função delas para cada um dos períodos propostos dentro da periodização, uma vez que todas têm importância na composição deste mosaico que é o período. Como destacou o autor, estudar apenas uma delas, traria uma limitação a análise. Diante da periodização e das diversas variáveis será apresentado como se estruturou a paisagem, a configuração espacial e a dinâmica social da Amazônia paraense neste horizonte temporal ao qual a pesquisa se debruça.

Caracterizar a paisagem, a configuração espacial e a dinâmica social neste período correspondem a um esforço metodológico que irá contribuir para a abordagem geográfica que se deseja desenvolver. Pois ao enfatizar tais aspectos tendo por referência as categorias geográficas evita-se realizar análise de contexto, e até mesmo de repetir interpretações anteriormente feitas pela história e/ou economia. Incorporar a geografia no processo metodológico torna-se um desafio que se busca alcançar, no entanto, tem-se aqui uma tentativa.

A análise da paisagem ajuda a compreender as relações localizadas em determinado espaço, que estão associadas à vida. A paisagem traz em si as marcas dos processos pelos quais aquele lugar já passou que se difere da configuração territorial que para Santos, (2008, p.83) “(...) é o território mais um conjunto de objetos existentes sobre ele; objetos naturais ou objetos artificiais que a definem”, tais objetos espacializados exprimem uma relação com o lugar e são explicados por ele, sendo também fundamental na análise espacial. Por fim, temos a dinâmica social, manifestando a junção dos objetos e ações construindo o movimento espacial, que também condicionam o espaço estando intimamente ligado a reprodução do espaço.

Podemos representar tais considerações a partir do modelo apresentado na figura 1, considerando o : 1º período, 2º período e 3º período inseridos em uma periodização, onde: Paisagem (P), Configuração Espacial (C) e Dinâmica Social (D) são as variáveis consideradas para empreender-se a análise, e dessa forma, compreender o movimento delas no espaço, produzindo o espaço e gerando possibilidades de realização para a vida, esta é uma tentativa de destacar alguns dos aspectos relacionados a periodização, que auxiliam a compreensão de quem busca construí-la. Considera-se necessário neste ponto da pesquisa, a fim de facilitar a leitura de cada período.

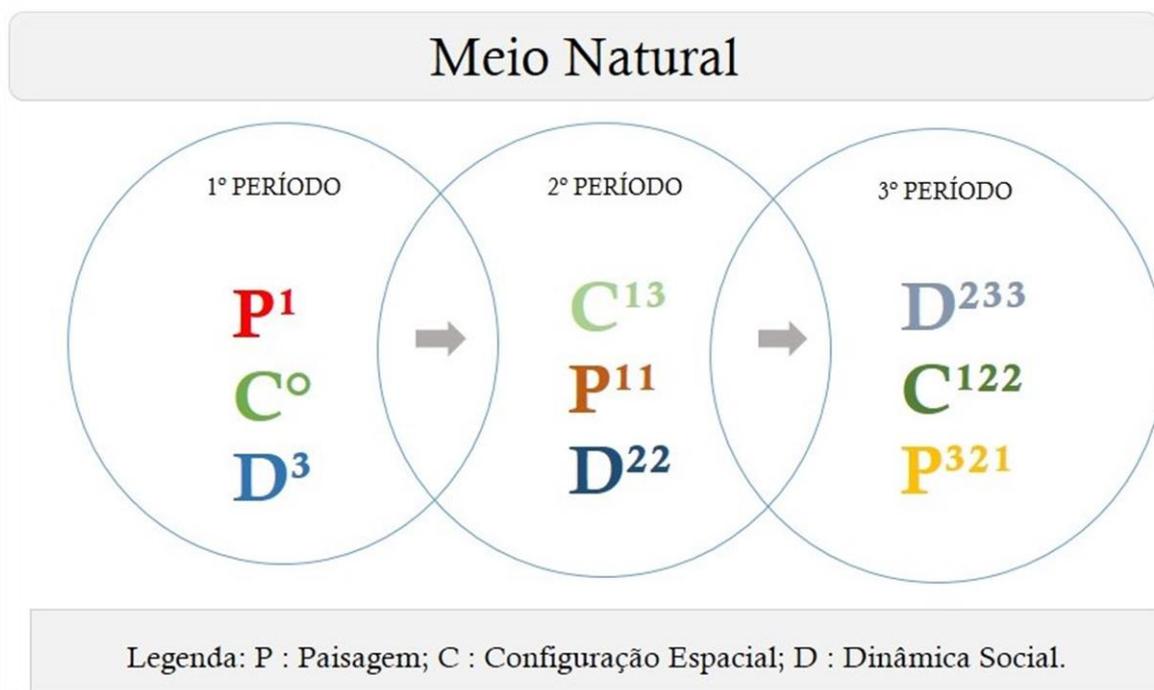


Figura 1 - Sistematização dos períodos Fonte: Santos (2001), organizado pela autora (CARVALHO, 2020).

No 1º período as três variáveis encontram-se cada uma com sua respectiva cor e característica correspondente, pode-se observar no 2º período, suas localizações mudam as características e cores também. Isso representa certa evolução, pois tais variáveis passaram por processos resultando no 2º período. O mesmo ocorre na passagem para o 3º período, onde há novamente um aumento nos valores das variáveis e mudança nas cores. Como visto anteriormente, estes valores podem ser alterados de acordo com a relação proposta em cada período.

Podemos visualizar que as mudanças em uma variável estão intimamente ligados aos condicionantes do período anterior. Em outros termos, sem a investigação do 1º período, seria mais difícil compreender os motivos que geraram as metamorfoses nas variáveis do 2º período. Assim, diz-se que a variável C¹³ se forma no 1º período, e se realiza no 2º, esse movimento que gera rebatimentos no espaço é o alvo da análise em cada período.

No 3º período a variável C¹²² possui valor diferenciado, além disso, D²³³ e P³²¹ passam a ganhar novos sentidos nessa organização, assumindo graus de importância diferentes neste período, as cores garantem que suas composições também são alteradas. Com isso, observa-se que as variáveis se alteram, porém, de certa forma, continuam presente P, C e D mudaram no

decorrer do tempo, seus graus de importância, e suas composições (cores). No entanto, continuaram sendo P, C e D, o objetivo aqui é demonstrar que dentro das suas mudanças, algo nelas permaneceu igual no decorrer do tempo.

Neste modelo hipotético construído com o objetivo de representar o movimento das variáveis em uma periodização, e, por conseguinte do espaço e seus elementos constituintes, podemos dizer que a representação do meio em transformação socioespacial foi desenvolvido em ordem crescente, apontando o crescimento de seus respectivos graus de importância, em cada período. Entretanto, isso também pode ocorrer de forma decrescente, quando há a diminuição das variáveis, ou perda de expressão das existentes.

Diante desta representação é possível observar o movimento de transformação espacial, e como este movimento se dá a cada período, contendo nele suas rupturas, sucessões e coexistências. Assim, indica-se uma proposta de operacionalização de uma proposição de periodização aplicável quando se objetiva apreender o processo de formação espacial. Além disso, é a partir desses fundamentos que podemos identificar a transição entre os períodos e os meios geográficos, ou seja, a passagem do meio natural para o meio técnico, do meio técnico ao meio técnico - científico - informacional.

Enquanto metodologia operacional realizou-se revisão bibliográfica acerca da Amazônia paraense no período de 1616 a 1966, para assim construirmos a base de dados necessária ao entendimento da paisagem, configuração espacial e dinâmica social, da área de estudo. Definimos dois momentos importantes para a execução da pesquisa. Em um primeiro momento, realizou-se a formação de uma base teórica sobre a noção de período, periodização e meios geográficos sob influência de Santos (2001, 2008), além do referencial teórico sobre os conceitos e paisagem, configuração espacial e dinâmicas sociais, em seguida, meios geográficos na Amazônia enfatizando a ideia de meio natural em Nahum (2018).

Um segundo momento, realizou-se investigação e levantamento bibliográfico sobre as obras que tratam da Amazônia em diferentes momentos de sua estruturação, começando pelas contribuições dos viajantes, com suas narrativas e incríveis descrições que construíram um imaginário do que a Amazônia podia ser. Logo após buscou-se analisar as obras que trataram da formação da Amazônia, em seu processo de colonização e estruturação como um todo, considerando o período investigado que corresponde de 1616 a 1966. Com isso, definiram-se quais obras seriam aprofundadas e como cada uma delas com seus focos diferenciados e dentro dos seus campos científicos ajudaria neste desafio que é propor uma periodização a luz da geografia.

Alguns entraves se apresentam na pesquisa como desafios a serem superados, o primeiro seria referente a dificuldade de se conceituar e estabelecer a Amazônia paraense, enquanto uma escala de análise não trabalhada por outros autores. Além disso, a construção da ideia de Amazônia só se estabelece muito recentemente, o que gera dificuldade de identificação na literatura revisada.

Da mesma forma, quando se trata de caracterizar a paisagem, configuração espacial e a dinâmica social, se apresenta uma gama de obras que convergem ao período, mas nem sempre nos oferecem dados consolidados, o que exige uma investigação minuciosa, que permita a análise. E por último, a falta de referências quanto a versão contrária a descrita pelo colonizador, que diversa vezes é trabalhada. Na história pouco se encontra sobre a versão dos demais atores, negros e indígenas, na formação da Amazônia.

Apresentamos esta pesquisa dividida em quatro capítulos, o primeiro capítulo intitulado **“O que significa periodizar geograficamente a Amazônia paraense”**, contendo após breve introdução, uma discussão sobre o que se entende por Amazônia paraense e a delimitação da área de estudo enquanto nosso campo de análise. Neste caso o estado do Pará, porém para compreendê-lo é necessário ir além dos seus limites territoriais e decifrar a gama de influências e forças externas a ele que o impulsionaram relacionando-o com a Amazônia em si. Em seguida apresentamos reflexões sobre o conceito de meio geográfico, onde a caracterização do meio natural aprofunda a proposição de Santos (2008), dando prosseguimento ao conceito de meio natural em Nahum (2019). E por fim, discutem-se os conceitos período, evento e periodização buscando definir os traços metodológicos desta pesquisa. Acredita-se que uma proposição nova como essa e desafiadora precisa ser bem fundamentada, recebendo a atenção neste capítulo.

No segundo capítulo denominado **“A paisagem do meio natural na Amazônia paraense”**, inicia-se a periodização. Apresenta-se uma discussão teórica sobre o conceito de paisagem, para assim definir os parâmetros que conduzirão a periodização, onde terá destaque os processos que mais se sobressaem quanto às transformações da paisagem. Assim, três subperíodos foram observados, o primeiro com a chegada dos colonizadores, dominação do meio, intencionalidades que moldam a paisagem, o espaço e a vida (1616 - 1755); um segundo com as reformas pombalinas, novas perspectivas, (1756 - 1822); um terceiro a partir do fim dos diretórios e fim da colônia (1823 - 1966).

No terceiro capítulo chamado **“A configuração espacial do meio natural na Amazônia paraense”**, apresenta-se a discussão teórica acerca do conceito de configuração espacial, para assim determinar os subperíodos da periodização, que demarcam os processos

definidores da configuração espacial. Para tanto, são enfatizadas três principais configurações espaciais presentes durante esse horizonte temporal na Amazônia paraense e com elas a formação das missões, aldeias, vilas, povoados, cidades e municípios. O desmembramento do Estado do Grão - Pará e Maranhão em 1772, a abertura dos portos em 1808, e a Lei de Terras em 1850, são leis que impulsionaram as transformações na configuração espacial.

No quarto capítulo, nomeado “**A dinâmica social do meio natural na Amazônia paraense**”, propõe-se discussão teórica a respeito da ideia de dinâmica social, onde se busca periodizar as dinâmicas sociais existentes nestes três séculos e meio. Destacando o papel dos agentes exercendo o poder, construindo dinâmicas que se espacializam ao somarem-se as demais variáveis do espaço. A imposição da contradição maior, a dominação portuguesa; a saída do poder das mãos dos eclesiásticos para os leigos; o processo de miscigenação e a formação da sociedade amazônica.

Assim, a partir das transformações na paisagem e como ela forma e transforma o espaço no período do meio natural. Na configuração espacial, a fim de conter os elementos fundadores da condição espacial da Amazônia. E na análise das diversas dinâmicas sociais existentes neste período, que se busca fundamentar a proposição da existência de um meio natural na Amazônia paraense.

CAPÍTULO I- O que significa periodizar geograficamente a Amazônia paraense.

Neste capítulo apresenta-se as bases teóricas desta pesquisa, alguns traços referentes a metodologia analítica e como se construiu a análise. Para tanto, inicialmente busca-se definir o que chamamos de “Amazônia paraense”, focando os limites e amplitudes que o termo possui. Em seguida, uma apresentação breve de algumas das obras que periodizaram a Amazônia em suas análises, dos processos de formação e colonização durante os três séculos e meio, a que se deseja investigar.

Este movimento almeja mostrar como os trabalhos sobre esta temática são referências importantes, (tanto que serviram de base para a periodização aqui proposta), entretanto, propomos uma interpretação geográfica da formação territorial da Amazônia paraense, através de uma periodização do meio natural, proposição ainda não realizada e que se buscou desenvolver.

Após isso, expõem-se os fundamentos teóricos que sustentam esta pesquisa, uma discussão sobre o meio geográfico, norteada na teoria de Milton Santos, onde se caracteriza o meio natural, meio técnico e o meio técnico - científico - informacional, seguidos das noções de período, evento e periodização. Estes pontos servem de sustentação aos demais capítulos, onde a periodização passa a ser apresentada. O objetivo é esclarecer pontos centrais da investigação a fim de sustentar a tese da existência de um meio natural, com grande relevância na formação territorial da Amazônia paraense.

1.1. Periodizações da Amazônia paraense.

Analisar a Amazônia é um desafio que deve considerar a pluralidade dos atores na tessitura espacial e a complexidade de seus lugares heterogêneos. Dependendo de qual ênfase dada a abordagem deve-se precisar metodologicamente de qual Amazônia estamos tratando. Delimitá-la enquanto Amazônia paraense não se trata apenas de uma questão de escolha nominal, nem de importar os limites existentes ao estado do Pará. Acreditamos ser ela resulta de diversas forças externas, que se relacionam com as internas, condicionando-a, e reproduzindo-se no espaço, que é o estado do Pará. Mas, este não pode ser pensado sozinho, como um espaço limitado, pois se tratam de processos que sofrem influência e ao mesmo tempo influencia diretamente a todos.

Por esse motivo, quando se trata da Amazônia paraense nesta pesquisa, fala-se de uma porção da Amazônia que não pode ser analisada isoladamente, considerando os limites administrativos do estado, além disso, deve-se considerar também que o Pará só se torna de fato

delimitado e separado do Maranhão em 1772, pois antes, os dois estados estavam na mesma unidade político administrativa. Toda a interferência externa em sua formação correspondia as intencionalidades mundiais até sua incorporação na divisão internacional do trabalho. Como afirma Nahum (2019) estamos diante de processos cuja origem, comando, e as intensões não estão no ente federativo chamado Pará, e chegam nele vindos de uma dimensão global, filtradas pelo nacional, traduzidas pelo regional e viabilizados pelo local.

Trata-se aqui de processos globais, nacionais e regionais, que tem como base o estado do Pará, mas alinhados as diretrizes políticas e econômicas exteriores ao estado, e que correspondem a um plano de intensões pensados para a Amazônia como um todo. Essa dimensão que imprimimos a Amazônia paraense está ligada diretamente ao sentido de Amazônia que nasce com a ideia de “Amazônia”, criada antes da sua existência efetiva, com um conjunto de idealizações e ideologias que se sobrepuseram em contradição ao espaço como era antes da colonização europeia.

Segundo Nahum (2019), refletir sobre este sentido de Amazônia é ter em mente que sua origem advém de todo um conjunto de imaginários criados neste período, de uma fonte de riquezas inesgotáveis, que poderiam ser acessados sem preocupação. A vocação da Amazônia é dada pelo colonizador que a incorpora dentro de um contexto mundial, como colônia de exploração, neste caso o território brasileiro todo. Consolidando mais tarde seu papel de fornecedor de matéria prima a metrópole portuguesa. Este sentido de Amazônia vai se transformando com a formação das instituições administrativas políticas, pode-se dizer que este sentido vai sendo reafirmado. Acreditamos que este sentido de Amazônia muda na passagem do meio natural para o meio técnico, ideia que será aprofundada mais à frente.

O imaginário de Francisco Orellana (1541-1542), Pedro Teixeira (1637-1639), Charles-Marie de La Condamine (1743) e outros viajantes ao escreverem cartas descrevendo a Amazônia em seus primeiros contatos com o novo mundo, são repletos de mitos alcançando o universo da fantasia para caracterizar um lugar já ocupado por grupos nativos, que desenvolviam suas atividades dentro das suas convenções e de seus traços culturais. Na figura 2 uma representação da Amazônia, do geógrafo L'Isle, Guillaume de 1675-1726, construída a partir de descrições de Herrera, Laet e Frs. d'Acuna e M. Rodriguez e em vários relatórios e observações posteriores.



Figura 2 - Terra Firme, Peru, Brasil e a terra das Amazonas.¹ Fonte: Cf. Tooley, Mapping of America, p. 27, no. 74 (1730 ed.); P-Maps, p. 798 (1741 ed.).

A Amazônia representada nas narrativas dos viajantes caracteriza-se como uma terra a ser ocupada, um vazio demográfico disponível a exploração, enquanto possibilidade de ser incorporada ao mercado, através de gêneros abundantes que lhes despertavam interesse. A Amazônia passa a receber os povos colonizadores que impõem a força um conjunto de normas que não faziam sentido ao lugar, mas que faziam parte do projeto de colonização, regulamentos eram necessários pelo fato de esta ser uma tentativa de incorporação da Amazônia ao mundo, era preciso que ela respondesse as expectativas, vemos isso na imposição da língua portuguesa em detrimento dos inúmeros dialetos indígenas que foram extintos.

¹ Novo Atlas, contendo todas as partes do mundo, no qual são registrados exatamente os impérios, monarquias, reinos, estados, republicas, etc. Por Guillaume de l'Isle. Primeiro Geógrafo de Sua Majestade. Em Amsterdã, Chez Jean Covens & Corneille Mortier, no Vygendam.

Como nos fala Reis (1993, p.79), “Irritou-se em carta a edilidade belemita, concitou-a a agir na difusão do idioma oficial. Em bando, proibiu, sobre penas rigorosas, o emprego das vozes locais.” Uma grande perda, mais um ato julgado como necessário, em que se lutava para dominar aquela sociedade, definir um idioma oficial era o objetivo. No processo de monetarização também se pode observar o esforço a implantação do dinheiro, torná-lo um elemento de circulação na Amazônia foi um desafio.

Oficialmente, a circulação começou em 1749. Nesse ano, remetidos de Lisboa para o estado do Maranhão e Grão-Pará os 80 contos de réis de moeda provinciais de ouro, prata e cobre, mandadas lavar na casa da moeda de Lisboa, por via do decreto de 12 de setembro de 1748, o governador Mendonça Gurjão deliberou, com as autoridades e moradores, em assembleia, o modo de pôr em circulação a parte de moedas que coubesse a Amazônia, por elas se trocando cacau.” (REIS, 1993, p. 102).

A instituição da língua portuguesa e da circulação do dinheiro formam dois elementos difíceis de serem impostos e que se estabeleceram a partir de muita dor e sofrimento. Estabelecidos sob rigorosas penas, impondo lógicas que aos poucos foram sendo assimiladas pelos nativos, e que transformaram a relação do homem com a natureza naquele espaço. Antes disso “(...) não circulava dinheiro amoadado. Tudo se pagava em gêneros: rolos de pano, novelos de fio, cacau e cravo. Até os vencimentos dos funcionalismos.” (REIS, 1993, p. 102). Traços que foram se perdendo com a circulação do dinheiro, ao longo do processo de monetarização da Amazônia.

A Amazônia paraense com sua biodiversidade e seus povos originários, desde os primórdios demonstrava suas aptidões que logo foram reconhecidas pelos europeus ao chegarem, no projeto de colonização iniciado em 1616, com o objetivo de tornar a colônia a mais rentável possível, observaram-se quais as culturas poderiam servir de carro-chefe comercial para serem exploradas. Assim, onde era possível se extrair, com grande diversidade de produtos se aproveitava, onde os produtos já não eram encontrados com tanta facilidade se investia na agricultura. A força de trabalho era o elemento fundador desses investimentos. Dessa maneira se inicia a produção do espaço que aqui chamaremos de “meio natural da Amazônia paraense” o meio delimitando as ações com seus condicionantes naturais que exerciam seu papel decisório na história do espaço Amazônico.

Considere-se que a produção do espaço anterior a 1616 se dava entre as populações aborígenes porem, seguia uma lógica interna a eles, sendo uma produção do espaço não voltada ao mercantilismo, o que passa a acontecer após o contato. Dessa forma temos a natureza em

seu estado mais originário, seguido de um meio natural aborígene, e então o meio natural comercial (NAHUM, 2019).

Buscando compreender os caminhos que possibilitaram a estruturação do meio natural na Amazônia, encontramos através de revisão bibliográfica um leque de obras que convergem e nos dão direcionamento para interpretar as diferentes abordagens priorizadas pelos autores. O levantamento bibliográfico realizado demonstra o percurso feito em busca de fundamentar a periodização construída, para tanto, destacou-se autores que se debruçaram a caracterizar a Amazônia e seu processo de colonização e assim a sua formação. Além das narrativas das expedições realizadas pelos viajantes que são ricas fontes de informações.

Os critérios utilizados para a revisão bibliográfica foram: encontrar obras que tratassem do mesmo tempo e espaço a que se busca caracterizar como meio natural, de 1616 a 1966, a Amazônia paraense; apresentar as pesquisas de autores que mais se destacaram neste horizonte temporal dentro de seus campos científicos, que foram provenientes da história, economia, sociologia e antropologia, trabalhos que se tornaram referências; e por fim, trabalhos que mais se aproximavam do que se buscou realizar nesta pesquisa. Entre elas temos em comum o fato de serem análises sobre o processo de formação, colonização e transformação da Amazônia.

Apresentamos abaixo no quadro 1 uma lista de obras que foram revisadas e classificadas por sessões, de maneira que pudessem demonstrar como se organizaram as periodizações e os trabalhos que efetivamente não são periodizações, mas que cumprem esta função ao delimitar através de suas análises períodos no horizonte temporal investigado (de 1616 a 1966). Tal levantamento não é exaustivo, tampouco de natureza epistemológica, mas somente no sentido de situar nosso esforço de periodizar dentro de um conjunto de pesquisas clássicas, que com maior ou menor intensidade propõem uma periodização da Amazônia. Diante do referencial bibliográfico levantado, dividimos as obras em: periodizações do Brasil, narrativas dos viajantes, contribuições de diversos campos científicos e periodizações da Amazônia e do Pará.

Quadro 1- Revisão Bibliográfica sobre a Amazônia paraense.

CLASSIFICAÇÃO	AUTOR	OBRAS
PERIODIZAÇÕES DO BRASIL.	CELSO FURTADO	FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL - LIVRO
	CAIO PRADO JUNIOR	HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL - LIVRO
	DARCY RIBEIRO	O POVO BRASILEIRO - LIVRO
	JOSÉ HONORIO RODRIGUES	TEORIA DA HISTÓRIA DO BRASIL - LIVRO
NARRATIVA DOS VIAJANTES.	ALAIN GHEERBRANT	EL AMAZONAS, UN GIGANTE HERIDO - LIVRO
	SPIX E MARTIUS	VIAGEM PELO BRASIL (1817-1820) - LIVRO
	CHARLES WAGLEY	UMA COMUNIDADE AMAZÔNICA - LIVRO
	HENRY WALTER BATES	UM NATURALISTA NO RIO AMAZONAS - LIVRO
	KASSIANE NASCIMENTO DA SILVA ALBUQUERQUE	PAISAGEM E REPRESENTAÇÃO: A AMAZÔNIA NOS RELATOS DO CASAL AGASSIZ (1865-1866) – DISSERTAÇÃO
CONTRIBUIÇÕES DE DIVERSOS CAMPOS CIENTÍFICOS.	JOSÉ ALVES DE SOUZA JUNIOR	TRAMAS DO COTIDIANO: RELIGIÃO, GUERRA E NEGÓCIOS NO GRÃO-PARÁ DO SETECENTOS. UM ESTUDO SOBRE A COMPANHIA DE JESUS E A POLÍTICA POMBALINA - TESE
	RAFAEL CHAMBOULEYRON	POVOAMENTO, OCUPAÇÃO E AGRICULTURA NA AMAZÔNIA COLONIAL (1640 – 1706) - LIVRO
	ALFREDO KINGO OYAMA HOMMA	HISTÓRIA DA AGRICULTURA NA AMAZÔNIA: DA ERA PRÉ-COLOMBIANA AO TERCEIRO MILÊNIO - LIVRO
	MANOELA CARNEIRO	HISTÓRIA DOS ÍNDIOS NO BRASIL - LIVRO
	NEIDE GONDIM	A INVENÇÃO DA AMAZÔNIA – LIVRO
PERIODIZAÇÕES DA AMAZÔNIA E PARÁ.	FRANCISCO DE ASSIS DA COSTA	FORMAÇÃO RURAL EXTRATIVISTA NA AMAZÔNIA- LIVRO
		A ECONOMIA COLONIAL DO GRÃO-PARÁ – ARTIGO
	MANOEL BARATA	FORMAÇÃO HISTÓRICA DO PARÁ – LIVRO
	ARTHUR CESAR FERREIRA REIS	A POLÍTICA DE PORTUGAL NO VALE AMAZÔNICO- LIVRO
		SÍNTESE DA HISTÓRIA DO PARÁ – LIVRO
		LIMITES E DEMARCAÇÕES NA AMAZÔNIA BRASILEIRA – LIVRO
		A AMAZÔNIA E A INTEGRIDADE DO BRASIL – LIVRO
	TADEU VALDIR FREITAS DE REZENDE	A CONQUISTA E A OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA NO PERÍODO COLONIAL: A DEFINIÇÃO DAS FRONTEIRAS – LIVRO
	ROBERTO SANTOS	HISTÓRIA ECONÔMICA DA AMAZÔNIA- LIVRO
	REGINA MARIA A. F. GADELHA	CONQUISTA E OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA: FRONTEIRA NORTE DO BRASIL – ARTIGO
	ERNESTO CRUZ	HISTÓRIA DO PARÁ – LIVRO
	JOÃO LÚCIO DE AZEVEDO	OS JESUÍTAS NO GRÃO-PARÁ: SUAS MISSÕES E COLONIZAÇÃO - LIVRO
	ANTÔNIO LADISLAU MONTEIRO BAENA	ENSAIO COROGRÁFICO SOBRE A PROVÍNCIA DO PARÁ - LIVRO
	MAURO CESAR COELHO	DO SERTÃO PARA O MAR UM ESTUDO SOBRE A EXPERIÊNCIA PORTUGUESA NA AMÉRICA A PARTIR DA COLÔNIA O CASO DO DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS 1750 A 1798 - TESE
BARBARA WEINSTEIN	A BORRACHA NA AMAZÔNIA: EXPANSÃO E DECADÊNCIA, 1850 – 1920 LIVRO	

	BETTY J. MEGGERS	A ILUSÃO DE UM PARAÍSO - LIVRO
	SAMUEL BENCHIMOL	AMAZÔNIA: FORMAÇÃO SOCIAL E CULTURAL – LIVRO
	LIA OSÓRIO MACHADO	O CONTROLE INTERMITENTE DO TERRITÓRIO AMAZÔNICO - ARTIGO

Fonte: Organizado pela autora. (CARVALHO, 2019).

Estas são algumas das obras que serviram de fundamento para as análises e construção da periodização de acordo com os interesses definidos nesta pesquisa. Observa-se que nenhuma delas trata especificamente do meio natural, entretanto, suas contribuições vão de encontro a ele, oferecendo subsídios a caracterização da paisagem, configuração espacial e dinâmica social deste meio. Algumas tratam da formação da Amazônia especificamente no período colonial, detalhando-nos as políticas que possibilitaram seu desenvolvimento.

Ao tratar da formação econômica do Brasil os trabalhos de Prado Junior (2006) e Furtado (1959) apresentam um leque de informações que servem de fundamento para demais pesquisas, pois contém leituras do processo de colonização do Brasil, considerando o aspecto econômico, para assim narrar como os ciclos econômicos influenciaram diretamente na construção do Brasil. Em Prado Junior (2006), mesmo sua obra sendo referente ao Brasil, observa-se no capítulo “Colonização do Vale Amazônico e a Colheita Florestal”, uma cronologia dos fatos narrados em forma de periodização, com isso, pôde-se construir o quadro 2, indicando os movimentos da configuração espacial e dinâmica social do meio natural.

Quadro 2 - Periodização de Caio Prado Junior, na obra “História Econômica do Brasil”.

1616	Anos seguintes	1755	1759	Anos seguintes	1850
		Reformas de Pombal			
		Abolida a escravidão dos índios			
Fundação de Belém.	Acúmulo de riquezas por parte da igreja e dos colonos.	É abolido o poder temporal dos eclesiásticos nas missões indígenas. As aldeias são entregues a administradores leigos, e os padres conservaram apenas os poderes espirituais.	Os jesuítas, que resistiram a secularização das aldeias, são expulsos de todos os domínios portugueses. Os carmelitas e as outras ordens se mostraram mais dóceis e foram conservadas.	Dispersão das aldeias e construção dos povoamentos.	Lei de Terras.

Fonte: Prado Junior (2006), organizado pela autora (CARVALHO, 2019).

Em sua contribuição encontram-se informações a respeito do movimento espacial e a dinâmica social, ao afirmar como as transformações de ordem institucional foram se dando, assim como a passagem do poder administrativo e da posse de terras, sendo processos

importantes na formação da configuração espacial. Destaca-se a transição do poder das mãos dos indígenas para a igreja, em seguida a perda de poder por parte dos missionários, o que demonstra a intencionalidade de impor um rigoroso controle do território, que era abundante em um primeiro momento e que passa a ser cerceado como estratégia de domínio. Diante da pouca atenção dada ao vale amazônico nesta obra, considerando a amplitude de sua pesquisa ao tratar do território brasileiro inteiro, compreende-se que os traços levantados em sua periodização foram de suma importância, pois consideram as disputas de poder que resultaram na configuração espacial construída.

Quando tratamos de trabalhos que consideram a Amazônia em específico, o seu processo de formação econômica, nos deparamos com a pesquisa de Santos (1980) que nos apresenta uma periodização que enfatiza os movimentos da economia da borracha na Amazônia, traçando períodos, considerando a renda interna e a população. O autor propõe uma periodização, que vai de 1800 a 1970, exposta no quadro 3, onde fica representada a dinâmica socioeconômica da Amazônia.

Quadro 3 – Periodização de Roberto Santos na obra “História Econômica da Amazônia”.

I-	FASE DA DECADÊNCIA	1800 – 1840
II-	FASE DA EXPANSÃO GOMÍFERA	1840 – 1910
III-	FASE DE DECLÍNIO	1910 – 1920
IV-	FASE NÃO CARACTERIZADA (RECUPERAÇÃO?)	1920 – 1940
V-	FASE DE MOVIMENTO MODERADO	1940 - 1970

Fonte: Santos (1980, p. 13-14).

Esta periodização possibilita observar as fases pelas quais a Amazônia passou. Cada fase demonstra o quão ativa foi a economia e o quão dinâmico foi o movimento populacional, itens importantes quando se trata da distribuição espacial da população na Amazônia. O período da borracha ganha forma nesta periodização como sendo um importante momento no meio natural, que economicamente tem grande peso na dinâmica social e configuração espacial na formação da Amazônia.

Em Reis (1993), autor de ampla relevância na Amazônia, que possui um conjunto de obras sobre a Amazônia, com esta em específico, fundamentou diversos trabalhos e tem seu destaque ao relatar questões referentes às políticas pensadas por Portugal, que foram efetivadas

no Vale Amazônico. Uma de suas contribuições corresponde a reverberação de cada uma dessas políticas, além de enfatizar a sua leitura da história do Pará. O autor não caracteriza sua obra como uma periodização, porém nos apresenta de forma cronológica uma listagem longa de políticas concretizadas na Amazônia, e suas datações, informações precisas de cada política e ações realizadas a fim de efetivar o projeto colonizador português.

Outra obra de grande relevância no estado do Pará é a de Barata (1973), encontramos um relato histórico de quem se debruçou a datar como em um diário os acontecimentos, chegadas e partidas ocorridas no Estado. Registros históricos importantes da produção e de marcos espaciais como a primeira loja Maçônica, a construção de uma Capela, a existência de um clube republicano no Pará, as primeiras ruas e a implantação da iluminação pública nelas. A divisão de sua obra não se dá por períodos, ela não é cronológica e sim a partir de objetos espaciais fundantes da dinâmica social entre a fundação de Belém até cerca de 1900.

Já Rezende (2006) e Gadelha (2002) tratam da conquista e ocupação da Amazônia brasileira no período colonial, para Rezende (2006) “[h]ouve uma clara política de estado apesar da escassez de recursos metropolitanos no sentido de empreender as ações necessárias para assegurar a posse daquele vasto território” (REZENDE, 2006, p.129).

O quadro abaixo demonstra claramente a implantação sistemática de fortificações defensivas na Amazônia colonial: Gurupá, em 1623; Desterro, em 1638; Araguari, em 1660; São Pedro Nolasco, em 1665; São José do Rio Negro, em 1669; Nossa Senhora das Mercês da Barra, em 1685; Santo Antônio de Macapá, em 1688; Paru, em 1693; Santarém, em 1697; Pauxis, em 1698; Casa Forte do Guamá, em 1726; Reduto do Macapá, em 1738; Fortim, em 1738; Bateria de Barcelos, em 1755; Curiaú, em 1761; São Gabriel da Cachoeira de Marabitanas, em 1762; Macapá, em 1765; São Francisco Xavier de Tabatinga, em 1770; Reduto de São José, em 1771; Bateria de Santo Antônio, em 1773; São Joaquim do Rio Branco, em 1777; Nossa Senhora de Nazaré de Alcobaça, em 1780; Bateria das Ilhas de Periquitos, em 1792; e Bateria das Ilhas de Bragança, em 1808 (REIS, 1948, p. 57 e 58 apud REZENDE, 2006, p.129).

Tais fortificações tiveram suas localizações definidas de maneira estratégica para a expansão do território português, além disso, as definições das fronteiras do norte do Brasil ocorreram com o propósito de impedir e afastar as incursões francesas. A presença da missão jesuíta do padre espanhol Samuel Fritz no norte do rio Amazonas influenciou diretamente nas decisões portuguesas. Na disputa pela ocupação do Rio Solimões, na conquista do Rio Negro, na expedição ao Rio Madeira, assim como na limitação da presença espanhola ao oeste do Rio Guaporé (REZENDE, 2006) Como complementa Gadelha (2002, p. 74):

Três fatores importam na compreensão da expansão das fronteiras portuguesas pela vastidão amazônica [...]. O primeiro fator, a que já nos referimos, é a realidade geográfica, expressa no *mito da ilha Brasil* e que diz respeito às raízes geográficas da expansão.

O segundo fator é, porém, menos conhecido dos historiadores brasileiros. Trata-se do regime dos ventos e das correntes marítimas, essenciais para a compreensão das possibilidades das navegações na época. Eles são explicativos também para o maior desenvolvimento comercial das capitanias do nordeste meridional, sobretudo Pernambuco, pois graças aos ventos era possível realizar a viagem entre Lisboa e Olinda-Recife em apenas quatro meses, dependendo da época do ano.

Questões referentes a conquista e definição das fronteiras e seus desdobramentos nestes processos são fundamentais na compreensão da formação territorial da Amazônia, oferecendo contribuições quanto a configuração espacial que irão se traduzir na dinâmica social da Amazônia. Dá-se destaque ao esforço de representação cartográfica apresentada em Rezende (2006), ao apresentar representações espaciais dos processos, contribuição pouco encontrada nas demais obras².

Em Chambouleyron (2010) e Tocantins (1982) são abordagens que não seguem um viés apenas econômico ou político, mas direcionam-se as dinâmicas vividas em cada período com narrativas registradas a partir da comunicação existente entre Portugal e os dirigentes da colônia na Amazônia. Tais autores enfatizam o processo de organização regional, não propõem periodizações, mas analisam o processo de formação, destacando as principais ações da coroa em busca de efetivar seu domínio, podemos dizer o projeto de colonização, que perpassa pela recepção dos que chegam para povoar, do papel das capitanias, sesmarias, da formação das vilas, e da agricultura através dos seus ciclos.

Outras interpretações demonstram abordagens diferenciadas que enriquecem a leitura, a exemplo disso temos Souza Junior (2009), com uma interpretação que ressalta as relações existentes no Grão-Pará dos anos de 1700, destacando o papel dos diversos atores que compõe o cotidiano, levantando aspectos referentes a religião, política, negócios e seus conflitos, no período referente a formação do Pará.

Por outro lado, Costa (2012) tem como viés analítico a economia agrária e faz um exame histórico da economia do Estado, trazendo interpretações a respeito de como cada ciclo econômico contribuiu para a estruturação do rural extrativista na Amazônia, salientando os períodos em que cada cultura se destacava direcionando as dinâmicas sociais da Amazônia. E como um ciclo não exclui o outro, não havendo a primazia do extrativismo nem da agricultura. Dessa forma, os ciclos ainda são os fundamentos que demarcam os períodos analisados por ele,

² Também é possível encontrar mapas históricos em Spix e Martius, na obra “Viagem pelo Brasil (1817-1820)”.

deixando evidente as “faixas de fronteira” com suas limitações a cada começo e fim de um ciclo.

Encontramos diante destes trabalhos periodizações, análises do processo de ocupação e povoamento da Amazônia, a história econômica do Pará, elementos característicos dos povos que aqui passaram, entre nativos, colonizadores e colonos, obras que cumprem seus objetivos dentro de seus campos científicos, cada qual com sua abordagem. Ousamos afirmar que nenhuma delas propõe trazer uma interpretação geográfica da formação territorial da Amazônia paraense que dê em sua análise o protagonismo ao espaço.

Tenta-se ir além das contribuições, históricas, econômicas e sociológicas e traçar uma periodização que caracterize a paisagem, a configuração espacial e a dinâmica social de cada período, o que possibilitou a Amazônia ser como é hoje. A ideia de evento, período e meio geográfico elaborados por Santos (2008), compõem os fundamentos teóricos e metodológicos da pesquisa.

Dentre os meios geográficos propostos na teoria social miltoniana do espaço, enfoca-se o meio natural, pois é à luz deste conceito que enfocamos a formação territorial da Amazônia. Nos três séculos e meio de hegemonia do meio natural, segundo Nahum (2019), a apropriação e a produção do espaço, o processo de expropriação da terra, monopólio da terra e da força de trabalho.

Analisar a formação do meio natural na Amazônia paraense compreende uma investigação ao passado, uma busca desafiadora do que aconteceu e deixou rastros que hoje são vistos na dinâmica atual. Contemplando o período de 1616, ano em que é fundada cidade de Belém até 1966, ano em que se inicia a “Operação Amazônia” (conjunto de investimentos voltados para o desenvolvimento da região). No meio natural o extrativismo e o início da agricultura estabelecem traços marcantes na economia, que irão ganhar força e repercussão, estabelecendo assim particularidades no modo de sobrevivência na Amazônia paraense.

Santos e Silveira (2001) explicam que as periodizações realizadas pelos economistas e sociólogos não consideram a materialidade e o dinamismo existente no território, superar isso se impõe como desafio, periodizar mostrando o movimento existente entre as variáveis. Propõe-se periodizar o meio natural na Amazônia paraense, analisando os eventos que demarcam o horizonte temporal na área estudada, que possibilitaram transformações na paisagem, configuração espacial e dinâmica social. A intenção é destacar os processos que desencadearam a estruturação do meio natural, fundando uma presença que permanece até o presente momento.

Definir a paisagem, a configuração territorial e a dinâmica espacial neste período exige esforço metodológico necessário e importante que irá contribuir para a abordagem geográfica que se deseja desenvolver, pois ao enfatizar tais aspectos, tomando como referência tais categorias geográficas se escapa do risco de realizar análise de contexto geral e até mesmo de repetir interpretações historicistas e/ou economicistas. Incorporar a geografia no processo metodológico torna-se um desafio que se almeja alcançar. Aqui fazemos uma tentativa.

A paisagem de acordo com Santos (2008, p.71):

A paisagem é um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais; é formada por frações de ambas, seja quanto ao tamanho, volume, cor, utilidade, ou por qualquer outro critério. A paisagem é sempre heterogênea. A vida em sociedade supõe uma multiplicidade de funções, e quanto maior o número destas, maior a diversidade de formas e de atores. Quanto mais complexa a vida social, tanto mais nos distanciamos de um mundo natural e nos endereçamos a um mundo artificial. (SANTOS, 2008, p.71).

A análise da paisagem possibilita a compreensão das relações que ocorrem em determinado espaço, como sendo reflexos da vida, a paisagem traz em si as marcas dos processos pelos quais aquele lugar já passou “[...] O processo social está sempre deixando heranças que acabam constituindo uma condição para as novas etapas. Uma plantação, um porto, uma estrada, mas também a densidade ou a distribuição da população [...]” (SANTOS, 2006, p.140). Estas formas depositadas no presente tornam-se condições para o futuro, estando diretamente relacionadas com o surgimento das novas práticas exercidas no futuro.

A paisagem associa-se a configuração territorial que para Santos, (2008, p.83) “[...] é o território mais um conjunto de objetos existentes sobre ele; objetos naturais ou objetos artificiais que a definem”, tais objetos espacializados exprimem uma relação com o lugar e são explicados por ele, sendo também fundamentais na análise espacial. “[...] é o conjunto total, integral, de todas as coisas que formam a natureza em seu aspecto superficial e visível [...]” (SANTOS, 2008, p.85). Tanto a paisagem quanto a configuração territorial são dimensões que podem ser apreendidas desse espaço, a paisagem sendo parcialmente e a configuração territorial como um sistema, “o espaço é o resultado de um matrimônio ou um encontro, sagrado enquanto dura, entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade” (SANTOS, 2008, p. 85).

A sociedade é parte basilar deste processo, pois é ela quem dá vida ao espaço e, por conseguinte, da configuração territorial e da paisagem. Entendendo que a sociedade está sempre em movimento, podemos chamá-la de dinâmica social, que seria a junção dos objetos e ações construindo o movimento espacial, que também condicionam o espaço estando intimamente ligadas a produção e reprodução do espaço. Para Santos (2008) o espaço é a totalidade

verdadeira, porque dinâmica, resultado da geografização da sociedade sobre a configuração territorial.

Exposto como será utilizada a categoria paisagem, a configuração espacial e a dinâmica social na elaboração de uma interpretação da formação territorial da Amazônia paraense, no tópico a seguir propõe-se a aproximação ao conceito de meio geográfico, que possibilite contribuir para melhor compreensão da sua origem dentro e fora da geografia, em seguida, a partir de Santos e Silveira (2001), aborda-se os conceitos de meio natural e meio técnico. Estes conceitos estão intimamente ligados as ideias de período, evento e periodização, que constituem a base da proposição apresentada nesta pesquisa.

1.2. O conceito de meio geográfico.

É interessante pensar no caminho que uma categoria percorre desde a sua origem, seus primeiros ensaios até alcançar maturidade suficiente para fazer parte do cabedal fundante de uma ciência. As categorias são fruto de discussões referentes a várias concepções diferentes que vão sendo refutadas pela ciência, até que se constitua uma que passe a ser mais aceita e usada pelos pesquisadores. Ela tem por objetivo orientar o recorte e a análise de um determinado fenômeno ou processo a ser estudado.

A categoria meio na geografia, como qualquer outra, acarreta divergências sobre sua origem, desenvolvimento e em como esta é acionada nas abordagens científicas. Busca-se destacar as bases epistemológicas desta categoria, de maneira que possibilite a compreensão do meio natural, bem como sustentar sua existência na Amazônia paraense.

Segundo Geraldino (2010) na atualidade seriam quatros os nichos teóricos a que o conceito de meio se apresenta, o primeiro é o meio ambiente, referido aos debates ambientais; o segundo seria o meio técnico proposto por Milton Santos no campo geográfico; o terceiro é o meio geográfico, também referido na geografia como conceito central; e o quarto como sendo o meio da prática pedagógica, igualmente chamada de “estudo do meio”, sugerido na pedagogia. A seguir será abordada a concepção do conceito de meio desde a sua origem e em seguida vamos aprofundar sua trajetória e influência na ciência geográfica.

Busca-se uma aproximação ao conceito de meio que nos permita compreendê-lo a partir do que seria o meio geográfico na geografia, considerando a abordagem de Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001) e o uso que estes fazem do conceito, na construção de uma

interpretação da formação territorial do Brasil. Enquanto sucessão e coexistência dos meios geográficos há a presença de um meio natural seguido de um meio técnico que hoje se tornou meio técnico - científico - informacional.

O conceito de meio, por vezes usado na geografia sem a real denotação, gera um reducionismo deste conceito tão rico e importante aos geógrafos. Com o auxílio de Geraldino (2010) acompanhamos a busca sobre a origem do conceito nas ciências, realizando uma investigação que nos possibilite refletir sobre os desafios deste conceito, que precisa continuar sendo trabalhado e amadurecido no pensamento geográfico.

As formulações a respeito do conceito de meio surgem mais precisamente no século XVIII, com as primeiras contribuições de Isaac Newton e Carlos Lineu sendo agregadas as de Chevalier de Lamarck e Charles Darwin. Proposições que foram recebendo agregações no seu caminho, acrescentando importantes fundamentos de outros pensadores no decorrer da sua construção, até chegar a ciência geográfica, compondo assim um “nomadismo interdisciplinar do conceito de meio” (GERALDINO, 2010, p.68), como se explica a seguir.

De todo modo, o nomadismo interdisciplinar do conceito de meio fez com que houvesse agregações de significados ao seu conteúdo. Sendo que as sete definições aqui arroladas – 1ª. ser aquilo que está entre, um entremeio (Newton); 2ª. ser aquilo que possibilita algo, um veículo, um recurso (Newton); 3ª. ser aquilo que envolve um corpo, um invólucro (Newton/Lineu); 4ª. ser aquilo que modifica os seres vivos (Lamarck); 5ª. ser aquilo que seleciona os seres (Darwin); 6ª. ser algo caracterizado pela somatória de variáveis resultantes numa singularidade homogênea (Comte); 7ª. ser constituído de materialidade e imaterialidade, de ideia (Comte/Taine) – são passíveis de se reduzirem a duas, a saber: meio como *entorno* e meio como *síntese de características*. (GERALDINO, 2010, p.68).

Este percurso feito pelo conceito meio, agregou a ele dimensões filosóficas, a evolução do conceito de meio ganha novas conotações que o possibilitam ter uma completude, garantindo que este pudesse ser basilar no que tange a percepção humana em relação ao seu entorno, podemos dizer também: “ao que está fora do homem”, ou “o que o homem consegue perceber”. Essa é uma grande conquista alcançada pelo conceito no decorrer do seu amadurecimento, conquistado pela cooperação entre as ciências.

Conforme Geraldino (2010) pode-se dizer que as principais acepções de meio podem ser acertadas em duas, uma como entorno e outra como síntese de variáveis, estas são relacionáveis e articulam-se entre si. Na geografia autores como Vidal de La Blache (1946) e Friedrich Ratzel (1990) tratavam dessa questão em suas investigações respectivamente. Suas

contribuições se somam e entram em controvérsias em alguns momentos, sendo eles importantes no desenvolvimento da ideia de meio para a geografia³.

Friedrich Ratzel (1990) em sua obra debruçou-se a realizar o levantamento das determinações do meio sobre o homem; em suas observações investigava sem usar propriamente o termo meio como um conceito distinguível de outros. Definiu assim como objeto geográfico o estudo da influência das condições naturais sobre a humanidade. Vidal de La Blache (1946), por sua vez, potencializou o conceito de meio inserindo-o em uma rede conceitual, aumentando assim a capacidade de explicação dos fenômenos aos quais pesquisava. Para ele o homem é um ser natural, como qualquer outro, que sofre as mesmas determinações que os demais. Porém este consegue aprimorar seu relacionamento com a natureza de geração em geração, graças ao desenvolvimento de seu intelecto.

Mais a diante Demangeon (1982) aprimora o conceito de meio no sentido de propor uma cisão entre natural e geográfico. Em Max Sorre (1984) o conceito se tornará mais preciso, com reflexões conquistadas através de pensamentos ontológicos, quanto a influência do meio e da mente do próprio indivíduo. Tais assertivas garantem a geografia o desafio de compreender qual seria então esse meio ao qual ela destina-se a investigar ou qual seria o verdadeiro objeto de estudo da ciência geográfica, questão que ainda hoje gera discussão entre os geógrafos.

Milton Santos (2006) também se utiliza do conceito de meio, o retoma como par conceitual do gênero de vida, entretanto sua compreensão de meio está ligada a *técnica* e o gênero de vida como sinônimo de *espaço geográfico* (GERALDINO, 2010). Santos (2006) propõe uma interpretação que considere a técnica como fundadora de uma nova lógica, ainda não percebida e/ou enfrentada pelos estudos geográficos brasileiros. Se analisarmos sua obra podemos encontrar exemplos de tal relação feita pelo autor ao utilizar como sinônimos tais categorias.

O espaço para Santos (2006) seria o meio, e no desenvolvimento de sua formulação pode-se até mesmo dizer que o meio está contido no espaço, visto que o espaço é maior que o meio, sendo o espaço a totalidade, ou seja, “[...] o espaço é formado por um conjunto indissociável solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações não considerados isoladamente mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2006, p.63). Nesse trecho pode-se confirmar que para Santos esses conceitos sejam sinônimos, do mesmo modo que a natureza em alguns momentos se torna o meio, como está expresso a seguir:

³ Neste ponto ganhou a geografia, que por vezes afirma ter como objeto de estudo a relação do homem com o meio, e em outros afirma que este meio é geográfico, discussão que retomaremos mais à frente. Da mesma maneira que se faz necessário refletir sobre toda a complexidade que estas duas afirmações acarretam a ciência geográfica.

É por demais sabido que a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço. Essa forma de ver a técnica não é, todavia, completamente explorada (SANTOS, 2006, p. 29).

É possível perceber que a relação existente entre o homem e a natureza se dá através da técnica como mediadora, uma maneira de apropriação da natureza feita pelo homem a fim de garantir sua existência, este se utiliza da técnica para alcançar seu objetivo. Observa-se que, para o autor, o meio torna-se o recurso disponível naquele momento e passa a ser utilizado através da técnica, esta podendo ser material como um instrumento de trabalho, ou imaterial como uma forma de organização do espaço que o ajude a alcançar seu propósito.

O espaço se impõe através das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como condição de “viver bem”. Como meio operacional, presta-se a uma avaliação objetiva e como meio percebido está subordinado a uma avaliação subjetiva. Mas o mesmo espaço pode ser visto como terreno das operações individuais e coletivas, ou como realidade percebida (SANTOS, 2006, p. 55).

Além disso, para Santos (2006) a própria técnica é um meio, fato que ele nos faz refletir quando afirma que “Podemos dizer, com George Balandier, que as noções de técnica e de meio são inseparáveis, desde que demos ao termo *meio* ‘sua acepção mais larga, que ultrapassa, de muito, a noção de *entorno natural*’” (2006, p.40). Até aqui se pautou a discussão em tratar do conceito de meio e como acontece sua passagem entre os campos da ciência até este chegar na geografia, desafiando os geógrafos e sendo envolvido nas suas visões de mundo, ganhando assim propriedades que o tornaram um conceito central na geografia, (mesmo que até hoje não se dê o real valor a ele), colocando-se no centro como foco relacional dos estudos geográficos.

Chegando na obra de Milton Santos (2006), um dos elaboradores deste conceito, que o utiliza de maneira singular, acionando-o como fundamento de uma nova interpretação da realidade, como um meio sinônimo de espaço e natureza, nos desafiando a seguir essa trajetória de investigação. No próximo tópico o meio natural ganhará centralidade uma vez que se almeja caracterizá-lo, dada a sua importância como meio onde se forma espacialmente a Amazônia paraense, uma tentativa de apresentar características a partir de uma leitura da Amazônia.

1.2.1. Meio natural para a Amazônia paraense.

A leitura de meio natural para a Amazônia, de acordo com Nahum (2019) levanta outra discussão, sendo uma formulação que aprofunda a de Santos e Silveira (2001). Partindo da presença do trabalho humano, sendo o trabalho visto enquanto uma técnica realizada para garantir a reprodução da vida, verifica-se a apropriação da natureza, tornando-se assim um recurso natural. A intencionalidade compõe o meio natural, por isso podemos dizer que ele é produzido e por esse motivo ele pode ser entendido como um meio geográfico. Outro atributo do meio natural é que neste momento a única condição de existência que se tinha era a natureza, ela era o meio disponível, não se detinha uma técnica que pudesse superar o poder que a natureza exercia naquela sociedade.

A vida estava condicionada totalmente a natureza, assim ela faz parte das formas de trabalho, na produção e reprodução da vida. O extrativismo e a agricultura são atividades que naquele momento, dada as condições espaciais do lugar, eram possíveis de serem realizadas. Os ritmos da natureza compunham uma dependência total, mesmo que houvesse instrumentos de trabalho, o trabalho para aqueles povos nativos era coletivo, assim como as terras onde praticavam a agricultura, e tudo o que era colhido. A pesca, a caça e a coleta de frutos eram o trabalho para a subsistência. O trabalho para eles era algo sagrado, pois seu objetivo é unicamente a subsistência do grupo. Por esse motivo o respeito a natureza se mostra no fato de que nada mais é retirado dela senão for para fins alimentícios. As trocas eram o mecanismo realizado para se conseguir outros alimentos, objetos etc..

Nesse momento se estabelece a formação de um campesinato típico amazônico, como nos diz Costa (2012), um campesinato-caboclo próprio da região, atravessando o fim da Companhia de Comércio do Pará e do Maranhão, o fim dos Diretórios, abertura dos portos, as leis de terras até a independência do Brasil, este momento, o meio natural na Amazônia ainda é uma realidade, pois diante de tantas transformações sofridas a técnica ainda não se estabelece como meio consolidado. O meio natural resiste mesmo após a instituição do conjunto de ordens realizadas pela empresa colonial, passando pelo regimento das missões, pelas reformas pombalinas até a formação do campesinato.

Compreende-se o meio técnico como sendo a adição da técnica ao meio natural (Santos, 2006), ou seja, objetos técnicos tornando-se condição de existência deve ser considerado que não se pode delimitar a técnica a objetos técnicos, e sim pensar a técnica enquanto sistemas técnicos, que interligam os lugares, a exemplo temos as redes de transporte, energia e

comunicação que só passam a ser instalados na Amazônia anos depois. Pode-se compreender a existência de um período de transição entre o meio natural e o técnico, para, além disso, ousamos propor que para a Amazônia paraense o meio natural se estendeu em alguns lugares.

A demarcação do meio natural compreendido até 1966 quer dizer objetivamente que, para a Amazônia paraense o meio técnico demora três séculos e meio para se tornar hegemônico na produção do espaço. A partir do meio técnico a paisagem, a configuração espacial e a dinâmica social foram transformadas pela técnica e dela tornam-se condicionados. No meio técnico a natureza continua sendo um recurso, entretanto, a sociedade encontrou através da técnica, (seja ela materializável ou imaterializável), formas de condicionar a vida e seus diferentes modos de vida.

Sendo importante destacar que se trata de sucessão e coexistência dos meios geográficos segundo Santos (2006), o meio natural não é eliminado pelo meio técnico, da mesma maneira que estes não se encerram ao emergir o meio técnico - científico - informacional. As heterogeneidades do espaço permitem que um meio sirva de base para o surgimento do outro, desse modo, podemos afirmar que o meio natural pode ainda se estabelecer em determinados lugares até os dias atuais, da mesma forma que traços marcantes dele ainda se fazem presente no atual meio técnico - científico - informacional, pois o meio natural está contido no meio técnico e no meio técnico - científico - informacional. Para continuar fundamentando o trajeto que possibilitará a construção da periodização do meio natural na Amazônia paraense, torna-se necessário apresentar os conceitos a seguir, que compõem o arcabouço teórico da pesquisa.

1.3. Período, evento e periodização.

A compreensão das ideias de período, evento e periodização tornam-se necessárias neste momento em função de pautar a análise realizada para a construção da periodização que se busca construir. Dessa maneira, destacamos que Milton Santos edifica sua proposição metodológica compondo este arcabouço teórico. A maneira como o autor lê, interpreta e analisa o tempo e o espaço é através da ideia de período, evento e periodização, trazendo para a geografia a sua noção de formação socioespacial. Podemos dizer que:

[...] Períodos são pedaços de tempo definidos por características que interagem e asseguram o movimento do todo. Mas essa interação se faz segundo um controle que assegura uma reprodução ordenada das características gerais, isto é, segundo uma

organização. É a falência desta última, açoitada por uma evolução mais brutal de um ou de diversos fatores, que dismantela a harmonia do conjunto, determina a ruptura e permite dizer que se entrou em um novo período. (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 23-24).

Pensar os períodos é pensar os elementos e suas interações, relacionando-se de maneira que assegurem uma reprodução ordenada, em um tempo determinado, que se rompe ao perder a harmonia durante a interação dos elementos. Santos e Silveira (2001) falam de características de um período, estas compõem a seu modo cada período, dependendo do tempo e espaço ao qual estão em encontro. Estes pedaços de tempo são colocados em evidencia separados quando se deseja construir e analisar uma periodização.

Quando Santos (2008) nos fala de periodização é indispensável termos em mente a noção de regime e ruptura, proposto pelo autor. O regime é composto por um conjunto de variáveis funcionando harmonicamente, por um longo pedaço de tempo, cuja evolução não é homogênea, e sempre haverá desníveis entre as diversas variáveis. Em outros termos, há uma organização que permite as coisas funcionarem durante certo período, apesar do movimento da sociedade. Quando tal organização entra em crise e deixa de ser eficaz, acontece ali uma ruptura. E assim surge um novo período, composto por outra organização das variáveis. Esta seria uma proposta para apreender as manifestações temporais e espaciais de cada período, quanto mais se divide o tempo, mais eficaz seria a análise a partir das periodizações.

[...] Ficamos em medida de periodizar, mais acuradamente, os fenômenos, isto é, de efetuar mais divisões competentes do tempo e de melhor reconhecer as etapas e o sentido do acontecer histórico e do acontecer geográfica. A definição dos fenômenos fica mais fácil. Assim, nossa análise pode tornar-se mais fina e mais complexa, e, portanto, mais rica (SANTOS, 2006, p.137).

A periodização enquanto uma ferramenta de análise se apresenta nesse reconhecer das etapas, quer seja no tempo e no espaço, na história e na geografia ou nos dois como em uma unidade que se concretiza no acontecer. Quanto mais se divide uma periodização, mais aprofundadas podem ser as leituras do fenômeno, uma maior aproximação das características daquele período podem ser feitas, sendo estas melhores analisadas.

Juntamente com esse entendimento temos a ideia de evento, entendemos que os eventos se dão a partir de uma determinada situação geográfica, evidenciada no tempo e no espaço que ao se realizar funda uma nova situação geográfica, como é possível observar na representação a seguir. Para Santos (2006) a eficácia do evento funda uma presença absoluta e onde ele se instala há mudanças. A cada acontecer as coisas preexistentes muda o seu conteúdo e mudam

a sua significação. Os eventos ocorrem no presente, acontecem em um instante, uma porção de tempo que eles qualificam. Na figura 3 tem-se a representação do sistema de eventos que marcam a sucessão e coexistência entre os meios geográficos. Quando uma situação geográfica T^1 passa por um evento e se transforma em uma situação geográfica T^2 , ocorrendo tanto a sucessão quanto a coexistência destas.

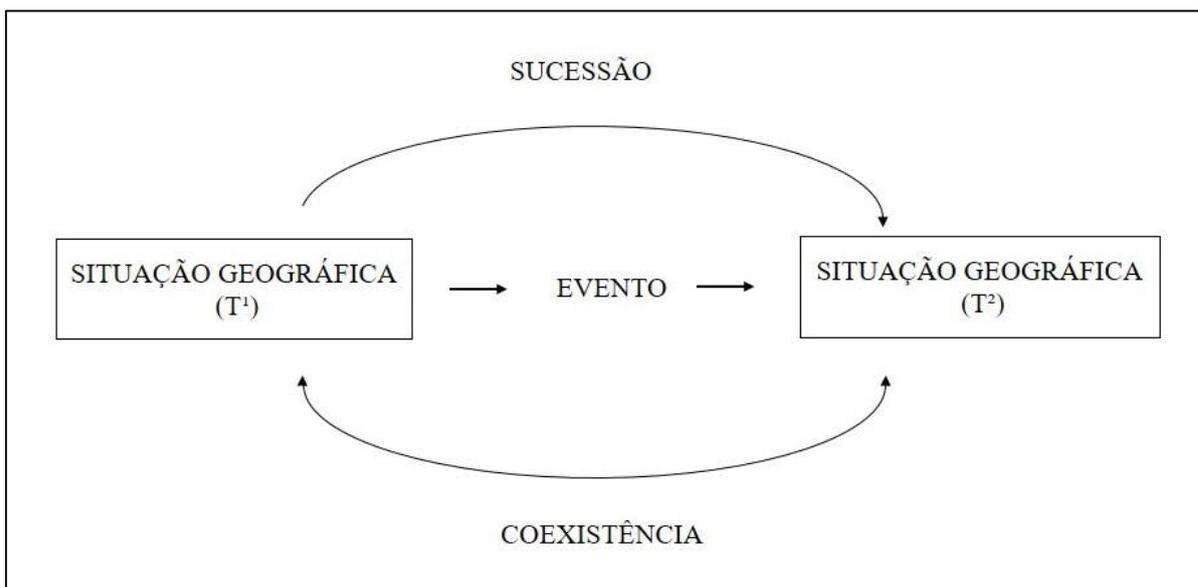


Figura 3 – Representação do sistema de eventos marcando as sucessões e coexistências entre meios geográficos. Fonte: Nahum (2018), adaptado por Silva (2018).

Compreender esta conversão como “metamorfose do espaço” ou mesmo a dinâmica espacial torna-se necessário, principalmente considerando a ideia de sucessão e coexistência. Um processo que se desenvolve e ao mesmo tempo deixa rastros, que são condicionados e passam a ser condicionadores das próximas transformações, uma vez que o tempo e o espaço são dinâmicos. Este acontecer geográfico dá-se o nome de evento.

Os eventos podem ser naturais, históricos e sociais, também podem ser ideias e não apenas fatos. Ao considerarmos o acontecer como um conjunto de numerosos eventos, cuja ordem e duração não são os mesmos, vemos que eles podem se sobrepor. Assim, podemos afirmar que um conjunto de eventos também é um evento, não sendo somente uma sobreposição, mas sim uma combinação. É através dele que podemos rever a constituição atual de cada lugar e a evolução conjunta dos diversos lugares, num resultado da mudança paralela da sociedade e do espaço.

Segundo Santos “[...] Uma inovação é um caso especial de evento, caracterizada pelo aporte a um dado ponto, no tempo e no espaço, de um dado que nele renova modo de fazer, de organizar ou de entender a realidade” (SANTOS, 2006, p. 148). Cada evento é um fruto do mundo e do lugar ao mesmo tempo, os eventos são globalmente solidários, influenciam e são influenciados. Outra característica é que eles não se repetem; as circunstâncias não são as mesmas duas vezes, tornando os eventos todos novos, e ao surgirem propõe uma nova história. Sendo assim, não há evento sem sujeito, assim temos que toda teoria da ação é também uma teoria do evento e vice-versa.

A ideia de evento não é sinônimo de data, inauguração ou acontecimento, mas uma possibilidade latente ou, se quisermos, uma vontade de potência que necessita de circunstâncias para emanar. Podemos dizer, por exemplo, que no meio natural, o complexo hidroelétrico de Belo Monte era uma possibilidade em latência, pois antes das sociedades humanas deste lugar havia a bacia do Xingu composta de rios com potencial energético desconhecido. Apenas no final do século XX a região dispõe de requisitos técnicos para se manifestar na forma de um objeto geográfico tal como a usina hidroelétrica (NAHUM, 2019, p.3).

A partir disso, pensar a periodização torna-se necessário, a periodização enquanto um recurso analítico já vinha sendo realizada, como uma forma de melhor investigar os processos históricos, interpretar os acontecimentos históricos da humanidade, como veremos a seguir. Dedicar-se o próximo tópico deste capítulo a traçar algumas reflexões sobre periodização, como uma forma de fundamentar os caminhos que serão tomados no decorrer do desenvolvimento dos demais capítulos.

1.3.1. Periodização.

Segundo Godoy (2013, p.4), a geografia e a história tornaram-se expressões do “crescente domínio científico e filosófico acerca da representação do tempo e do espaço e, em certa medida, da função social da ideologia do pensamento geográfico na construção do ideário progressista do Estado nacional”. A forma de periodização que predominou na geografia histórica durante o século XIX, decorrente da concepção memorialista e fatural da história, privilegiou a descrição sincrônica dos fatos e lugares que glorificavam a ação do Estado, do exército nacional [...] (GODOY, 2013 p.5).

Em Rodrigues (1969, p.114), temos que as periodizações visam apreender as “transformações e os nexos efetivos que as ligam como a um todo. São justamente esses nexos

que se prestam à análise histórica e devem ser dispostos em cortes ou períodos que comportariam as tendências dominantes e que logo caracterizariam uma época”. Dentre as periodizações existentes uma das mais conhecidas é sobre a história, dividida entre Antiguidade Clássica, Idade Média e Tempos Modernos, em outra proposta a encontramos compartimentada em quatro: Antiga, Média, Moderna e Contemporânea, ambas ressaltam o caráter ideológico, político e pedagógico (GODOY, 2013).

As periodizações procuram tornar inteligíveis as mudanças do mundo. Para Reis (1994, p. 24), “a periodização não se relaciona mais a história universal [...] não estuda épocas, mas estruturas particulares. É sempre [...] uma história circunscrita no tempo e no espaço”. As transformações relacionam-se com as complexidades de relações desenhadas entre a totalidade e o lugar, mediadas pela instância política, pelo campo de poder e por um conjunto de agentes em constantes tensões e conflitos. Segundo Santos e Silveira (2001, p.20), periodização caracteriza-se:

[...] por extensões diversas de formas de uso, marcadas por manifestações particulares interligadas que evoluem juntas e obedecem a princípios gerais, como a história particular e a história global, o comportamento do Estado e da nação (ou nações) e, certamente as feições regionais. Mas a evolução que se busca é a dos contextos, e assim as variáveis escolhidas são trabalhadas no interior de uma situação (M. Santos, 1996; M. L. Silveira, 1999^a) que é sempre datada. Interessa-nos, em cada época, o peso diverso da novidade e das heranças.

As periodizações enquanto recurso analítico se estabelecem de acordo com a intenção, contexto e variáveis que se buscam analisar. Em cada tempo, espaço, a história e demais ciências debruçaram-se sobre os fatos através da investigação para propor períodos e encontrar possíveis tendências, destacando-se estas nos mais diversos ramos. A periodização geográfica enfatiza o espaço associando-o ao tempo, por conseguinte as morfologias espaciais tornam-se condicionantes da produção e reprodução da sociedade e do espaço. Desse modo,

O espaço é o resultado da geografização de um conjunto de variáveis, de sua interação localizada, e não dos efeitos de uma variável isolada. Sozinha, uma variável é inteiramente carente de significado, como o é fora do sistema ao qual pertence. Quando ela passa pelo inevitável processo de interação localizada, perde seus atributos específicos para criar algo novo. A elaboração e reelaboração dos subespaços – sua formação e evolução - se dão como num processo químico. O espaço que assim é formado extrai sua especificidade exatamente de um certo tipo de combinação. A sua própria continuidade é uma consequência da dependência de cada combinação em relação as precedentes. (Santos, 2001, p. 37).

Diante disso, compreende-se que periodizar significa estabelecer recortes temporais enquanto ferramenta para análise de determinados processos. Para isso, é importante definir quais variáveis serão escolhidas e qual a função delas para cada um dos períodos propostos dentro da periodização, uma vez que todas são importantes na composição deste mosaico que é o período. Como destacou o autor, estudar apenas uma delas, traria uma limitação a análise.

A técnica incorpora-se a existência humana, condicionando as nossas ações, compreendida como trabalho organizado que se torna organização deste. Para melhor entendimento deve-se ter em mente que primeiro surge o trabalho, que é a relação do homem com a natureza, buscando garantir sua existência. A técnica, enquanto saber/fazer construído pela experiência do erro e acerto aprimora a existência humana. Assim, por meio do ato de andar, agarrar com as mãos, de movimentar com precisão objetos a partir da junção do polegar e do indicador, os seres humanos começam a caçar, coletar, domesticar o fogo e criar instrumentos que são extensivos do corpo e potencializadores da força física. Tais instrumentos, ainda que rudimentares, aprimoram as formas de executar tarefas, e assim desenvolver seu trabalho como meio de sobrevivência.

A agricultura, o extrativismo e a criação de animais exemplificam tentativas de apropriação do meio, estas eram formas de melhorar o trabalho, isso é técnica enquanto incorporação do conhecimento que se constitui base para novas técnicas agrupadas em sistemas incorporados ao arranjo espacial, tornando-se fato social que se regula a existência humana, sendo maior que o indivíduo, evoluindo de técnicas portáteis para técnicas plotadas no espaço. Assumindo formas espaciais, podemos dizer que a técnica é o tempo no espaço, porque cada técnica tem o seu tempo, e se materializa no espaço. O espaço contém técnicas de diversos tempos e constitui-se um mosaico de eras.

As técnicas e os sistemas técnicos estão umbilicalmente associados por ações políticas e relações de poder. A compreensão das relações e mediações entre política, poder e técnica nos ajudam a entender a distribuição dos objetos geográficos, estradas, rodovias, portos, aeroportos, escolas, hospitais, conjuntos habitacionais, mercados. Assim, políticas públicas, projetos, leis e decretos têm um fundamento espacial ao mesmo tempo em que organizam o espaço. Elas são responsáveis por propor normas a sociedade e a fomentar as contradições espaciais, fazendo com que as cisões e rupturas sejam reafirmadas ou não em cada espaço, elas também devem ser consideradas variáveis a serem investigadas. Portanto, estamos diante de ações políticas e relações de poder que tem fundamento espacial e fundamentam a divisão territorial do trabalho.

As variáveis acima descritas se relacionam sob uma base territorial, que também consiste em um objeto para a análise, afinal são as condições diferenciadas de cada território que dão origem as singularidades existentes. Os diversos usos do território, as diferentes relações existentes devem ser consideradas, pois o espaço é palco, produto e condicionante de diversos tempos que se somam a cada novo período.

Santos (2001) apresenta pistas de como manusear as variáveis em uma análise quando a periodização estiver em construção. Dentro da organização entre as variáveis deve-se ter em mente que cada uma tem seu valor na relação, podendo este valor mudar a qualquer momento. Em um determinado período podemos observar que uma política pública tenha um grau de importância maior que nos demais períodos, condicionando aquelas relações que irão gerar resultados no espaço.

Além da mudança do grau de importância da variável, o que pode mudar é a sua função, que em um período pode servir para abrir caminhos, em outro pode vir a fechá-los, tudo depende da organização destas e de como elas se relacionam no espaço. O papel de uma variável pode se alterar ou mesmo perder importância como por exemplo uma técnica, que foi usada em um certo período e que em outro, ainda existindo, deixa de influenciar por completo as relações que ocorrem a sua volta, deixando de ser vista como uma variável, perdendo seu sentido de existência.

Assim, além da mudança do grau de importância da variável, o que pode mudar é a sua função, que em um período pode servir para abrir caminhos, em outro pode vir a fechá-los, tudo depende da organização destas e de como elas se relacionam no espaço. O estado de uma variável pode se alterar até o ponto em que ela deixe de ser uma variável. Por exemplo uma técnica, que foi usada em um certo período e que em um outro, mesmo ainda existindo, deixa de influenciar por completo as relações que ocorrem a sua volta, pode-se admitir ser ela uma variável que perdeu seu sentido de existência.

A mudança no grau de força exercida em cada relação, varia de acordo com o período, em um período tais políticas públicas podem ter um peso diferente nas relações com as outras. Podendo mudar ou não a cada período. Não podemos garantir que em uma variável todos os elementos que a compõem sejam iguais, ou tenham o mesmo valor no decorrer da periodização. Estas são algumas das chaves para a construção e interpretação de uma periodização encontradas em Santos (2001). Compreender que a dinâmica espacial é mais complexa do que se pode apreender torna-se importante, porém, a análise depende da interpretação e

entendimento de cada variável que compõe o meio, no horizonte temporal a que se deseja periodizar.

Buscou-se até aqui desenvolver traços referentes a metodologia e fundamentação teórica da pesquisa, apresentando quais caminhos a periodização irá alcançar, bem como aspectos sobre a caracterização das variáveis que irão conduzir a análise. Nos próximos capítulos teremos a periodização em si, realizando diálogo com as obras e autores já apresentados neste capítulo, com o objetivo de construir a caracterização do meio natural na Amazônia paraense, através da paisagem, configuração espacial e dinâmica social.

CAPÍTULO II- A paisagem do meio natural na Amazônia paraense.

Este capítulo tem como objetivo caracterizar o meio natural, considerando a paisagem como aspecto identificador das transformações espaciais pelas quais passou a Amazônia paraense, entre 1616 a 1966. A periodização delineará processos indicadores das maiores rupturas, enfatizando as metamorfoses espaciais. A representação cartográfica terá certo destaque neste capítulo, uma vez que se almeja construir a partir do referencial teórico levantado, mapas temáticos que representem a localização dos objetos espaciais na paisagem, como, fortes, igrejas e engenhos a fim de que seja possível representar as características da paisagem.

No primeiro tópico expõe-se o conceito de paisagem que fundamenta a análise, não se tratando de uma discussão epistemológica, mas de deixar claro em que se fundamenta a análise. A paisagem é uma variável que conduzirá a periodização. O diálogo é feito com a bibliografia apresentada no capítulo anterior, para demonstrar como a paisagem ganha forma através dos processos ocorridos no espaço. Demarcando-se períodos que possibilitam análise das mudanças na paisagem, destacando quais formas se tinha antes e quais formas espaciais são construídas a partir da chegada dos colonizadores. Fazendas, igrejas, conventos, portos, fortes e engenhos, a construção de prédios públicos, como esses processos de transformação da paisagem alteraram a formação espacial da Amazônia paraense.

2.1. Paisagem

A paisagem possui seu próprio movimento seja rápido ou lento. Suas formas são resultado das condições econômicas, políticas e culturais, além disso, também dependem das possibilidades técnicas disponíveis naquele período, tais fatores irão influenciar a paisagem diretamente. A técnica em si depende das relações sociais para se desenvolver; sozinha não consegue. “Desvendar essa dinâmica social é fundamental: as paisagens nos restituem todo o cabedal histórico de técnicas, cuja era revelam; mas elas não mostram todos os dados, que nem sempre são visíveis” (SANTOS, 2008, p.75).

Como já foi dito, a análise da paisagem nos ajuda a compreender as relações localizadas em determinado espaço e trazem em si as marcas dos processos pelos quais aquele lugar já passou. Nesse sentido, a presença de objetos espaciais compondo determinada paisagem expressa a materialidade dos processos vividos no passado, um porto, um forte e uma igreja são

traços daquele período e sofrem metamorfoses no decorrer do tempo, ganhando novos elementos, ou novos usos.

A técnica se apresenta como possibilidade de transformação, ela é o ponto de encontro entre o espaço e o tempo, ao indicar as mudanças na paisagem e originar as formas espaciais presentes nela. “[...] O processo social está sempre deixando heranças que acabam constituindo uma condição para as novas etapas. Uma plantação, um porto, uma estrada, mas também a densidade ou a distribuição da população [...]” (SANTOS, 2006, p.140). Pensar o espaço como palco, produto e condicionante nos ajuda a compreender como as formas atuais influenciam diretamente as formas futuras, as formas depositadas no presente tornam-se condições para o futuro, estando diretamente relacionadas com o surgimento das novas práticas exercidas no futuro.

A paisagem não se cria de uma só vez, mas por acréscimos, substituições; a lógica pela qual se fez um objeto no passado era a lógica da produção daquele momento. Uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que tem idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos. Daí vem anarquia das cidades capitalistas. Se juntos se mantêm elementos de idades diferentes, eles vão responder diferentemente as demandas sociais. (SANTOS, 2008, p.73).

A contribuição de Santos (2008) nos ajuda a pensar a categoria paisagem como elemento chave na análise da formação territorial da Amazônia paraense, especificamente quando se trata do meio natural, pois se propõe pensar a paisagem em um meio onde a técnica ainda não possuía arcabouço necessário para deter o domínio da natureza. Assim, compreende-se que a paisagem era natural – a procura das drogas do sertão como ponto principal da extração não excluía outras atividades, como a caça e a pesca, mas possibilitava a preservação de uma paisagem natural – havendo baixo impacto nos ecossistemas naturais, pois neste período não se detém ainda poder técnico a ponto de transformar o meio, que era natural. A agricultura que se inicia utilizava técnicas primárias que não rompiam com o tempo natural, e dessa forma, pelos três séculos e meio que se seguiram o meio natural se estabelece apresentando suas diretrizes que aos poucos fundamentam ao meio técnico se desenvolver.

2.2. Intencionalidades que moldam a paisagem, o espaço e a vida - 1616 a 1755.

Compreender este período e caracterizar a paisagem torna-se um desafio, pois é necessário analisar processos espaciais a partir das relações políticas, culturais e econômicas que se desenvolviam na Amazônia paraense. O processo de dominação do meio e o conjunto de intencionalidades postos juntos ao projeto colonizador implantado moldam a paisagem, o espaço e a vida. Processos que garantem transformações espaciais e que se ligam diretamente a configuração espacial e a dinâmica social.

Aas narrativas feitas pelos viajantes em suas diversas expedições realizadas ao Vale Amazônico, como as de Francisco Orellana (1541-1542), Lope de Aguirre (1559-1561), Pedro Teixeira (1637-1639), Charles-Marie de La Condamine (1743) e Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1793), objetivam conhecer a Amazônia Brasileira. Percebeu-se que muito havia ainda a ser descoberto, e que aquela era apenas uma pequena parte da Amazônia, que era habitada e encontrada por eles, a “descoberta” da Amazônia na verdade não aconteceu de fato, ela foi e é muito mais do que se achou ser.

O velho mundo e tudo o que se tinha construído até então era apenas uma parte do mundo, diante da amplitude e diversidade existente nele, muito havia a ser descoberto ainda. Ao cruzar o oceano o homem se dá conta de que a humanidade é mais diversificada do que ele imaginava. Em um primeiro momento, tem-se o não reconhecimento dos amazonidas como humanos, pelo fato de constituírem um povo com características físicas diferenciadas do europeu, seus comportamentos e modos de vida não se encaixarem nos padrões de sociedade ocidental, suas crenças diversificadas e hábitos peculiares. Isso acarreta consequências quanto a depreciação de um rico povo e de sua cultura.

Neste contexto se reconhece a ideia de que a relação homem e natureza era muito mais complexa e precisava ser melhor aprofundada. Essa não compreensão do novo mundo dava ao homem o sentido de incompletude, ao perceber a necessidade de se conhecer o todo, que agora o todo era bem maior do que o todo conhecido por eles anteriormente (GODIM, 1994).

O desejo de dominação se estabelece e em meio a conflitos e desarmonia se estabelece a relação entre o colonizador e o “colonizado”, que ao mesmo tempo é alvo e aliado no processo de conquista. O meio se apresenta como condicionante dos modos de vida que eram preservados e passam a sofrer interferência a partir das intencionalidades construídas pelos colonizadores. Mas naquele momento, as técnicas incorporadas ao meio como sendo novas lógicas, mentalidades externas e formas de organização do espaço, irão condicionar as formas de vida.

Entretanto, o meio ainda será natural, a organização espacial que se inicia não conseguirá transformar o meio a ponto de torná-lo técnico, pelo menos não naquele momento. As formas espaciais presentes na paisagem até então, correspondiam as interferências dos grupos indígenas e seus modos de vida.

A transformação na paisagem se dá balizada pela nova mentalidade de tal lógica incorporada ao espaço. Ela se traduz na apropriação do território pelos portugueses, que tem como estratégia a construção de fortes para a demarcação e proteção do território. A construção de fortes em pontos do rio Pará, estabelece a presença do novo, a ideia de dominação do meio passa a ser trabalhada no seio das relações, que antes não existiam. Entre os indígenas não havia a ideia de posse da natureza e assim da terra enquanto recurso, a territorialidade liga-se aos grupo do que a posse do território, uma vez que muitas tribos eram nômades.

A construção de fortes, engenhos, missões, conventos e igrejas compõem uma nova configuração espacial onde o processo de dominação passa a ser expresso através do desejo de transformação, políticas estratégicas de demarcação do território começam a se materializar em elementos espaciais, a paisagem ganha novos elementos que representam a presença das idealizações europeias de implantar uma nova lógica na Amazônia paraense.

2.2.1. Aspectos da paisagem

Esse movimento constante é a implantação de uma lógica vinda de fora, de um processo de normatização que institui uma ordem no que achavam ser um caos. Porém, o meio natural tinha sua organização que não conduzia ao objetivo que a mercantilização desejava. “Atirando-se, sem temores, a conversão da massa indígena, essas ordens promoveram descimentos, organizaram núcleos, procuraram tirar da barbaria, e tiraram” (REIS, 1940, p.42).

Entende-se que a natureza prevalecia no meio natural antes da chegada dos colonizadores, uma paisagem natural integrada aos diferentes modos de vida. De acordo com Lopes (2006) os estudos arqueológicos foram importantes para se entender a paisagem através das marcas deixadas no passado, ruínas, alicerces, poços, artefatos, etc., estudos mostram que as sociedades eram organizadas e tinham controle de redes de trocas comerciais, e estabeleciam contato regional entre os grupos indígenas.

Essa economia acabou proporcionando a especialização de certos grupos indígenas na obtenção de certos produtos, de maneira a acabarem controlando, em algumas áreas

geográficas, a distribuição das matérias-primas e produtos naturais (LOPES, 2006, p.24).

A existência de uma divisão territorial do trabalho indígena antes do contato com o colonizador não se perde totalmente, pois essa formação estratégica seguida pelos traços espaciais oferecidos pelo meio passam a ser incorporadas as novas dinâmicas, que se incluirão em conformidade com as novas intencionalidades. A paisagem encontrada nas narrativas e descrições feitas pelos viajantes na Amazônia paraense, totalmente dinâmica contém as formas referentes àquela sociedade. Por se tratar de uma região aonde os rios e igarapés conduzem a dinâmica da vida, as águas incorporam a terra no sentido de constituírem em meio onde a vida se faz e refaz todos os dias, Bates (1979) nos mostra que:

Os igarapés e os furos, ou canais, que são em número infinito no delta desse grande rio, constituem uma característica da região. O terreno todo é coberto por uma mata impenetrável; as casas e os povoados ficam à beira d'água, e praticamente toda a comunicação é feita por via fluvial. Essa vida semi-aquática é uma das características mais interessantes da região. Para pequenas excursões e para pesca em Águas paradas é usado geralmente um pequeno barco denominado "montaria" (BATES, 1979, p.38).

Uma região caracterizada por uma vida semi-aquática como vimos destacado por Bates (1979), pessoas que vivem as margens dos rios e que por esse motivo desenvolveram habilidades técnicas diferenciadas no decorrer das gerações, como a habilidade no uso dos remos, os conhecimentos sobre as dinâmicas das águas e dos peixes, técnicas de construção de barcos, estratégias de comunicação e toda a ciência por trás de uma excursão para sair em busca de alimentos. Tais modos de vida se ligam a uma paisagem e se desenvolve por meio da prática da agricultura e do extrativismo, e garantem uma floresta biodiversa preservada, contendo habitações coletivas, caminhos de chão que conduzem as fazendas e áreas de cultivo, que se estabelecem após o contato com a Companhia de Jesus.

La casa es un símbolo fundamental. Con el tamaño suficiente para poder acoger a un centenar de personas, constituye una especie de plaza del Pueblo, casi siempre cubierta, a cuyo alrededor los hogares se reparten en círculo. La casa materializa la célula básica de la sociedad india, que no es la pareja, y menos aún el individuo, sino la comunidad parental que se reúne bajo su techo. Allí cada cual es, según la edad, hijo o padre del resto, aunque las parejas y su prole sean reconocidas y respetadas. De todos modos, ajo un mismo techo pueden convivir varios linajes. La gran casa es, además, una representación del cosmos y sus elementos. Es el libro que todos deben aprender a conocer (GHEERBRANT, 1989 p.110).

A forma como as populações indígenas se relacionam com a natureza está diretamente ligada à forma como se relacionam entre eles, o modo de vida coletivo traduz essa mentalidade de integração do ser humano e ser natureza. Wagley (1988), ao tratar do meio de vida nos trópicos, descreve como se dava o modo de vida das comunidades amazônicas, enfatizando suas técnicas rudimentares de subsistência “com uma agricultura primitiva ou, mais propriamente, lavoura, com a caça e a pesca, com a extração dos produtos naturais da floresta ou com um pouco de tudo isto” (WAGLEY, 1988, p.83).

É importante destacar que as transformações realizadas a partir do processo de colonização não atingiam a pluriatividade desenvolvida pelos nativos, ela afetava diretamente a relação com a natureza no sentido em que esta deixava de ser para subsistência e se tornava um produto aos senhores. O trabalho ali se transformava, aumentava sua intensidade, pois sua produção deveria ser maior, contudo, as técnicas usadas permaneciam as mesmas dispostas pelos nativos, pois diante daquele meio os colonizadores não conseguiam inferir sobre novas técnicas.

A técnica utilizada era o “saber fazer” dos povos daquela região que agora usavam de seus conhecimentos a respeito do meio natural para satisfazer os desejos dos colonizadores, algumas técnicas agrícolas puderam ser agregadas como noções de distribuição e circulação aos produtos extraídos e cultivados, pois as maneiras de se cultivar na Amazônia se diferem do tratar da terra, do modo europeu.

Mudanças no trabalho geram mudanças na paisagem, esta se transforma constantemente, tal processo une-se ao saber fazer natural do meio, que se espacializa a partir de agora com a presença de objetos espaciais, que irão assegurar que esse processo se desenvolva abrindo precedentes para novas transformações, e assim para a plotagem de novas formas espaciais. Considere-se que a paisagem natural antes da chegada do colonizador apresentava uma organização singular com ocas coletivas.

Dentre as demais formas que compõe a paisagem, os fortes e as igrejas são partes importantes da estratégia de demonstrar a presença do colonizador, dominando e assegurando o “bom funcionamento” do trabalho. A plotagem de novas formas na paisagem deve-se as ações instituídas pelas missões, que se organizam através de igrejas, conventos, freguesias, confrarias e capelas.

Essa infraestrutura foi desenvolvida ao longo dos anos e corresponde a investimentos de missionários jesuítas, carmelitas e franciscanos, advindo dos recursos gerados pela comercialização dos produtos extraídos pelos indígenas. Este conjunto de formas serve de base

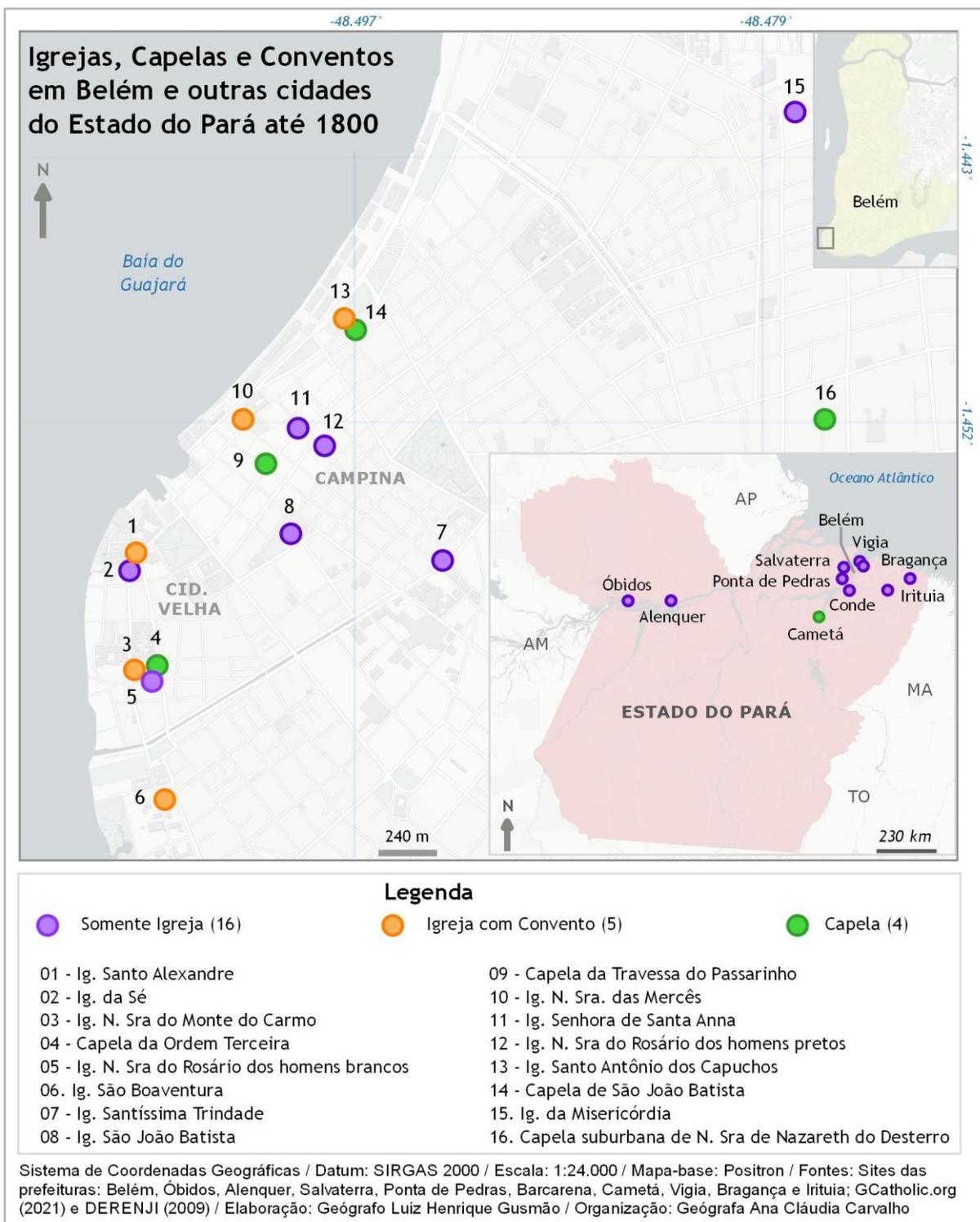
para o estabelecimento futuro das vilas e mais à frente das cidades. A figura 4 é uma representação da Igreja do Carmo, que no seu interior funcionou também como um convento, construída em 1626, a pintura feita pelo italiano J.L Righini foi publicada em 1867, por Conrad Wiegandt, na série de litografias “Panorama do Pará em Doze Vistas”.



Figura 4 - A Igreja e convento Nossa Senhora do Monte do Carmo, construída em 1626. Fonte: Righini, 1884. Acervo do Centro de Memória da Amazônia, 2021.

A paisagem instituída como comunidades, ganha força a partir desse conjunto de prédios estabelecidos pelas missões que garantiam alguns serviços. O primeiro foi o religioso, em seguida o educacional, que se inicia com o ensino da língua portuguesa, e depois se divide em colégios mais equipados que garantiam a instrução dos filhos dos fazendeiros, construindo uma elite que detinha as bases do conhecimento sobre, filosofia, economia, matemática e outros conhecimentos. A título de exemplo, Baena (2004, p. 192) afirma que no Convento de Santo Antônio funcionavam duas escolas, uma gratuita de gramática Latina ministrada pelo religioso Ancião Frei Antônio de Santa Thereza, e outra do ensino mútuo, paga pela Tesouraria da Província. O mapa 1 representa a localização de algumas das igrejas, conventos e capelas construídas até 1800.

Mapa 1- Localização das igrejas, conventos e capelas construídos até 1800.



Fonte: Organizado por Carvalho (2021) a partir de Derenji (2009).

As igrejas e capelas, em grande número, cumprem a função social de formar comunidades, oferecendo a integração, ampliando o sentido de coletivo antes vivido separado

por cada grupo. Ao implantar a catequese, o ensino da língua, gera um sentido de unidade entre os grupos nativos, que se dividiam por tribos, sendo educadas a deixarem seus traços culturais e compor um mesmo conjunto de normas.

As confrarias e freguesias eram espécies de comunidades e divisões administrativas que a igreja comandava. Estas desempenhavam um papel de controle dos grupos, tanto dos colonos, indígenas, e dos proprietários de fazendas que se associavam neste primeiro momento ao Estado. A autonomia da igreja e o controle se desenvolviam, bem como a expansão dos bens e das riquezas possuídas pelas ordens religiosas. Baena (2004, p.183) descreve como eram compostas as duas freguesias da cidade: “[...]Divide-se a cidade em duas Freguesias: uma da Sé e a outra da Senhora Santa Anna da Campina. A primeira teve princípio em 1616: compõem-se hoje de 699 domicílios; e a segunda foi estabelecida em 1727 e consta de 1\$236 casas.”

Além desse conjunto de formas geridas pelas ordens religiosas, têm-se os prédios públicos, que aos poucos foram sendo construídos pela mão-de-obra indígena, enquanto escrava e depois como “assalariada”. Baena (2004, p.194) cita alguns deles: “Os edifícios públicos são o Palácio do Governo, a Casa do abolido Hospital Militar, a Casa da Aula de Artilharia, o Hospital da Caridade, o Arsenal de Guerra, os Armazéns da Marinha, a Cadeia, os Quartéis e o Horto Botânico”. Aldeias de administração privativa, colégios, fazendas e roças, este conjunto de formas constituem o controle por parte do espaço. As transformações na paisagem dialogam com as relações que se realizavam no espaço entre as ordens religiosas, os capitães-mores e governadores, de acordo com Neves Neto (2012, p. 15).

A metrópole se fortalecia com a transformação do sertão amazônico em uma paisagem domesticada: com as aldeias volvidas vilas e as matas tornando as roças. Um e outras teriam evocar, continuamente, a presença do poder metropolitano, por meio de suas denominações, traçado Urbano e arquitetura. As igrejas cumpriram um papel relevante neste processo (COELHO, 2005, p. 202).

O processo de metamorfose propõe, como nos diz Coelho (2005), uma paisagem domesticada, a transformação de aldeias em vilas e de matas em roças são traços referentes as medidas já incorporadas ao cotidiano a partir de Pombal, que se espacializam ao se realizar o projeto Pombalino. Observa-se o exercício da agricultura, com roças compondo a paisagem e de fazendas que são incorporadas a paisagem, assim os primeiros traços urbanos e arquitetônicos tem a iniciativa da igreja, promovendo transformações na paisagem.

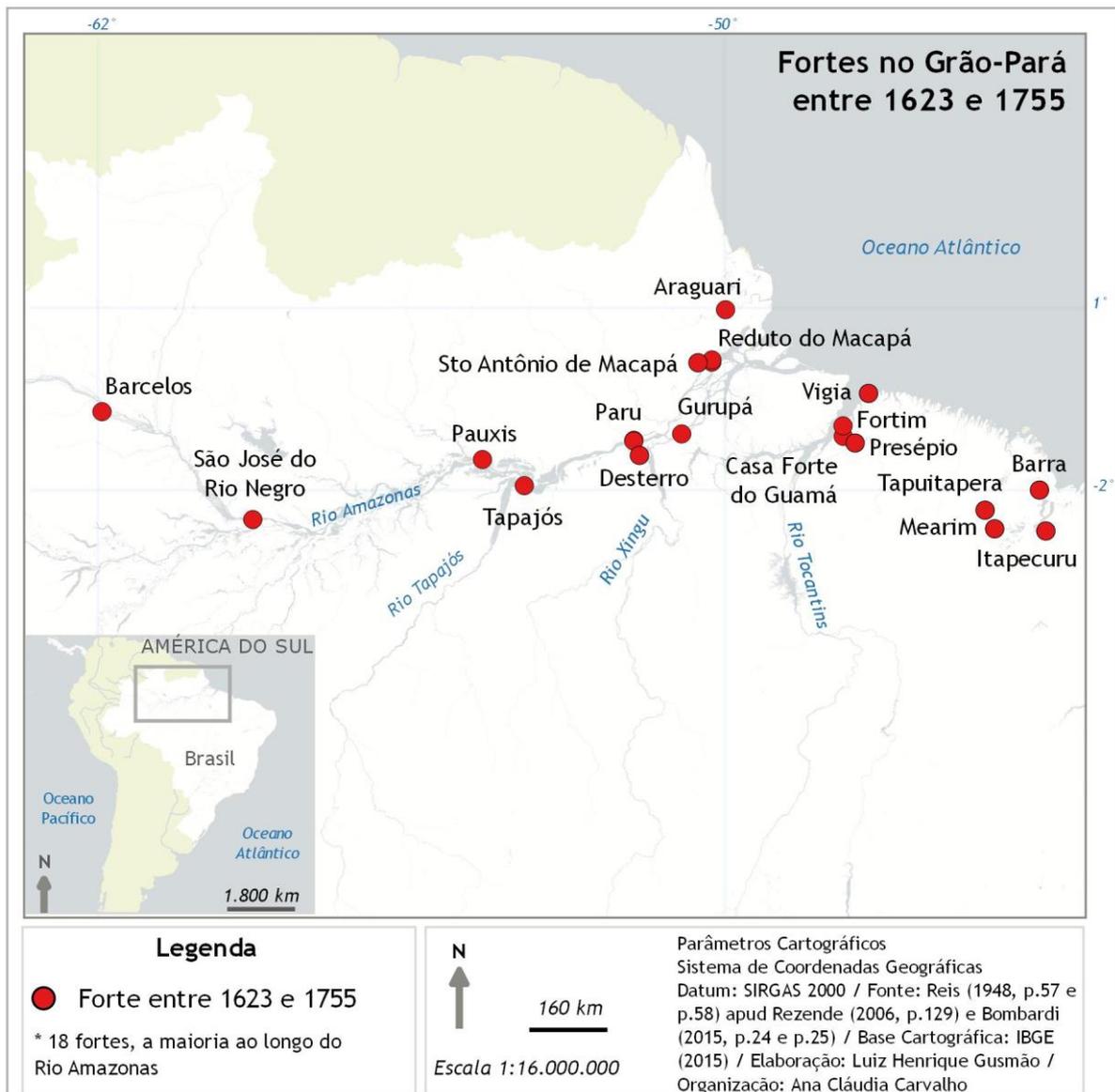
Assim, a presença dos missionários propõem alterações de localizações entre as missões e aldeamento, ocasionando metamorfoses na paisagem, pois são interferências que promovem a materialidade de novas formas espaciais, também modificando a configuração espacial. Este

reagrupamento das missões em lugares estratégicos integram as medidas que propõem uma espacialidade que facilitasse os fluxos, estrategicamente de pessoas e de produtos, que seriam intensificados a partir dessas transformações espaciais. Para tanto,

[...] O Regimento garantiu aos aldeamentos uma expressiva autonomia sob a supervisão dos religiosos. Previu-se, também, o reagrupamento das missões em lugares estratégicos para facilitar as repartições e eventuais intercâmbios demográficos e econômicos. (KARL, MATOS, 2014, pág. 356).

Tais medidas se somam a um conjunto de formas e com elas práticas que se desenvolvem, juntamente com saberes imateriais, e incorporam a vida. Desse modo, a presença de fortes, igrejas, fazendas com roças, vilas, ruas com traçados urbanos, revelam a forte influência das medidas incorporadas ao meio natural, metamorfoses que servirão de base às demais que ocorrerão neste período. A presença dos fortes indica o começo das transformações que se materializam na paisagem do Vale amazônico. O mapa 2 representa a localização dos fortes no Grão-Pará até o ano de 1755.

Mapa 2 – Localização dos fortes no Grão - Pará de 1623 a 1755.



Fonte: Organizado por Carvalho (2021) a partir de Baena (2004).

Estes fortes expressam o desejo estratégico de dominação e expansão do território português, influenciadas diretamente os anseios de definir as fronteiras do norte, protegendo-as dos franceses, somado aos apoios dos missionários, além das disputas turbulentas ao Rio Solimões, Rio Negro e Rio Branco, e as expedições ao Rio Madeira (REZENDE, 2006).

A presença dos fortes representa um esforço de dominação e demarcação do território, que transforma a paisagem garantindo a proteção do vale amazônico nesse primeiro século de presença missionária da igreja, em seu projeto de “catequização” aos povos indígenas. Eles, juntamente com as igrejas, compõem a paisagem colonial e são elementos desse período, onde

o meio natural vive o início de uma intervenção que assegura e os primeiros passos do que se transformará em Amazônia.

Outros testamentos e testemunhos da formação do meio natural são os engenhos datam de 1620, assim como a criação de gados, e a lavoura de subsistência. A presença dos engenhos na paisagem carregava em si grande importância no contexto econômico, pois a produção de açúcar da colônia ganhava significância e principalmente de aguardente. A figura 5 está na obra “Viagem filosófica...” de Alexandre Rodrigues Ferreira, trata-se de um engenho de cana movido por uma hidráulica. A figura 6 tem-se um sistema motriz de um engenho.

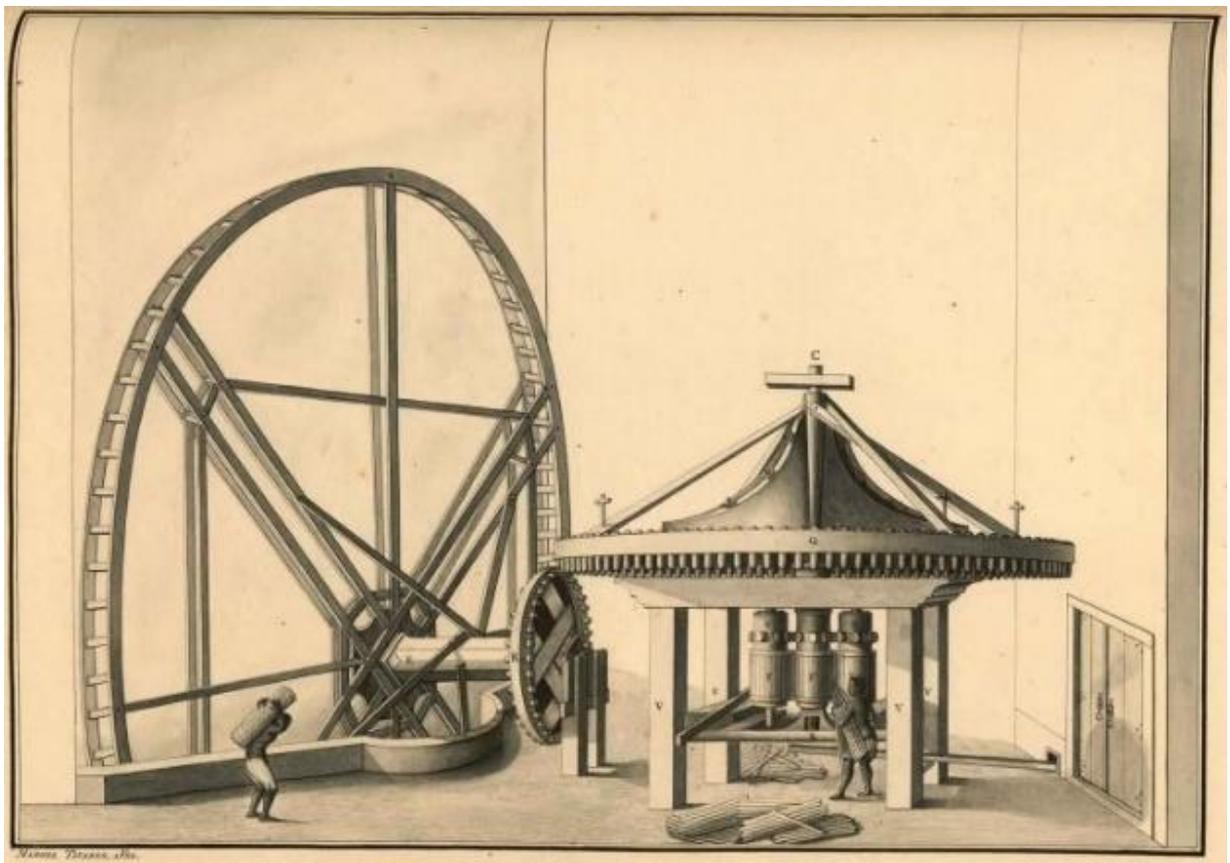


Figura 5 - Engenho de cana movido por hidráulica no século XVIII. Fonte: Ferreira (1800, p.26).

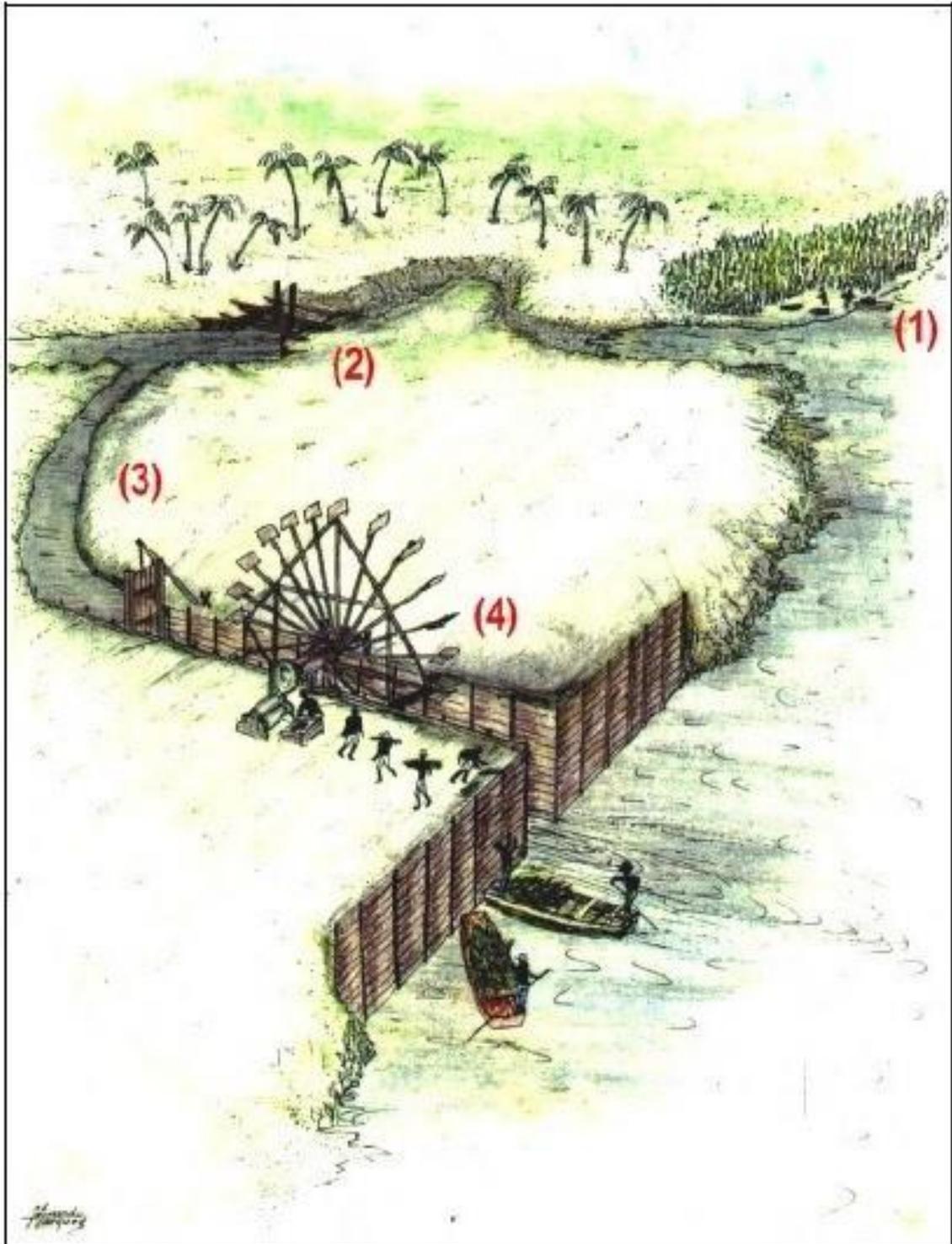


Figura 6 - Reconstituição do sistema motriz movido a maré do engenho São José em Igarapé Mirim – PA.
Fonte: Marques (2004. p.28).

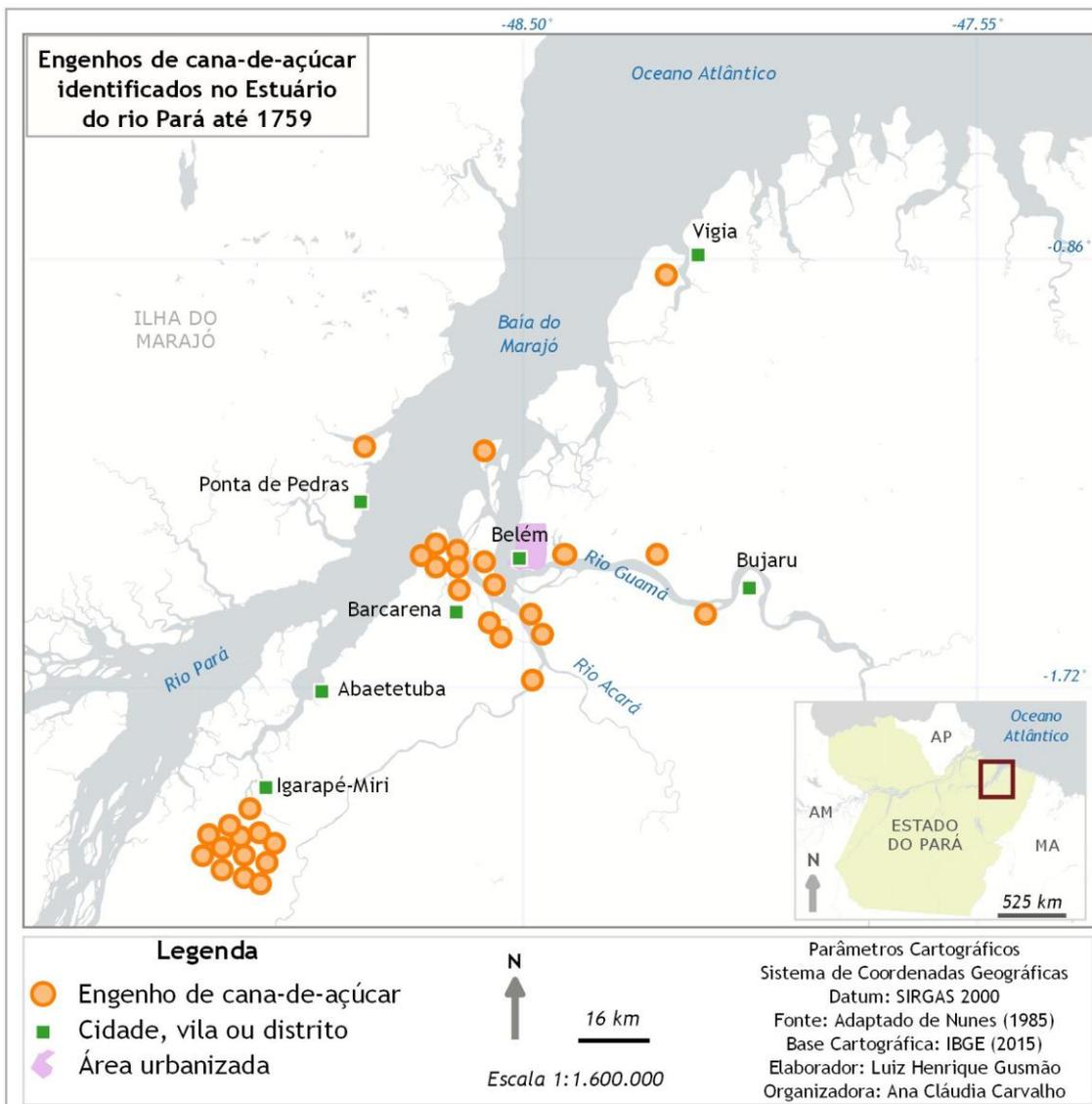
A presença dos engenhos no estuário amazônico foi importante e se desenvolveu tendo a maré como força impulsionadora em seu funcionamento, como pode ser observado na Figura 5, a representação do sistema motriz de um engenho movido pela maré. “A maré foi importante componente na fertilização das margens (1). No Preamar a água retida por uma barragem (2),

desviada por um canal (3) até a calha (4), para durante a vazante girar uma roda d'água. A maré também possibilitava o transporte da cana.” De acordo com Marques (2004, p.28). Havendo também engenhos movidos a animais e mais tarde a vapor.

Entre os Jesuítas os engenhos eram administrados como empresas geradoras de lucro, “[...] estabelecendo o trato com os diversos segmentos da sociedade colonial, como produtores, lavradores, escravos, comerciantes etc., [...]” (SOUZA JUNIOR, 2009, p.223). Esta rede comercial cujo centro são os engenhos e tinham como força de trabalho a mão de obra indígena e mais tarde o negro escravizado. Os engenhos compunham uma cadeia produtiva que se desenvolve associada ao cultivo da cana-de-açúcar e cujos produtos eram exportados para a metrópole. Segundo Azevedo (1901) em 1751 contavam-se 24 engenhos no Pará.

Entretanto, esse número é aproximado, variando de autor para autor. Em correspondência do Governador e Capitão-General do estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado de 1751-1759, fala-se de “infinitos engenhos e plantações”. O mapa 3 representa espacialmente a localização dos engenhos até 1759.

Mapa 3- Localização dos engenhos de cana-de-açúcar até 1759.



Fonte: Organizado por Carvalho (2021) a partir de Nunes (1985).

Pode-se observar a localização dos engenhos as margens dos rios, onde viviam os indígenas, relacionando-se com o meio. Mesmo não sendo o carro-chefe das colônias, sendo em alguns momentos proibido a fabricação de aguardente, os engenhos funcionavam e tinham destaque. A retomada da economia dos engenhos se dá mais precisamente após 1950, com o fim do segundo período da borracha, sendo Abaetetuba e Igarapé-Mirim os municípios onde mais se desenvolveu engenhos.

Envolvidos, nos seus multinacionais empreendimentos missionários, numa rede diversificada de atividades econômicas, como produção agrícola, engenhos, olarias, aluguel de imóveis, agiotagem, tráfico de escravos africanos, controle de trabalhadores assalariados e escravos, intercâmbio comercial entre instituições

Jesuíticas espalhadas no mundo e com o sistema produtivo colonial, comércio internacional, os Jesuítas sempre foram reconhecidos tanto por seus defensores, como por seus detratores, como hábeis negociantes, cuja capacidade de adaptação as mais variadas circunstâncias e contextos históricos seria o seu grande trunfo (SOUZA JUNIOR, 2009, p. 218).

Neste fragmento apresentado por Souza Junior (2009) narra-se a diversidade das atividades que se realizavam no espaço amazônico. Sendo geridas pelos jesuítas essa rede econômica diversificada que inicialmente era um motor das transformações espaciais. Como descrito, a cada nova metamorfose torna-se mais complexa esta gama de relações espaciais. Isso se assevera com a chegada dos colonos, que por volta de 1752 chegam a Belém. Estimulados pelas políticas do governador Mendonça Furtado, 430 famílias que receberam doações de terras, ferramentas e animais para criarem.

Esse movimento migratório se intensifica e entre 1745 e 1753 chegam mais colonos, porem agora direcionados a Macapá, Bragança e Ourém, se tornando cada vez mais comum essa prática, e assim se expande o povoamento na Amazônia, [...] Construíram-se olarias, teares de algodão, fábricas de cal e de sal, e outras tantas instalações necessárias à sobrevivência desses novos colonos (REZENDE, 2006, p. 248). Dessa forma, o espaço foi recebendo estes novos objetos espaciais e tendo sua paisagem modificada. A partir deste momento, as transformações orientam-se a partir de um primeiro plano de políticas direcionadas a Amazônia, criadas por Marques de Pombal, tais ações realizam-se no espaço plotando cada vez mais novos elementos.

2.3. Reformas pombalinas, novas perspectivas – 1756 a 1822.

A influência das políticas comandadas por Marques de Pombal foram muito além do seu período pombalino no Vale amazônico, suas ideias já influenciava seu irmão Francisco Xavier de Mendonça. As reformas que marcam esse período serão fundamentais na transformação da paisagem, configuração espacial e dinâmica social, pois se dão no espaço e impactam material e imaterialmente na vida dos habitantes do Vale amazônico. As perspectivas pensadas pelas reformas pombalinas envolvem um plano de desenvolvimento para a economia, que caminha pela ordem do poder, que sairá das mãos dos missionários, numa tentativa de reordenamento espacial.

Souza Junior (2009) descreve como Pombal teve papel importante na retirada do poder das mãos da igreja, retirando desta determinados cargos e aos poucos diminuindo sua influência nas decisões do Rei. A mudança e modernização do sistema educacional em Portugal também foi idealização sua, excluindo essa atribuição das mãos da Companhia de Jesus, propondo uma educação de alto nível aos membros da nobreza, preparando as futuras gerações de burocratas.

No entanto, há na literatura divergências a respeito da influência de Pombal sobre a retirada do poder das mãos da Companhia de Jesus e assim da igreja, tanto em Portugal quanto nas colônias. Havendo outros autores que afirmam essa iniciativa ter sido levantada por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Pombal. A expulsão dos Jesuítas do estado do Grão-Pará e Maranhão foi considerada uma decisão construída ainda durante a governança de Francisco Xavier, uma vez que os missionários da Companhia de Jesus eram acusados de sabotar as expedições demarcatórias da fronteira norte, estabelecidas pelo Tratado de Madri em conformidade com os jesuítas espanhóis, a fim de ir além das fronteiras, essa era uma das principais acusações.

O pressuposto do qual partimos aponta para a hipótese de que a implantação do Regime do Diretório na Amazônia também resultou, e muito, das pressões exercidas pelos colonos em sua demanda pela mão-de-obra indígena, como também pelas múltiplas práticas dos índios, que, longe de estarem na condição de vítimas passivas da nova experiência histórica que eles foram impostas, eram sujeitos autônomos no processo em que foram inseridos pela colonização portuguesa, no qual, concomitantemente, resistiam, negociavam, cediam, faziam conquistas, escolhiam aliados entre os estrangeiros etc., ou seja, vivenciavam e pensavam suas experiências cotidianas nas relações com os invasores, como atores de sua história. Essas práticas, presente antes desde o início da colonização portuguesa no norte do Brasil, adquiriram maior dimensão no século XVIII para as autoridades portuguesas, haja vista a importância que a demarcação do tratado de Madri em 1750 passou a ter para a continuidade e consolidação do domínio português na região. (SOUZA JUNIOR, 2009, p. 84-85).

Considerando a afirmação de Souza Junior (2009), pode-se analisar que os indígenas possuíam determinada autonomia, uma interpretação pouco encontrada na literatura que trata desse período, pois o autor enfatiza um papel de diálogo existente nessas relações. Essa troca de poder saindo das mãos da igreja e indo para as mãos do Estado se especializa nesse movimento, onde o Estado assume o controle das terras, aumentando seu poderio.

Dentre os fatores que levaram a expulsão dos jesuítas, destacam-se o complô contra Portugal nas demarcações de fronteira e contrabandos; foi necessário torná-los neutros, passando o poder dos diretórios aos índios. O poder e a autonomia dos índios, se levantando como alternativa de se auto-governarem. Em 1773, o papa Clemente XIV extingue a

Companhia de Jesus, essa decisão reverberou em outras nações que tomaram a mesma decisão, expulsar os jesuítas. A ação anti-jesuítica se espalhou em alguns casos ocorrendo massacres. Para Pombal os jesuítas eram responsáveis pelo atraso estabelecido na colônia em comparação às demais regidas por outras nações.

Decidido a colocar Portugal altura dos “novos tempos”, Pombal empreendeu uma série de reformas, que iam desde a organização econômica do reino até a reorganização da cultura, através de transformações na educação. Neste novo ideário, a ciência adquire o sentido de ciência aplicada, ou seja, a ciência que se aplica a sociedade, o que permite a formulação de uma política de base científica para o Estado. A ciência experimental, condição *sine qua non* para o progresso, era vista como a única garantia de se tirar Portugal da situação de atraso em que se encontrava e de introduzi-lo na “modernidade”, representando a educação nesse processo um importante papel (SOUZA JUNIOR, 2009, p. 97/98).

A ausência de um projeto político de base científica para o Brasil o incomodava, as políticas propostas por ele foram no sentido de regenerar o país e a Amazônia. Duas necessidades principais se apresentavam. A primeira era a ocupação e demarcação das fronteiras; e a segunda era tornar mais eficiente a exploração da colônia, este sendo o principal princípio do “Projeto da Regeneração portuguesa”. O açúcar e as pedras preciosas já não davam tanto retorno ao Brasil, como antes, era necessário encontrar novas riquezas para assim ganhar novos mercados no mundo. Esse seria o incremento econômico necessário para que Portugal atingisse a tal modernidade almejada e fomentasse suas atividades industriais saindo um pouco da dependência da Inglaterra.

Ter conhecimento desses fatos torna-se importante, pois eles caracterizam este momento e dão continuidade a processos que se materializam na paisagem, dinâmica social e configuração espacial, pois a leitura e interpretação dos problemas vistos por Pombal e as ações tomadas a fim de solucioná-los, medidas que resultam nas “Reformas Pombalinas”, partem de estratégias para garantir melhores resultados e o bom desenvolvimento das atividades realizadas no Vale amazônico.

Os fundamentos da proposição de uma nova paisagem neste momento, a introdução das novas intencionalidades estão diretamente ligadas ao meio e as condições que este lhes oferece. Entretanto, transforma-lo a fim de facilitar essa produção estimulando o desenvolvimento da agricultura torna-se um processo que muda a paisagem. Ou seja, o meio natural como palco, produto e condicionante, de tais metamorfoses, como será apresentado em largos traços.

[...] transformar suas potencialidades econômicas em riquezas, através de uma produção agrícola em larga escala, assentada no tripé monocultura do cacau,

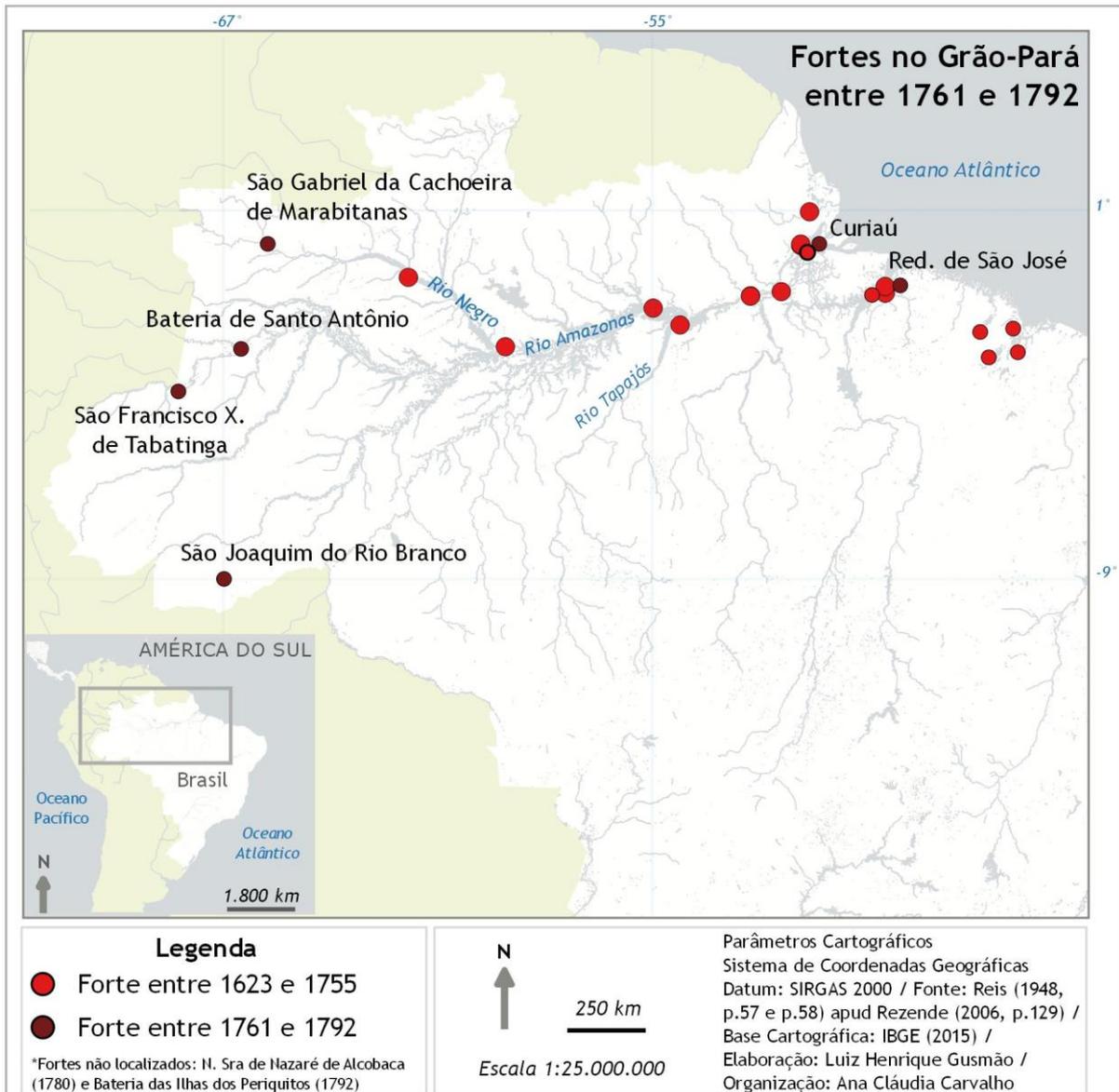
latifúndio e trabalho indígena assalariado, e da racionalização da coleta das “drogas do sertão”, produtos silvestres da floresta amazônica, como cacau, anil, salsaparrilha, essência de copaíba, urucum etc., o que se chocou com os interesses de colonos, missionários e índios (SOUZA JUNIOR, 2009, p.100).

O caminho tomado neste momento leva a fomentação do sistema de produção agrícola, a intensificação da produção voltava-se agora para a monocultura do cacau, e a presença do latifúndio garantem o ensaio do cerceamento da terra, processo que altera a paisagem diretamente, e com isso o trabalho, que ganha a chance de não ser mais escravo e passa a ser assalariado. Transformar o trabalho escravo em assalariado foi uma tentativa que encontra resistência diante dos colonos, e os missionários que veem uma abundância de indígenas e não aceitam a proposta de tê-los como assalariados.

Quanto as alterações na dinâmica espacial tem-se o incentivo ao incremento das atividades econômicas do Estado, possibilitar alternativas que garantissem maior comercialização, e assim propor novas relações com os fazendeiros, produtores e colonos. A reorganização do trabalho indígena, objetivando torna-lo mais produtivo, acabando com a escravidão, redimensionando-os agora como homens livres e assalariados, sendo substituídos mais à frente pelos escravos negros.

Estes novos direcionamentos políticos determinados pelo Estado dão novos contornos a paisagem, alterando a dinâmica espacial e consolidam as formas já implantadas no período anterior e se metamorfoseiam em novos elementos do espaço. A construção de fortes expressa a necessidade de expansão e de continuidade do controle, uma vez que novas vilas se formaram e outras mudaram de lugar estrategicamente. Estas novas fortificações tornam-se importantes elementos que consolidam processos iniciados e que não se encerram, ganham novas diretrizes e se modificam, resultando em novas paisagens. A construção de mais fortalezas entre 1761 a 1792 garantem a consolidação do território, considerando sua extensão tornou-se necessário construir povoações que pudessem servir de defesa aos possíveis embates. Como está representado no mapa 4 a seguir.

Mapa 4- Representação das fortificações existentes até 1792.



Fonte: Organizado por Carvalho (2021) a partir de Reis (1948).

O Tratado de Madri expôs a necessidade da construção de fortes para intensificar o controle, como exemplo tem-se “[...] as fortalezas como as de Marabitanas e São Gabriel, no Rio Negro; a de Tabatinga, no Rio Solimões; a de São Joaquim, nas nascentes do Rio Branco (SOUZA JUNIOR, 2009, p.143)”. A demarcação também passou a ser feita por oficiais vindos de Portugal, uma infantaria, “[...] A construção dessas fortalezas exigia um maior deslocamento de tropas para a região, coisa que no momento estava fora do alcance das possibilidades portuguesas (SOUZA JUNIOR, 2009, p.143)”.

Pesquisar as características da paisagem desse período requer a análise dos processos ocorridos nele como uma forma de leitura, que se dá a partir das interpretações propostas por autores que se debruçaram a destacar aspectos relevantes deste período, e dar ênfase ao geográfico, buscando compreender como tal processo se espacializa e ganha forma na paisagem.

Diante dos processos ocorridos e das contribuições dos autores em descrever suas análises pode-se elencar algumas formas que foram implantadas na paisagem, e que a cada evento tornou-se condicionante aos demais processos, impondo sua presença no espaço, e na paisagem, dentre elas apresentam-se: fortes, igrejas, roças, engenhos, fazendas, missões, vilas, aldeias, além disso, a presença de decretos, políticas e leis que se seguiram são elementos imateriais que se relacionam com os elementos materiais do espaço, e se materializam na paisagem, influenciando os processos, condicionando as relações que se dão a partir delas. Ou seja, as metamorfoses na paisagem alteram a dinâmica espacial como um todo.

Analisa-se as propostas idealizadas por Pombal para o Vale amazônico como uma leitura eficaz da realidade, suas propostas objetivam garantir o desenvolvimento das atividades econômicas realizadas naquele período, e a continuação da implantação de um projeto que trouxesse bons resultados econômicos. Além da “modernização”, da infraestrutura mínima, com a presença de serviços básicos como o processo de monetização no Grão Pará e Maranhão e a dominação do território. Traços que se apresentavam como grandes desafios a ser alcançados, tais como na esfera da educação, o ensino de uma língua padrão.

Ressalta-se de acordo com Miranda (2009, p.26) que a era pombalina possuiu dois principais seguimentos referentes à paisagem. O primeiro é a respeito do controle do território, que se deu através da instalação de novos objetos espaciais que impulsionaram o controle do espaço, como exemplo tem-se os fortes, as igrejas, as missões e aldeias. O segundo refere-se a mudanças urbanísticas na paisagem, que marcam o domínio luso, ao tentar formatar elementos paisagísticos de Portugal, para a Amazônia paraense.

O traçado urbanístico das ruas e a presença das praças tem como origem a racionalidade cultural europeia. Dessa forma reproduzir isso na paisagem amazônica traria ainda mais a incorporação da cultura portuguesa. As praças têm papel importante nas vilas, pois servirão de ponto central, a partir dos quais as demais ruas seguirão o desenho. Além de uma fisionomia semelhante à das cidades portuguesas, topônimos foram incorporados. Aproximadamente 23 municípios possuem nomes iguais aos de cidades em Portugal⁴.

⁴ Elas são: Alenquer, Almeirim, Alter do Chão, Aveiro, Barcarena, Beja, Belém, Bragança, Chaves, Faro, Melgaço,

Miranda (2009) afirma que as vilas e cidades possuíam uma espécie de padrão urbanístico, referente ao período pombalino e a presença de arquitetos europeus a frente dos projetos arquitetônicos. “[...] o traçado urbano cartesiano, os lotes cortados em ângulo reto, formando quadrados ou retângulos, a igreja matriz ocupando lugar central na praça, ladeada pelas residenciais das pessoas importantes” Miranda (2009, p.30). O italiano Antônio Landi foi um dos arquitetos que com inúmeros projetos no Pará, construiu igrejas, prédios públicos e o traçado urbano de algumas vilas.

Por esse motivo pode-se observar determinada semelhança na arquitetura destes primeiros prédios e igrejas no Pará. Na figura 7, mais uma pintura feita pelo italiano J.L Righini, publicada em 1867, por Conrad Wiegandt, na série de litografias “Panorama do Pará em Doze Vistas”, na pintura é possível ver vários prédios próximos a Igreja de Nossa Senhora das Mercês.



Figura 7: Largo das Mercês, ao lado a Igreja e Convento Nossa Senhora das Mercês, construída em 1640.

Fonte: Righini, 1884. Acervo do Centro de Memória da Amazônia, 2021.

Pombal nesse momento buscava transformar o indígena em colono. Uma ação articulada que almejava a integração total deste de maneira que unificasse o povo. Assim, propôs atos que levassem a esse processo foi um passo importante, mas que na prática não garantiu sua eficácia. Igualmente as medidas tomadas para levantar novos produtos que fizessem frente ao mercado

internacional e tornar o trabalho indígena assalariado encontraram muita resistência por parte dos colonos. Conseguir implantar um conjunto de medidas que fomentasse um novo momento na Amazônia tornou-se uma luta que se desmembra pouco a pouco, mas abre alguns caminhos.

Dentre as medidas efetivadas estão a implantação do Regime Diretório, a instalação da Companhia de Comércio e a decisão de expulsar os jesuítas. Essa última medida colocou em cheque o patrimônio montado pela igreja e ameaçava o confisco de todos os seus bens. Foram contratados alguns padres que desertaram da companhia para o ensino da língua.

Desse modo, a coexistência de dois poderes paralelos no Estado do Grão-Pará e Maranhão, representados pela Companhia de Jesus e pelo Governador, foi se tornando inviável, levando a expulsão de 117 jesuítas do Estado, entre os anos de 1755 a 1760, fato que anunciou a expulsão geral da ordem de Portugal e de todos os seus domínios, 1759. (SOUZA JUNIOR, 2009, p.137).

De acordo com Souza Junior (2009, p.103) era negligenciada a assistência religiosa dos jesuítas, recebiam a acusação de que apenas se preocupavam em aumentar seus patrimônios. Além disso eram acusados de cometer abusos de autoridade nas aldeias, explorando os indígenas. Destaca-se o papel de controle exercido pelos missionários, uma vez que não havia exército para isso, eles controlavam as fronteiras. Outro argumento levantado por Pombal era que um dos motivos da pobreza era a pouca mão-de-obra indígena, visto que, o fato de cada colono possuir apenas um escravo dificultaria a comercialização da produção, resultando no atraso da economia.

Desenvolvendo-se assim uma política de intervenção metropolitana no norte do Brasil, Mendonça Furtado foi fundamental nesse processo. Dessa maneira tomou posse dos bens da igreja e a cobrança passou a ser dever dos novos administradores, sobre o pagamento dos produtos e do dízimo, essa era a forma de prover o governo, o desenrolar das relações se davam entre, índios, missionários, colonos e autoridades coloniais.

Transformar o indígena em colono, os tornar livres, deixar que eles dirigissem a si mesmos, através da imposição dos diretórios torna-los trabalhadores assalariados, isso era o que defendia Pombal ao construir sua “Política Indigenista para a Amazônia”, que depois foi expandida para todo o Brasil. Propôs o uso da língua geral, surgindo a necessidade do direito a terra para conduzi-lo ao papel de agricultor, ficando eles isentos de pagar tributos, por serem donos das mesmas.

Com isso, a ideia de construir uma “rede sólida de povoações”, se traduzia na paisagem como afirma Souza Junior (2009, p.302), a utilização de áreas ainda não incorporadas à produção como uma forma de gerar um maior rendimento, melhorando a economia que

precisava ser fomentada, essa rede se formava contendo povoações, estabeleciam fluxos de produtos e pessoas, modificando a paisagem, e transformando a rede produtiva, incorporada as atividades econômicas desenvolvidas.

Com objetivo de institucionalizar o espaço em que os índios estavam reunidos, a lei de 1755 determinou, também, a transformação das aldeias mais populosas em Vilas e a repartição das terras adjacentes as mesmas aos índios que habitavam, garantindo-lhes o domínio e a posse hereditária das mesmas. Desse modo, a reorganização do espaço em que os índios estavam reunidos, ação eminentemente política, objetivava transformá-lo de espaço índio em espaço português, como parte do esforço de conformação da figura do índio-cidadão. (SOUZA JUNIOR, 2009, p.142).

Tornar o “espaço índio em espaço português” soma-se aos anseios de transformar o indígena em colono ou como nos diz Souza Junior (2009): Índio-cidadão. Este era o objetivo primeiro, amparado pela lei de 1755. Entretanto, esse processo não se deu como esperado, uma vez que os colonos e o governo já tinham outras intenções repousando neste espaço. A criação das vilas foi uma oportunidade de organização do espaço, porém, essa repartição das terras adjacentes ocorre entre poucos, um exemplo disso é a ida dos bens dos jesuítas, que após serem expulsos são repassados a colonos, fazendeiros, pequenos e médios proprietários, e o estado.

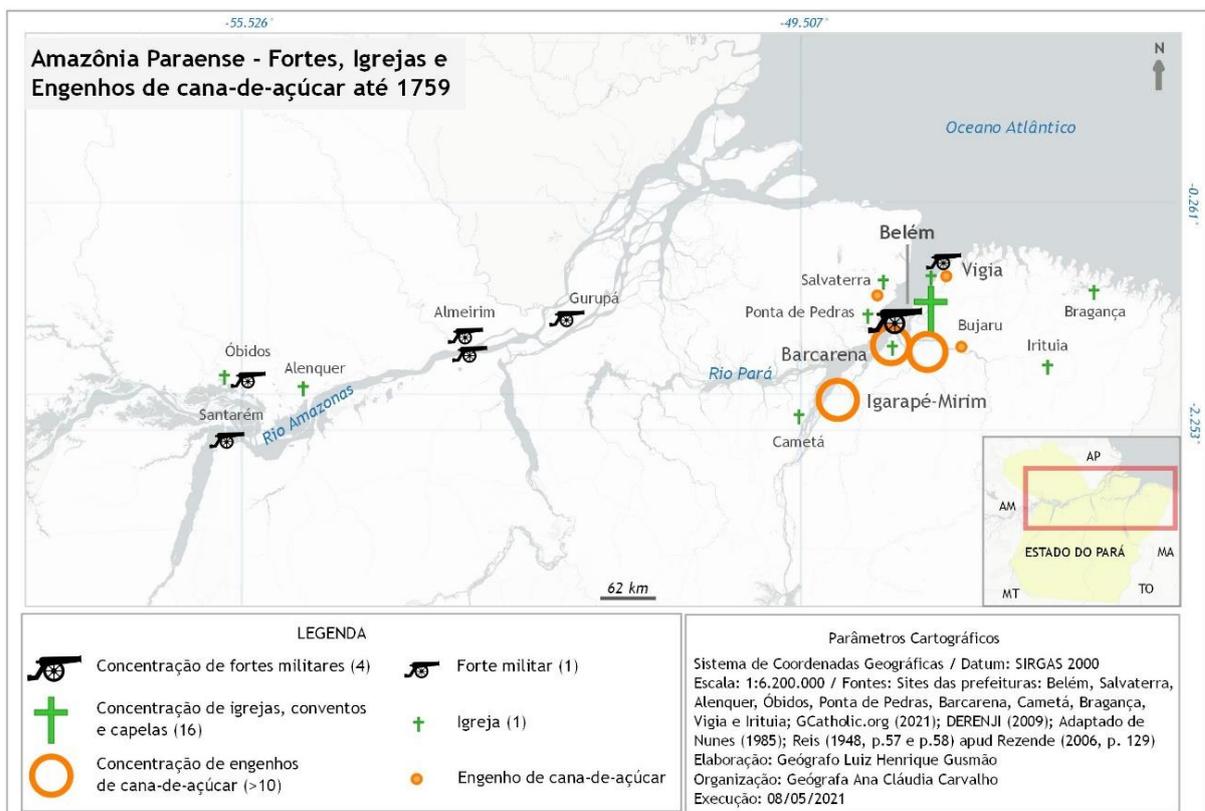
Na paisagem esse processo se apresenta com o desenvolvimento desses lugares que antes eram aldeias se transformam em vilas, através de uma maior organização. Nesse momento, as vilas se desenvolvem contendo objetos espaciais que dinamizam o trabalho, uma relação do meio natural e do modo de vida singularizando a paisagem. Segundo Baena (2004), na Vila de Macapá:

Os moradores têm as suas roças e fazendas de criação e engenhos de moer canas para aguardente e mel, nos rios Macaquari, Matapi, Frechal, Maruanú, Anauarapucu, Camihi e nos igarapés de Curiau, Bacuré, Munguba, Ponte, Piritua e nas ilhas jacentes em face da vila. (BAENA, 2004, p. 238).

A presença de engenhos nas margens dos rios e das olarias compõem a paisagem das fazendas, pois nelas eram fabricadas telhas de barro, uma forma usada como meio de trabalho que transforma a paisagem. “[...] houve antigamente uma olaria, em que se fabricava telha, ladrilho, louça de cozinha, potes para água, e potes chamados de manteiga, para favorecer os habitantes [...]” (BAENA, 2004, p. 237). Pensa-los como instrumentos técnicos que transformam os modos de vida e assim a paisagem é importante, na medida em que o trabalho ganha uma conotação comercial, no sentido de produção. Entretanto, essas técnicas ainda são modos de fazer (o saber fazer), um conhecimento usado através de um instrumento técnico não torna uma condição a vida.

Dessa forma, apresenta-se no mapa 5 a tentativa de representação desta paisagem caracterizada através dos mapas anteriores, onde a presença dos engenhos, das igrejas e dos fortes como objetos espaciais inseridos expressam a morfologia social desse novo momento do meio natural na Amazônia paraense. Trata-se de um esforço de representação e análise de dados referentes a meados do século XVII, onde a presença destes elementos e suas concentrações podem ser observadas na paisagem, que se metamorfoseia a partir da produção deste meio natural.

Mapa 5 – Concentração dos objetos espaciais por volta do século XVIII.



Fonte: Organizado por Carvalho (2021).

Diante da representação espacial observa-se a relação entre os objetos espaciais que ao compor a paisagem tornam-se condicionantes espaciais, a partir da construção dos fortes, os primeiros objetos espaciais plotados no espaço com o objetivo de assegurar a proteção do espaço amazônico, se estabelecem as missões, pois era necessário a presença de grupos indígenas que pudessem fazer a defesa do território. O estabelecimento dos fortes compõe uma paisagem que incorpora a partir dele uma presença externa, fixada a paisagem com uma nova lógica.

Após isso, tem-se a presença das igrejas, como marcos de um momento que era necessário construir e passar aos povos indígenas uma atmosfera nova, composta por uma nova língua, uma nova crença, uma nova ordem, e a igreja exerce esse papel. O edifício construído e sua arquitetura que era de palha inicialmente, mas que depois se transforma em um monumento central nas missões e vilas, ganham um papel de comando, ao gerir esses espaços e representar a presença do Estado.

Mesmo após a expulsão dos jesuítas, a igreja possuía sua função consolidação na transformação social dos grupos indígenas. Pode-se afirmar que a presença dos fortes e das igrejas cumpre um papel importante na paisagem e naquele momento histórico. Papel que se transforma com o passar dos séculos. Onde há um forte haverá a formação de missões, e a partir da presença das igrejas, a formação das vilas tornar-se-á uma realidade.

Os engenhos se desenvolvem numa junção do modo de vida indígena e os novos moldes de trabalho propostos pelos portugueses. A localização dos engenhos as margens dos rios e todo o saber fazer indígena sobre o meio natural são usados em prol dessas unidades produtivas que crescem na produção de açúcar e aguardente. A concentração dos engenhos, fortes e igrejas demonstram esse aspecto estratégico do processo de colonização na Amazônia, ao longo dos rios, que segue se estabelecendo mais ao interior da floresta, como será evidenciado no próximo capítulo.

Esses três elementos exemplificam a paisagem no meio natural deste horizonte temporal. Fortes engenhos e igrejas expandem suas presenças na Amazônia paraense, cumprindo suas funções espaciais de vão de acordo ao projeto colonial, contribuindo para essa produção do meio natural. Os engenhos vão alcançar maior destaque após 1759, expandindo a produção de aguardente em Igarapé-Mirim e Abaetetuba, os fortes ganham o reforço de soldados e capitães imigrantes, que se juntam aos caboclos amazônidas na segurança do território. As igrejas também se expandem, fundando essa presença religiosa que extrapola, englobando traços culturais que passam a fazer parte do modo de vida na Amazônia paraense.

A criação de gado igualmente era recorrente nas fazendas e para isso era necessário estabelecer áreas de pastos. Em Souza Junior (2009) encontramos a descrição dos bens do que podemos entender como uma elite que se levantava no período logo após a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará. Podemos observar a sua produção, suas propriedades e assim, um pouco da paisagem.

No entanto, o convento do Carmo aparece como proprietário de 127 escravos, engenhos, fazenda de gado na Ilha do Marajó, olarias, cuja produção no censo foi de

400 alqueires de farinha, 179 de arroz, 178 camadas de açúcar, 1550 tijolos, 7.500 telhas, 248 potes, e 9 rolos de pano. (SOUZA JUNIOR, 2009, p.328).

É possível ter a dimensão da diversidade do que poderia ser produzido nesta propriedade, neste caso um convento, e quão grande e lucrativa esta propriedade podia ser, além disso, a partir do que é apresentado por Souza Junior (2009), engenhos, olarias e fazenda de gado na ilha do Marajó representa grandes propriedades espalhadas, tendo um mesmo administrador, neste caso era o responsável pelo convento, que perde o poder, indo para as mãos do Estado.

Tal movimento de tomada do poder por parte do estado, está diretamente organizando o espaço em função de fomentar o trabalho, através das práticas do assalariamento do trabalho indígena, e maior organização das tentava mudar o trabalho, e ao fazer isso, mudava a paisagem. Ao estabelecer tempo e valor como uma rotina ao assalariado, uma pratica nova para alguns deles, isto não se estabelece, pois a forma de trabalho não se incorpora ao modo de vida dos indígenas, por serem poucos os que sobreviviam, eram cobrados uma carga de trabalho mais alta do que se poderia aguentar, muitos fugiam, outros morriam de fome e exaustão.

A abundância de terras sem dono, a liberdade que impera ali, a vida disco idosa e semi-selvagem que as pessoas levam, a facilidade com que se obtém o próprio sustento com pouco trabalho - tudo isso induz até mesmo os mais bem- intencionados a abandonarem o trabalho regular tão logo surja a oportunidade. Ele queixou-se também do alto preço dos escravos, resultado da proibição do tráfico de africanos, dizendo-nos que anteriormente um escravo podia ser comprado por 120 dólares, ao passo que naquela época era difícil consegui-los por 400 dólares. (BATES, 1979, p. 30)

Sendo necessário o emprego da mão de obra de escravos negros nesta dinâmica. A fuga dos índios dos povoamentos para não serem explorados, nem adoecerem dos males encontrados lá e das disciplinas de tempos de trabalhos estabelecidos ali, se refugiavam no “mato”. Pode considerar que os mocambos eram áreas afastadas do centro, sendo o centro habitado pelos colonos, donos de tabernas e fazendeiros. Essa fuga tem significativa importância, na configuração espacial e dinâmica social, pois vai segregar o indígena e mais tarde o escravo negro. Então se estabelece esse outro lugar, que vem a ser um refúgio afastado do centro, onde se pode viver livre, com seu modo de vida próprio, e suas práticas culturais sem opressão.

Com a diminuição dessa mão de obra assalariada a pobreza aumenta e a escassez na produção de gêneros alimentícios também, pois os indígenas eram explorados em serviços públicos e não produziam os gêneros de primeira necessidade, estes eram para abastecer o mercado consumidor interno e externo, o que passou a não ser possível. Nessa paisagem volta

a ser incorporado o trabalho escravo, só que agora negro, a fuga para outras áreas em busca da não exploração, em mocambos distantes constrói novos povoados, mais afastados, esse fugir se dá por pressão, como se aquele lugar não lhes permitisse viver, e assim novos lugares passam a ser usados como forma de abrigo. Esse processo foi a base do cercamento das terras da “cidade”, que enfocaremos no capítulo a seguir.

Bates (1979) afirma que “No distrito do Pará já não se escravizam mais os índios, como antigamente, mas eles foram despojados de suas terras, e isso os selvagem sentiram amargamente, conforme me disse um deles, um homem digno e industrioso.” (BATES, 1979, p. 40). Este processo de desapropriação da terra que se dá desde o início da colonização e se estabelece de maneira mais forte durante as sesmarias, capitânicas e todo o conjunto de ações que desprendem os indígenas da terra, colocando-os no papel de escravos, alteram a paisagem, pois garantem novas relações espaciais.

A abertura dos portos em 1752 traz nova dinâmica ao Grão - Pará, garantindo uma expansão da comercialização dos produtos, ao mesmo tempo em que abre margem para a concorrência aos demais países. Reis (1940, p.104) garante que “A abertura dos portos brasileiros ao comércio das nações rasgou novos horizontes. Belém passou a comercializar com Inglaterra, América do norte, Antilhas, Holanda”. Esta abertura é fruto de pressão interna e externa para que o Brasil buscasse outros mercados, e alcançasse maior êxito em sua comercialização. “[...] Em 1820, com uma população de menos de cem mil indivíduos nos centros urbanos, o estado registrava 14 artigos importantes de exportação.” (REIS, 1940, p.104). Caminha-se para o fim dos diretórios e da colônia, um novo momento para a Amazônia que será melhor analisado no tópico a seguir.

2.4. A partir do fim do diretório e fim da colônia – 1823 a 1966.

Entra-se em nova fase do meio natural, período em que a paisagem, configuração espacial e a dinâmica social são expressões dos movimentos e intencionalidades vividos envoltos a uma série de processos que giram em torno da companhia geral do Grão Pará e Maranhão. A presença da técnica se dá através do saber fazer e instituem no espaço transformações referentes a desejos externos e internos ao lugar. O vale amazônico se torna um “empreendimento econômico”, que se estabeleceu no sistema colonial, e que fez de maneira mais eficaz o trabalho ganhar contornos de empreendimento. Ainda que modificado, o meio

natural dita regras e condiciona as relações, mesmo com as transformações impostas na paisagem, como foi apresentado nos tópicos anteriores.

O estabelecimento do diretório, contendo um conjunto de regras a serem seguidas, somadas aos anseios e expectativas jogados aos novos trabalhadores assalariados, o desejo de tornar o trabalho indígena assalariado, introduzindo os negros como escravos, já era uma realidade no Brasil, precisava ser no Pará, com o objetivo de aumentar o número de trabalhadores e assim os resultados comerciais, além de oferecer aos colonos a possibilidade de terem a seus serviços os escravos, uma vez que o trabalho indígena passou a ser escasso.

É importante destacar que nesse momento as relações que se seguem são bastante conflituosas, não que as anteriores não fossem, porém, neste tem-se um novo cenário com mais relações de tensão e conflitos. Isso se dá pelo estabelecimento de relações mais complexas, no sentido de que agora se negocia, se adapta e se rompe, numa dinâmica mais intensa que no período anterior. Tem-se políticas instituídas que forçam determinados movimentos, e quando estas não são obedecidas os embates se dão, seja entre colonos donos de escravos, o governo, soldados, os próprios escravos, e os indígenas.

O fim do diretório e da colônia se dá por conta de vários fatores, estes não serão destrinchados aqui, pois não é o enfoque deste tópico, o que se busca é caracterizar o quanto as transformações ocorridas na paisagem a partir desses processos, quando se estabelece o que alguns autores denominam de o período da borracha, direcionando a economia, e levando a determinadas transformações, na paisagem, em decorrência da introdução de elementos espaciais, como busca-se apresentar.

Este período, a que Roberto Santos (1980) chama de “Fase da decadência”, que seria de 1800 a 1840, a Amazônia passa por um “abandono” e perde parte da sua força ao ver decretado o fim dos diretórios e o fim da colônia. O fim do diretório e da colônia demarcam uma nova fase, onde o estabelecimento de “cidades” e da técnica passam a ser incorporados, resultando em uma paisagem cada vez mais produzida, com elementos artificiais, resultado das novas dinâmicas vividas dentro e fora da Amazônia paraense. Estas são algumas das alterações na dinâmica da paisagem, diante dos processos deste período.

Henry Walter Bates (1979) ao descrever em detalhes as suas impressões sobre sua viagem ao Pará, por volta de 1848, mostra essa nova fase vivida pelo estado, oferecendo-nos informações quanto aos objetos espaciais que compõem a paisagem, elementos que possibilitam analisar o grau de técnica inferido, assim é possível caracterizar a paisagem no meio natural nesta fase de decadência.

[...] vêem-se muitas casas grandes ao longo desse rio, pertencentes a antigas e prosperas fazendas que haviam entrado em decadência depois da revolução de 1835/36. Dois prédios mais vastos tinham sido construídos pelos Jesuítas no princípio do século passado. Fomos informados de que havia primitivamente 11 grandes engenhos de açúcar nas margens do Moju, ao passo que atualmente existem apenas três. Em Burujuba há um grande mosteiro em ruínas; parte do prédio, entretanto, ainda era habitada por uma família brasileira. [...] (BATES, 1979, p. 73).

A diminuição do número de engenhos nas margens do rio Moju de onze para somente três, demonstra a crise de produção refletida nesse cenário. O movimento da Cabanagem ocorrido entre 1835 a 1836 também impactou na paisagem e na dinâmica dos lugares, de acordo com Bates (1979, p.21) “À época de nossa chegada, a cidade do Pará ainda não se tinha recuperado dos efeitos de uma série de rebeliões, provocadas pelo ódio existente entre brasileiros e portugueses [...]”. O movimento Cabano foi intenso e de grandes proporções, onde o poder foi tomado das mãos do Estado ficando com os “cabanos”, negros e colonos, que reivindicavam seus direitos, diante das inúmeras queixas de exploração com que eram tratados.

“Em consequência, em 1823, logo depois de proclamada a independência, estourou uma contra-revolução, durante a qual centenas de vidas foram sacrificadas e muito ódio foi gerado. Esse antagonismo perdurou por muitos anos, ocorrendo pequenas insurreições sempre que o povo achava que os imigrantes de Portugal estavam sendo favorecidos pelos governadores nomeados pela capital do império. Finalmente, em 1835, ocorreu uma séria insurreição que em pouco tempo envolveu a província inteira. (BATES, 1979, p. 24)

Esse movimento resultou em inúmeras mortes, sendo talvez um dos mais sangrentos acontecimentos na Amazônia, em consequência disso há uma diminuição no número de habitantes da cidade, segundo Bates (1979, p. 21), de 24.500 em 1819 havia passado para 15.000 em 1848. Após o fim do diretório e da colônia de exploração, caminha-se para um processo de integração da Amazônia ao Brasil, iniciado desde antes da cabanagem, no movimento de independência do Brasil em 1822 e a adesão do Pará a independência, ocorrendo um ano depois em 1823, somado a isso, temos a abertura dos portos em 1752, a introdução da navegação a vapor em 1852, fatores que interferem diretamente nas dinâmicas existentes e assim na paisagem, pois há uma intensificação de fluxos, de pessoas e produtos, o que transforma diretamente os modos de vida, como é narrado por Bates (1979) ao conhecer o estado.

Quando chegamos ao Pará, moravam ali muitas famílias indígenas, pois essa época o modo de vida do lugar se assemelhava muito mais ao de uma grande aldeia do que ao de uma cidade. Mas logo que surgiu o tráfego de vapores no rio e as atividades

comerciais foram incrementadas, eles começaram a abandonar aos poucos o lugar. (BATES, 1979, p 40)

A navegação à vapor chega a Amazônia por volta de 1826, se insere na dinâmica econômica, mas não de forma homogênea, se detém nas mãos de poucos. A abertura do rio Amazonas a navegação de navios estrangeiros ocorrida em 1866 trazem uma espécie de “descoberta da Amazônia”, uma vez que ela intensifica sua incorporação ao sistema econômico global.

Um expoente que garante a continuação dessa incorporação da Amazônia é a extração e produção da borracha, e o seu primeiro auge, conhecido como o *boom* da borracha iniciado em 1879. Esse é o período em que o processo de urbanização em Belém ganha força, tomando o lugar de principal atividade a ser realizada na Amazônia, não encerrando as demais, entretanto, esta ganha grande destaque em sua produção.

A complexidade e a vastidão do ambiente natural da Amazônia não apenas atuou no sentido de frustrar os esforços de inovação técnica e de “racionalização” da produção, como ainda agiu profundamente sobre as atitudes da população da região em relação à exploração dos recursos materiais. Não se sugere, com isso, que o cenário físico tenha “determinado” a estrutura do negócio da borracha; contudo, de fato colocou certos limites ao empreendimento humano (WEINSTEIN, 1993, p. 17).

Barbara Weinstein (1993) nos auxilia na interpretação dos processos ocorridos no período da borracha na Amazônia, explicando como o sistema extrativista não se altera, permanecendo intacto do momento em que a borracha é descoberta até o momento em que se torna a cultura mais rentável da Amazônia. A indústria gomífera não possuía técnicas suficientes para a modernização da sua produção mesmo após o seu processo de intensificação, o sistema continuava primitivo permanecendo com o uso apenas das mãos dos seringueiros e pequenas ferramentas rudimentares.

Pode-se imaginar que a transformação da borracha, de substância utilizada por ameríndios para fins cerimoniais, ou ocasionais, em matéria-prima essencial a indústria em grande escala no exterior, tivesse comentado uma transformação concomitante no sistema de produção. Contudo, não foi o que aconteceu; se, 150 anos depois, La Condamine pudesse ter visitado de novo Amazônia, provavelmente se espantaria por ver qual pouco se alteraram, durante esse período, os métodos de extração e de coagulação (WEINSTEIN, 1993, p. 24).

As transformações da paisagem se deram em pontos específicos nas áreas urbanas, expressas numa infraestrutura que se fixou apenas na cidade e com uma elite que se concretizou, e que se impôs como frente dessa produção, o povo e os colonos seguiram o trabalho manual,

em sistemas de coleta na mata, usando seus conhecimentos tradicionais. “[...] e em parte alguma foi mais chocante esse contraste do que no caso da indústria de produtos de borracha, tecnologicamente avançada e altamente capitalizada, alicerçada no sistema primitivo de extração de borracha da Amazônia.” (WEINSTEIN, 1993, p.24).

Essa evidência levantada por Weinstein(1993) sustenta a existência do meio natural, uma vez que as técnicas deste período não são fortes a ponto de transformar o sistema produtivo, que continuou o mesmo dentre os anos que se seguiram. Os sistemas técnicos e a tecnificação dos sistemas de produção só se transformarão de forma relevante a partir das décadas de 1970-1980, permitidas por um conjunto de leis e decretos datados da década de 1966 e que ficaram conhecidos por Operação Amazônia.

Os teatros de ópera mundialmente famosos, as mansões suntuosas e as extravagâncias de legendários nababos criaram para a região uma deslumbrante fachada, por detrás da qual, porém, havia um sistema de produção e uma rede de trocas que pouco diferiam das estruturas socioeconômicas características do período colonial. (WEINSTEIN, 1993, p.16)

Em 1861 as ruas foram iluminadas a gás, terminando a era de iluminação a azeite e petróleo, aumentando o número de combustores, mas só em 1894 que se firmou contrato com a Companhia Urbana de Estrada de Ferro Paraense, a instalação foi concluída em 1896, de forma provisória, com algumas ruas com iluminação a petróleo. E em 1 de janeiro de 1896 se instalou na cidade iluminação elétrica, inicialmente com 1.800 lâmpadas incandescentes (BARATA, 1973, p. 361). Isso impactou na dinâmica social, por exemplo, sobre a educação os dados encontrados em Moura (1915, p.85) relatam o aumento do número de escolas “[...] de 1823 a 1836, pouco ou nada se fez em benefício da escola primária; de 1837 a 1839, já havia 33 escolas primárias; de 1840 a 1888 a evolução da escola primária foi se fazendo, e neste último ano, existiam 159 escolas.”

Este crescimento permanece e se desenvolve ainda mais no período de 1889 a 1912, “[...] a escola primária teve a sua primeira fase; de 1890 a 1899, registrando a estatística escolar do último ano 577 escolas, e de 1900 a 1912 a sua segunda fase, 36 grupos e 111 escolas isoladas na capital e no interior do Estado.” (MOURA, 1915, p.85). Estes dados referentes a presença das escolas em Belém contribuem na caracterização da paisagem e da dinâmica espacial que se estabelece na cidade, ganhando traços urbanos e de centro.

Nas demais áreas a paisagem expressa e integra o modo de vida dos colonos, sem nenhum luxo, lutando por sua sobrevivência, realizando suas atividades de caça, pesca, cultivo da mandioca, recorrendo as extensas áreas de floresta para coletar artigos que pudessem ser

vendidos aos portugueses, “[...]Com esses produtos da floresta, costumava conseguir uma sobra comercializável para trocar por ferramentas, arma de fogo, ou, quando necessário, por gêneros alimentícios adicionais.” (WEINSTEIN, 1993, p.27).

A paisagem especificamente de onde se realizava a coleta da borracha e dos demais recursos naturais foi citado por Weinstein (1993, p. 28) onde pode ser encontrado: borracha, cacau, pau-rosa e castanha, ovos de tartaruga e especiarias, tais artigos crescem todos de maneira espalhadas, não seguindo ordem alguma, em sua maioria só podem ser alcançados através de vias fluviais, comuns na região. Essa produção espalhada garante uma paisagem de floresta com áreas arborizadas, na Amazônia isso dificulta a coleta e ao mesmo tempo prevalece o respeito as formas da natureza, são esses traços que vão garantir a Amazônia esse nível de preservação do meio natural, suas formas e técnicas usadas na coleta que traduzem o modo de vida das populações nativas.

O *boom* da borracha que se dá em poucas décadas, em uma ascensão por volta de trinta anos, aumenta a produção foi um fator de atração de pessoas em busca de trabalho na Amazônia, o que ocasionou um aumento populacional no Pará, com eventuais correntes migratórias para o Amazonas, que por volta de 1870 novas estradas foram abertas em prol da produção e circulação. Dessa maneira, o regime seringueiro se transforma com a intensificação do trabalho. A borracha sendo extraída, o aumento de dívidas junto aos aviadores, fazia com que a precariedade vivida pelos trabalhadores se tornasse uma regra. Poucos tinham permissão de cultivar outras culturas para alimentação, era mais rentável aos seus patrões que comprassem o que comer dedicando-se exclusivamente a borracha e assim aumentando suas dívidas.

O aumento populacional impacta a paisagem neste processo de chegada dos imigrantes, se estabelecendo nas áreas de extração e após o boom da borracha, quando a cultura entra em queda e tais trabalhadores precisam sair em busca de novas ocupações, em áreas do centro. Dessa forma, a paisagem por ser dinâmica se metamorfoseia de acordo com os processos. No centro de Belém restaram prédios de arquitetura europeia como traço da *Belle Époque*, como pode ser visto nas propagandas de jornais da época, na figura 8, banco, casas comerciais, hotéis, teatro, lojas de tecidos, armazéns, lavanderias, perfumarias, restaurantes, serviços para atenderem a elite local que usufruía de um ápice econômico favorável, mas restrito a eles.

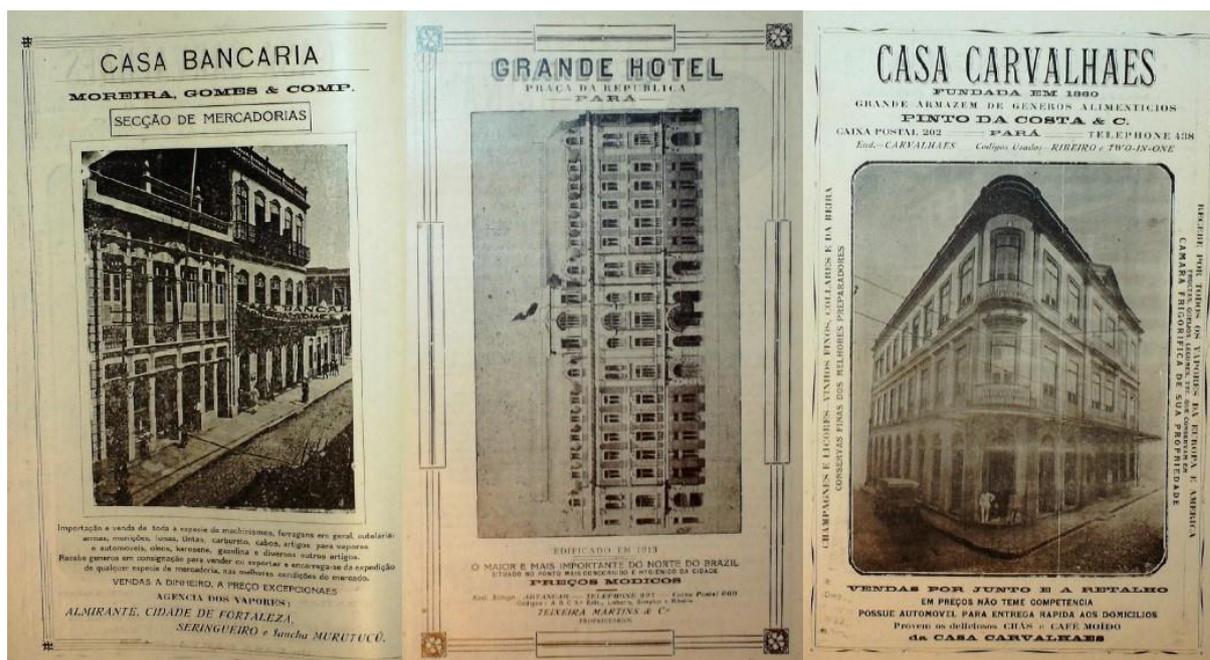


Figura 8 - Propagandas de edifícios comerciais em Belém. Fonte: Moura (1915, p.116, 71, 115).

A paisagem diversificada de Belém apresenta inúmeros palácios e palacetes com estruturas em requinte semelhantes aos da Europa, a exemplo o Palácio dos Governadores construído em 1772, Palácio Antônio Lemos iniciada construção em 1860, Residência de Domingos Bacelar (Casa das Onze Janelas) de 1754, Solar Barão de Guajará (Atual sede do Instituto Histórico e Geográfico do Pará) de 1837, Palacete Pinho de 1897, o Mercado de Ferro de Peixe de 1901, o Mercado de Ferro de Carne de 1908, e o Palacete Bolonha de 1915.

Estes elementos compõem uma paisagem de um centro, diferente das demais áreas ao redor de Belém. Outras cidades apresentam menos traços urbanos, com uma paisagem diferenciada, sem o comércio ativo com lojas de artigos de luxo como no centro de Belém. Pensar a Amazônia paraense e as suas heterogeneidades originadas desde antes do meio natural e que mantem-se construindo desde os primeiros contatos entre os povos indígenas e os europeus, torna-se necessário analisar os processos aos quais este espaço passou.

Este esforço de caracterizar a paisagem de acordo com os processos que mais se destacaram e se especializaram, compõem uma análise de leitura espacial que vê na abordagem geográfica uma importância ao se tratar de uma Amazônia paraense. As metamorfoses espaciais juntamente com as alterações na dinâmica espacial contaram a formação espacial dela nestes três séculos e meio. Por isso, no capítulo a seguir a caracterização da configuração espacial será apresentada, em conformidade com a caracterização da paisagem, devido em alguns casos, os processos analisados serem os mesmos, a leitura espacial apresenta-se de outra maneira.

CAPITULO III – A configuração espacial do meio natural na Amazônia paraense.

3.1. A configuração espacial

Neste capítulo o objetivo é caracterizar o meio natural considerando a configuração espacial como aspecto indicador das transformações espaciais ocorridas na Amazônia paraense no período de 1616 a 1966. Busca-se na periodização propor períodos para demarcar as maiores rupturas e assim enfatizar as metamorfoses espaciais. Caracterizamos três períodos que denotam as principais configurações espaciais existentes na Amazônia paraense e como estas se transformaram ao longo dos séculos. Uma 1º configuração espacial indígena, em um meio natural tribal; uma 2º configuração espacial colonial; e uma 3º configuração espacial estatal.

Inicialmente torna-se importante tratar do conceito de configuração espacial em Milton Santos, questão que fundamenta a análise, não se tratando de uma discussão epistemológica, mas de deixar claro o conceito usado na análise. A paisagem e a configuração espacial compõem o espaço, estas são dimensões que podem ser apreendidas dele. A paisagem sendo uma dimensão parcial e a configuração territorial como um sistema, “o espaço é o resultado de um matrimônio ou um encontro, sagrado enquanto dura, entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade” (SANTOS, 2008, p. 85).

Dessa forma, Santos (2008) nos auxilia nessa interpretação, pois realizar a diferenciação entre estas categorias torna-se necessário, visto que cada uma delas irá apresentar diferentes aspectos da totalidade. Porém, ambas se entrecruzam no decorrer dos períodos, compondo o que entendemos ser o meio.

“Podem as formas, durante muito tempo, permanecer as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem, a mesma configuração territorial oferecemos, no transcurso histórico, espaços diferentes” (SANTOS, 2008, p. 85). Dessa maneira, observa-se que as formas espaciais no decorrer dos períodos estão sempre envoltas pela sociedade e assim pelas dinâmicas sociais que se movimentam constantemente.

A configuração territorial para Santos, (2008, p.83) “[...] é o território mais um conjunto de objetos existentes sobre ele; objetos naturais ou objetos artificiais que a definem”, tais objetos espacializados exprimem uma relação com o lugar e são explicados por ele, sendo também fundamentais na análise espacial. “[...] é o conjunto total, integral, de todas as coisas que formam a natureza em seu aspecto superficial e visível [...]” (SANTOS, 2008, p.85).

Dessa forma, caracterizar a configuração espacial da Amazônia paraense em uma periodização, significa propor períodos onde estas configurações espaciais apresentassem diferenciações. Assim enfatizar os processos que as levaram a diferenciar-se, além da

caracterização dos elementos espaciais que compõe tais configurações. A configuração espacial será a variável que conduzirá a periodização. O diálogo será feito com parte da bibliografia apresentada no primeiro capítulo e outras, onde a configuração espacial ganha forma através dos processos ocorridos no espaço.

Demarcam-se períodos que possibilitem a análise das mudanças na configuração espacial, bem como traços da configuração espacial fruto do modo de vida indígena, apresentando características dos seus povoamentos, anteriores ao contato, que dão origem a formação das aldeias, povoados, vilas, e mais tarde as cidades. O papel das sesmarias e das capitâneas privadas no processo de povoamento da Amazônia. A divisão estatal até a instituição do Estado do Grão – Pará e Maranhão, e o seu desmembramento em 1772. A abertura dos portos em 1808, e a Lei de Terras em 1850, como processos que impulsionaram de forma mais direta as transformações na configuração espacial. Mostram-se também como tais transformações alteraram e influenciaram a formação espacial da Amazônia paraense.

3.2. As formas espaciais dos dois primeiros séculos da Amazônia paraense.

1º Configuração espacial indígena, um meio natural tribal (Várzea – Concentração e Terra firma - Dispersão).

Concordamos com Wagley (1988, p.81) quando afirma que: “O sistema escravagista e a economia extrativa que haviam se estabelecido nos dois primeiros tempos coloniais pelos europeus deixaram marca indelével na sociedade”. O sistema escravista e a economia extrativa são dois fatores que dizem muito sobre a maneira como se organizou o espaço amazônico, isso condicionará outros aspectos espaciais como o processo de expropriação da terra, monopólio da terra e monopólio da força de trabalho.

Wagley (1988) dá indícios disso quando fala que o principal obstáculo para alcançar um melhor nível de vida para os habitantes do vale amazônico é a incapacidade do homem de orientar seus esforços na direção de seus próprios interesses, tudo isso devido à influência do sistema escravista e a economia extrativista. O domínio por parte dos aldeamentos missionários direcionará espacialmente os grupos, lhes conduzindo a esta condição. A chegada dos imigrantes à Amazônia a fim de ocupá-la e torná-la seu lar, incentivados pela colônia,

reafirmam a posição dos indígenas escravizados em uma condição servil, condição social que perdura por muitos séculos.

A dimensão espacial gerada a partir do sistema escravista e da economia extrativista, estabelecidas no meio natural na Amazônia paraense, foram marcos definidores que conduziram a uma configuração espacial decisória, pois está diretamente ligada a formação de uma classe sem direito a terra, sem poder de troca da sua força de trabalho (fato que só se transformará lentamente com as políticas indigenistas de Pombal), e que dificilmente poderá ascender neste sistema imposto a eles.

A partir disso, a Amazônia não terá a possibilidade de alterar este quadro, os eventos que se seguiram apenas reafirmaram essa condição. A retirada dos direitos quanto a força de trabalho e do uso da terra dos povos nativos através da imposição de um sistema colonial conduz a um processo de condicionamento velado a condição de ter a terra negada. Com o discurso que enfatizava a missão e a preação, tornava-os dependentes dos seus senhores que acumulavam capital as custas do trabalho alheio, nesse processo há constituição intencional de uma configuração espacial colonial.

3.2.1. Traços espaciais antes do contato, na terra firme e várzea.

Torna-se necessário a partir deste ponto o esforço de caracterizar aspectos da configuração espacial antes do contato, como forma de demarcar os traços iniciais dessa configuração espacial que se transformará, esta será chamada de “configuração espacial indígena”. Sobre a América do Sul, a hipótese mais influente seria o modelo continental proposto pelo antropólogo norte-americano Julian Steward, na década de 1940. Existindo quatro modelos de distribuição de tipos culturais antes do contato que seriam: os Andes centrais; os cacicados, as tribos da floresta tropical; e os marginais, apresentados na figura 9.



Legenda – Preto sólido: Andes Central; linhas horizontais: Círculo Caribenho; linhas cruzadas: Floresta Tropical e Sul dos Andes; linhas diagonais: Semi Marginal; pontilhado: Marginal. **Figura 9. Distribuição dos Tipos Culturais da América do Sul segundo Julian Steward.** Fonte: Fausto (2010, p.10).

Observa-se de acordo com Fausto (2010, p. 11), que as tribos de floresta tropical estariam acima dos marginais, elas estariam localizadas em aldeias, de maneira permanente, mas dispersas no território. Viveriam congregadas em um grupo maior de pessoas que dos bandos marginais, devido a prática da agricultura de queima e coivara, e graças à exploração dos recursos aquáticos. Não contendo instituições propriamente políticas, nem poder político, nem religioso, prevalecendo como princípio organizacional o parentesco, e o igualitarismo. “Sociedades desse tipo estariam dispersas pela maior parte do continente, ocupando quase toda a Amazônia, a costa do Brasil e das Guianas e os Andes meridionais.” (FAUSTO, 2010, p.11).

Fausto (2010) afirma que os sistemas sociais indígenas, presentes antes da conquista eram articulados local e regionalmente. “[...] Ao que tudo indica, vastas redes comerciais uniam áreas e povos distantes. Movimentos em uma parte produziam efeitos em outra, por vezes a quilômetros de distância (FAUSTO, 2010, p. 8)”. Pensar nessas sociedades torna-se necessário, definir traços referentes aos seus modos de vida, considerando sua heterogeneidade cultural, e suas diferentes maneiras de se especializar.

Segundo Prous (2007, p. 82-83) as escavações mais antigas realizadas no abrigo da Pedra Pintada de Monte Alegre, no estado do Pará, possuem vestígios de 10.000 e 11.200 anos atrás, contendo “[...] densa ocupação de caçadores, pescadores e coletores que deixaram instrumentos de pedra lascada: milhares de lascas e várias pontas de dardo bifaciais, bem como lesmas unifaciais, lembrando a Tradição Itaparica do Brasil central.

[...] Foi recentemente levantada a hipótese de que os Marajoara teriam explorado a rica polpa das palmeiras (o *sagu*) encontradas na parte ocidental da ilha. Acreditamos, sobretudo, que vários aterros seriam dedicados à agricultura – a técnica de estabelecer “campos elevados” é amplamente difundida na América Central e andina, nas Guianas e nas terras baixas bolivianas. Existem vários estilos regionais de cerâmica decorada (os de Camutins e de Pacoval do Arari, por exemplo), e os elementos gráficos parecem ter evoluído no tempo, mas descreveremos aqui apenas os elementos. Prous (2007, p.84).

Faz-se referência a agricultura, a cerâmica, mas principalmente a ocupação de caçadores, pescadores e coletores. Sociedades diversas que habitavam a região norte e desenvolviam técnicas rudimentares para sua sobrevivência e que puderam ser comprovadas através de vestígios encontrados por estudos arqueológicos. Acompanha-se em Meggers (1987) essa configuração espacial por volta do século XVI e XVII, uma especialização tendo como referência seus modos de vida. Esses traços iniciais apresentados por ela compõem um conjunto heterogêneo de formas, tão diversos quanto os grupos indígenas presentes em seu estudo.

A configuração espacial construída por eles como sendo uma junção entre adaptabilidade ao meio e do meio. As paisagens ganham novos elementos e ao mesmo tempo a vida se transforma, sendo moldada ao espaço. Na figura 10 a representação espacial contendo a localização das cinco tribos selecionadas para ilustrar a adaptação cultural ao meio-ambiente da terra firme em relação ao regime pluvial. Como se estabelece a configuração espacial neste momento, servindo como referência diante das transformações que se seguirão e que irão alterar a configuração espacial da Amazônia paraense.

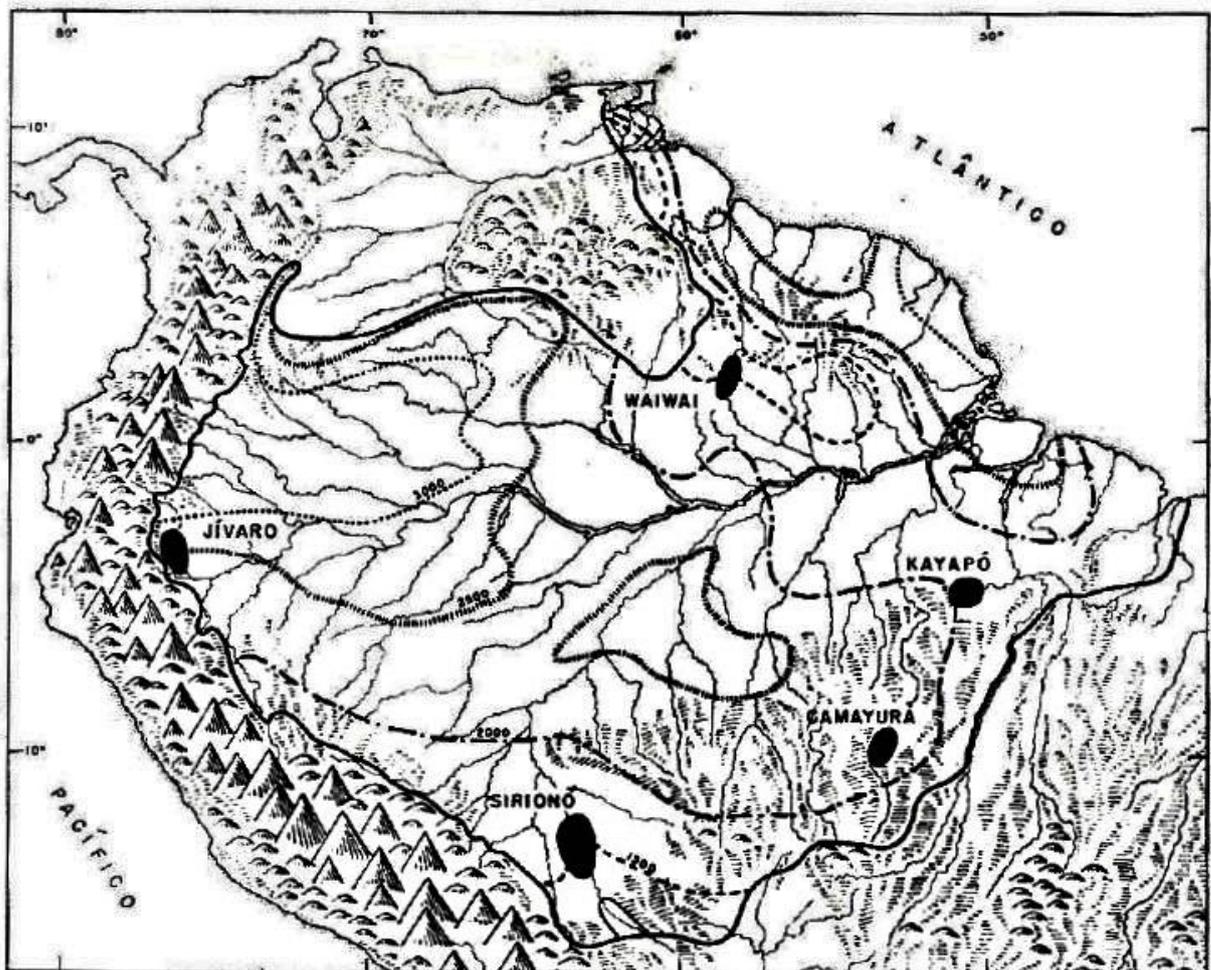


Figura 10 – Localização das tribos Jívaro, Sirionó, Waiwai, Camayura e Kayapó na área de terra firme na Amazônia. Fonte: Meggers (1987, p. 73).

Dessa forma, pode-se ter como base essa diferenciação inicial que envolve a configuração espacial da Amazônia, onde neste período anterior ao contato os grupos indígenas se localizavam de maneira dispersa, tanto na terra firme como na várzea. A localização destas

tribos de acordo com Meggers (1987) está diretamente ligada ao modo de vida e a cultura alimentar que se diferencia em alguns pontos das tribos localizadas nas áreas de várzea.

O povoamento indígena da várzea diferia sensivelmente, em densidade, do da terra firme. As margens do rio e várias ilhas eram habitadas e, em alguns casos, as casas se estendiam por grandes distâncias. O plano da aldeia era linear, ao longo da praia ou dos dois lados de uma rua, em contraste com o arranjo circular característico da terra firme. A estabilidade de residência também era bem maior. Quanto ao tamanho, entretanto a população da aldeia não parece ter sido muito diferente da parte superior da terra firme. Embora, segundo consta, um povoado Tapajós tenha tido uma população de 2.500 habitantes, o normal era entre 500 e 700, e as aldeias Omagua eram, em média, bem menores. (MEGERS, 1987, p. 199-200).

A presença indígena marcava o meio natural compondo uma configuração espacial ligada as diversidades eminentes a cada grupo, cada um deles possuía diferenciações referentes a adaptações quanto ao seu habitat, cultura alimentar, casa, costumes etc.. Isso deve ser destacado pois, pode ser indicado por exemplo, na terra firme um padrão referente as casas na paisagem, de modo circular e na varzea outro, ao longo do rio de maneira linear. Na figura 11 pode-se ver a localização da aldeia Omagua, em area de varzea, cujas características se comparam as dos Tapajós.

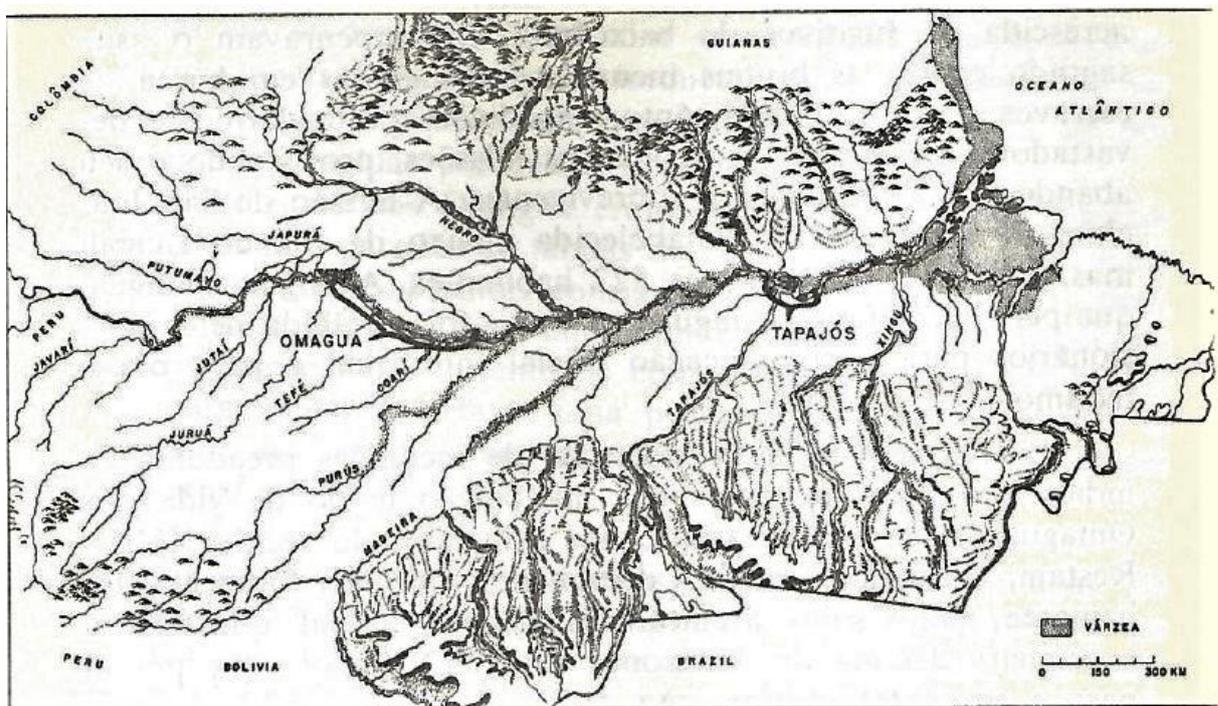


Figura 11 – Localização da aldeia Omagua, na area de varzea. Fonte: Meggers, 1987, p. 175.

Observar as diferenças entre um povoamento indígena localizado na várzea e um na terra firme nos ajuda a ter a dimensão espacial dessas áreas povoadas e dos inumeráveis grupos localizados na Amazônia. Cada uma com suas peculiaridades e com relação a seus modos de vida e relações com o espaço. Esse “padrão espacial” se repetem, uma forma de configurar os objetos espaciais diante do meio. Bates (1979) escreve um pouco a respeito da diferenciação da população aborígine do estuário do Pará.

As margens do Pará eram primitivamente habitada por várias tribos distintas, as quais tinham costumes bastante semelhantes aos dos nativos do litoral, desde o Maranhão até a Bahia. A história registra que uma grande tribo, a dos Tupinambás, emigrou de Pernambuco para o Amazonas. Um fato para parece incontestável: todas as tribos do litoral tinha um grau de civilização muito mais adiantado e maneiras muito mais afáveis do que os selvagens que habitavam o interior do Brasil essas tribos viviam em aldeias e se dedicavam a agricultura. (BATES, 1979, p. 39).

Esse aspecto referente ao grau de civilização mais adiantado, dito por Bates (1979), se dá devido ao fato de estarem no litoral e assim, tendo um maior contato com outros grupos que por ventura possam ter, em relação aos que vivam isolados no interior do território. A configuração espacial nesse momento tinha o sistema fluvial como um importante aspecto, pois os fluxos se davam pelo rio, e sempre foi salientado nas narrativas dos viajantes, como um aspecto singular da região. Bates (1979) destaca isso ao descrever uma de suas excursões pelo rio Iritiri, onde se deparou com vários riachos, e descreveu as características do sistema fluvial.

O Maguari é um magnífico canal; suas inúmeras ramificações formam o verdadeiro labirinto no terreno que se caracteriza por sua pouca elevação. Todos esses riachos do estuário do Pará não passam, na realidade, de canais. As terras são tão planas que os cursos da água locais, de curta extensão, não tem nascente nem correm numa determinada direção como os rios que geralmente conhecemos. Eles ajudam a drenar o terreno, mas ao invés de uma corrente continuar num determinado sentido eles têm um movimento regular de fluxo e refluxo, de acordo com a maré. Os nativos chamamos de Igarapés, que na língua tupi significa “caminhos das Canoas”. (BATES, 1979, p. 38).

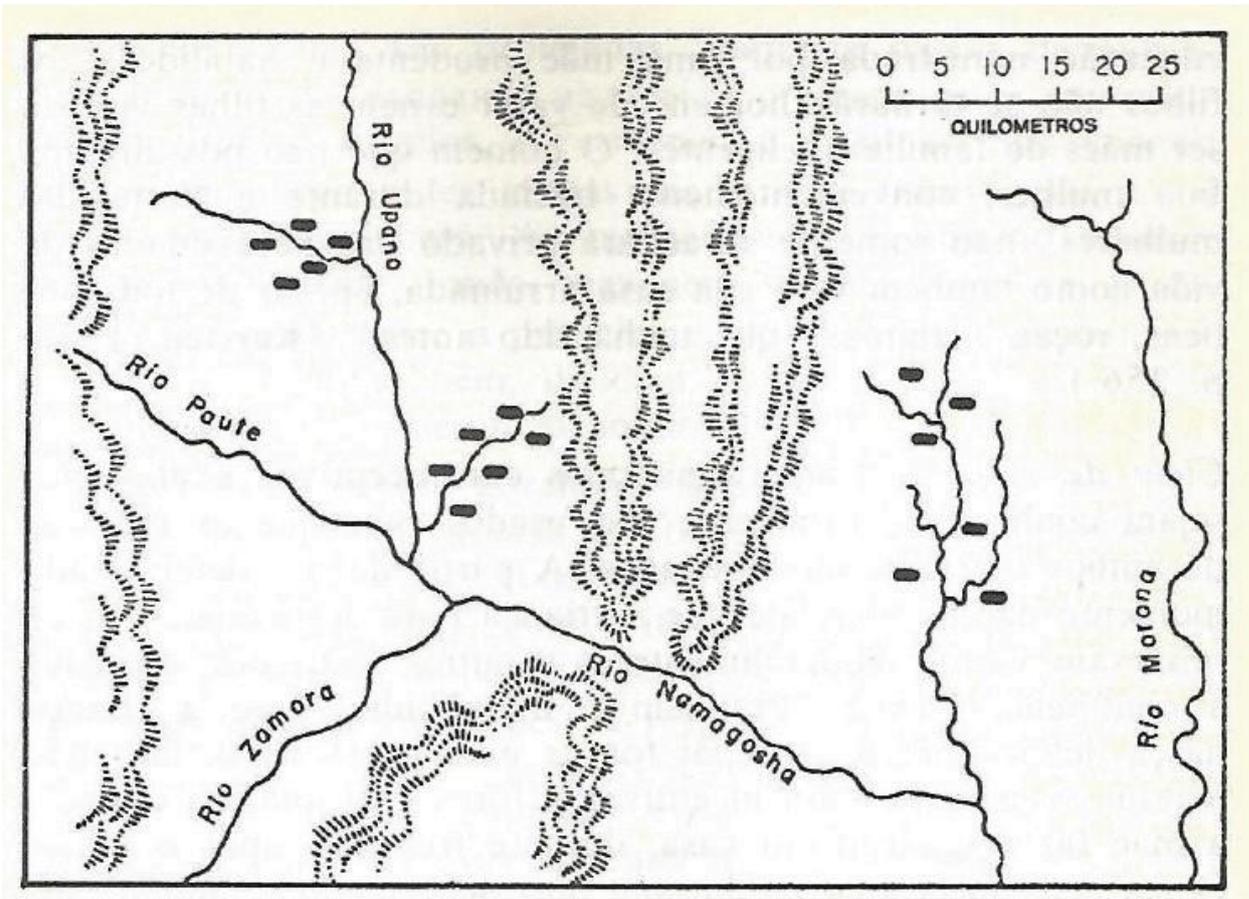
Tais “caminhos das canoas” exerciam uma função muito importante na configuração espacial, por serem inúmeros possibilitavam o transporte aos mais remotos lugares. A partir desse sistema fluvial múltiplo pode-se observar a espacialização das casas e das aldeias em si, estando elas intimamente ligadas a adaptações ao espaço, isso pode ser visto quando Meggers (1987) descreve as características das aldeias da várzea. “Uma disposição linear de casas é natural numa aldeia orientada para a exploração da base e é uma característica de povoamento ribeirinho, de maneira geral.” (MEGGERS, 1987, p.200).

Como o acesso aos recursos da várzea é maior ao longo do rio, o povoamento tende a expandir-se no sentido lateral, pelas margens, antes de começar a espalhar-se em direção ao interior. Assim sendo, é de esperar-se que uma adaptação em equilíbrio tome a forma de uma faixa estreita povoamento quase contínuo, ao longo das margens da várzea, e foi exatamente o que os primeiros visitantes europeus descreveram. (MEGGERS, 1987, p.200).

Essa configuração espacial caracterizada por um intenso sistema fluvial dá origem aos povoados ao longo dos rios, onde o rio também exerce o papel de fornecedor de alimento, e cuidador da vida. Em Reis (1940, p. 133), encontra-se uma ordem ao Capitão-General Souza Coutinho para organizar um plano para as comunicações internas, pelas vias fluviais, e colonização das margens dessas artérias, isso em 24 de novembro de 1796. Tal medida se insere como uma política estratégica de povoamento e dominação pelas vias fluviais, devido grau de importância que estas tinham, por mediar o transporte de produtos e pessoas e assim a comunicação.

Porro (1992, p. 177) afirma que devido a alta produtividade agrícola, as técnicas de armazenamento de alimentos desenvolvidos pelas populações da várzea, somada as técnicas da caça e da pesca, possibilitava o sustento de um número maior de pessoas neste ambiente natural, o que difere das condições da terra firme. Por essa razão poderia ser explicado as concentrações dos povoados nessas áreas de várzea, em contraste da dispersão das populações da terra firme.

A presença das casas junto as margens dos rios forma uma paisagem comum nesse momento na Amazônia paraense. Pode-se observar esta distribuição geográfica com mais detalhes na representação da figura 12, onde os agrupamentos de casas formam uma espécie de povoamento, que se desenvolverão mais tarde tornando-se vilas.



Legenda: linhas em preto representando os rios, áreas em preto representa as comunidades Jívaro as margens dos rios. **Figura 12 – Distribuição geográfica de três comunidades Jívaro, onde há agrupamentos de cinco a seis casas ao longo de um rio.** Fonte: Meggers (1987, p. 99).

Esses agrupamentos correspondem de acordo com Meggers (1987, p. 99) a casas que abrigam famílias, constituindo assim o maior agrupamento social básico da sociedade Jívaro. As relações existentes entre os membros dos diferentes grupos são tipicamente hostis. “[...] Uma aldeia parecia uma guarnição militar e localizava-se no alto de uma colina, dominando o rio. Outra aldeia se estende por mais de 8 km ao longo da ribanceira, a qual se separava da terra firme por um pântano”. (MEGGERS, 1987, p.176). Outras se dividiam por seções porém cada uma possuía seu lugar de desembarque no rio, com várias rotas conduzindo ao interior. Sobre as moradias dos povos Omagua, veem-se diferenças quanto ao tamanho.

As casas dos Omagua eram construções grandes e retangulares, com parede de tábua de cedro e tetos de palha. Uma aldeia de 330 habitantes consistia de uma fileira de 28 casas, cada qual ocupada por uma família extensa. Eram rigorosamente espaçadas e orientadas com o longo eixo perpendicular à margem do rio. Havia uma porta em cada extremidade. O interior era sempre varrido e guarnecido com redes, grandes esteiras e vasos de cerâmica. (MEGGERS, 1987, p.177)

Este exemplo se diferencia do povo Jívaro, cujo padrão de povoamento é outro, a aldeia Jívaro é formada por apenas uma maloca comunal, com cerca de quinze a trinta metros, habitada por uma grande família patrilinear. Situa-se em um lugar de fácil acesso próximo, mas não muito de um rio, de maneira que não possa ser vista por andantes, com um caminho cheio de armadilhas, disfarçado para impedir a aproximação de visitantes. (MEGGERS, 1987, p.91).

Tendo apresentado alguns traços dessa configuração espacial indígena, onde os grupos se distribuíam espacialmente nas áreas de terra firme e várzea, pode-se observar como o povoamento indígena se espacializava em grupos e ao mesmo tempo de maneira dispersas. E assim tê-los como referência sobre quais aspectos serão transformados na configuração espacial. A introdução da lei indigenista apresenta o regimento das missões, por volta de 1686, outorgava o direito de tutela dos nativos que fossem capturados, assim os missionários portugueses os doutrinavam a fim de torna-los cristãos. Esse processo de introdução da lei indigenista se espacializa em novos contornos dessa configuração espacial, essas transformações espaciais serão enfatizadas a seguir, o surgimento das missões, vilas, povoamentos e assim as futuras cidades.

3.3. Novos processos, nova configuração espacial.

2º Configuração espacial colonial – Padrão missão – aldeias- povoados.

Após o contato e o estabelecimento dos jesuítas na região introduz-se o projeto missionário a fim de “doutrinar” os povos indígenas, tirando-lhes das práticas culturais que eram mal vistas pelos colonizadores. Em seu lugar apresentando-lhes novos modos de vida, um conjunto de hábitos referentes ao trabalho, a língua, ao comportamento, entre estas transformações está a mudança de localização, a formação das missões, e dos aldeamentos, esses lugares específicos são onde ficariam os indígenas após serem retirados de suas localidades habituais.

Algumas missões mais tarde se transformam em aldeamentos dando origem as vilas e mais tarde aos povoados. Esses passos ocorrem com base em processos espaciais de ordem principalmente política, pois é instituída a lei indigenista como um marco regulador da prática de construir as missões e os aldeamentos, ainda como forma de dominação do território, objetivo previsto pelo projeto colonial. Uma dinâmica social que se espacializa, resultando em

constantes metamorfoses. O papel dos missionários foi fundamental para construir missões na Amazônia, segundo Porro (1992, p. 190):

Capuchinhos, carmelitas e mercedários, por outro lado e sem prejuízo do mérito de muitos dos seus, foram desde o começo mais conciliadores e comprometidos com a situação. As missões que eles fundaram ao longo do Amazonas: Gurupatuba (Monte Alegre), Tapajós (Santarém). Surubiú (Alenquer), Pauxis (Óbidos). Nhamundá (Faro), Tupinambarana (Parintins), Abacaxis (Serpa-Itacoatiara), Trocano (Borba), Tarumã (Manaus), Goari, Tefé, Parauari (Nogueira). Caiçara (Alvarães), Taracuatuba (Fonte Boa). S. Fernando do Içá, S. Paulo de Olivença e S. José do Javari, tornaram-se todas, na verdade, postos de abastecimentos de índios amansados.

As missões eram povoados indígenas que tinham como responsáveis os jesuítas. A lei de liberdade dos índios decretada em 1º de abril de 1680 no Maranhão, segundo Melo (2009), estabelecia a proibição de manter os indígenas em cativeiro. Estes deveriam ser levados para aldeamentos missionários. Em Meggers (1987, p.175-176) há descrição de uma missão onde são enfatizados os detalhes referentes a sua localização.

[...] A primeira missão se estabeleceu no Putumaio (Içá), em 1686, vinte e sete outras missões foram fundadas entre os Omagua durante a década seguinte. De modo tipicamente espanhol, esses povoados também incorporaram índios de várias outras tribos, sendo todos instruídos de sacramentos cristãos e nos costumes da vida civilizada. A população das missões eram constantemente acrescida de fugitivos do baixo rio, que procurava o asilo sagrado contra as brutais incursões portuguesas em busca de escravos.

Baena (2004) nos apresenta a caracterização de uma missão mais jovem que a anteriormente descrita.

Juruti: missão, que extrai este nome de lago, em que foi estabelecida no ano de 1818: cujo lago jaz na margem austral do Amazonas pouco arredado dela para dentro, e da montanha dos Parintins, que lhe demora à esquerda. Ali habitam 385 indianos, mundurucus e maués de ambos os sexos debaixo da direção de um missionário congruado como o de Curi. A Igreja é consagrada a Nossa Senhora da Saúde, e filial de Matriz da Vila de Faro. Na circunvizinhança deste lago são as florestas abundosas de salsa e cravo. No mesmo lago também residem alguns brancos, que fabricam guaraná, farinhas de mandioca, agricultam algodão, e sacam da espessura salsa e cravo. (BAENA, 2004, p. 235).

Observa-se que as missões podiam variar de tamanho, de estrutura, também nos gêneros cultivados e nas atividades desenvolvidas e na quantidade de habitantes. Afirma Porro (1992, p.190), que as missões tornaram-se “postos de abastecimento de índios amansados”, a imposição de novos modos de vida, uma dedicação maior ao trabalho, uma nova língua, foram

os direcionamentos estipulados nessas missões, algumas destas desenvolveram-se, outras foram extintas.

As missões possuíam um “Regimento das Missões do Estado do Maranhão e Grão-Pará”, com uma série de diretrizes direcionavam a administração dos aldeamentos a garantirem os direitos de liberdade e assalariamento dos indígenas. Este possuía várias leis complementares, como: “[...] o Alvará de 1688 (Alvará dos Resgates) e as Provisões de 1718 e 1728 (sobre os descimentos), o sistema implantado pelo *Regimento das Missões* vigorou até 1757, quando foi substituído pelo Diretório dos Índios”. (MELO, 2009, p. 86).

A partir do contato observa-se transformações resultantes do primeiro regimento das missões de 1686, que não só administrativamente vem efetivar novos agrupamentos indígenas promovidos pela força, como vem coabitar com as povoações indígenas que se mantiveram “livres”. Além disso, a localização de algumas das missões passa a ser escolhidas em pontos estratégicos para servirem de defesa do território, gerando uma maior dispersão das missões, que passam a ter um papel político, direcionado a também povoar o interior da Amazônia.

Na mapa 6, tem-se como objetivo representar espacialmente a presença das primeiras missões religiosas na Amazônia paraense. Eis o esforço cartográfico de localizá-las, em uma representação que marca nesse momento a configuração espacial que é dinâmica e passará por inúmeras transformações.

Mapa 6- Mapa de localização das primeiras Missões na Amazônia paraense.



Fonte: Organizado por Carvalho (2021) a partir de Porro (1992) e Rezende (2006).

De acordo com Porro (1992, p.176) o percurso feito pelos missionários espanhóis e portugueses, que foram avançando a partir de Belém, alcançando o Tapajós em 1626, o Rio Negro em 1656 e o Alto Solimões antes de 1690, este avanço ocasionou uma dispersão das populações ribeirinhas. Dessa maneira, houve praticamente o despovoamento das áreas de várzea amazônica sejam por doenças, conflitos, violências, que se apresentam antes mesmo das tropas de resgate, e que dizimavam aquelas populações.

“As feitorias, lugares e aldeias missionárias fundadas sobre os restos de antigos povoados indígenas, e que funcionavam como currais de mão-de-obra destinados a abastecer as fazendas do baixo Amazonas, tampouco resistiam à sangria.” Com isso, as populações da terra firme passaram a integrar as missões, cada vez mais. O papel desenvolvido pelas missões “[...]conseguiu neutralizar as especificidades culturais e linguísticas das nações indígenas, dissolvendo a diversidade das etnias na homogeneidade do tapuío.” (Porro, 1992, p.176).

Além da formação das missões temos a chegada de novos colonos, tornando o processo de povoamento mais intenso, com isso a concessão de terras passou a ser uma realidade neste processo colonizador. Tais ações irão propor novos processos, e assim transformações na configuração espacial, que ganha novos agentes, e novos usos. Aspectos que serão definidos nos tópicos a seguir.

3.3.1 Configuração espacial em constante transformação.

De acordo com Rezende (2006) a aparente falta de riquezas, as dificuldades de navegação no litoral norte brasileiro e a constante preocupação em controlar a costa brasileira, diante das ameaças francesas foram os motivos que levaram os portugueses a não se estabelecerem na Amazônia no século XVI. “A expulsão dos franceses é o verdadeiro marco da conquista do litoral, no sentido Leste-Oeste, e assiná-la o início da conquista e ocupação da hinterlândia amazônica” (REZENDE, 2006, p. 52).

Assim, faz-se necessário analisar a fundação de Belém não de maneira isolada, mas associada ao movimento espacial que se estabelecia no Brasil, naquele momento. Gadelha (2002) afirma que os estudos de Artur Cezar Ferreira Reis “demonstram como a ocupação da fronteira norte e sua inflexão no rumo Leste-Oeste ligam-se definitivamente ao núcleo da colonização de Pernambuco” (GADELHA, 2002 p.6). Traço estratégico espacialmente que possibilita ligação destes dois futuros núcleos, da mesma maneira que São Paulo de Piratininga, foi o núcleo de irradiação da colonização para o Sul até Minas Gerais, ficando Olinda como ponto de partida a entrada de Portugal pelo litoral setentrional até o Maranhão, que se expandiu até o Grão-Pará.

Após isso caminhou-se na direção da construção do Estado do Maranhão e Grão-Pará, tendo por sede São Luís. Dessa maneira, iniciou-se o processo de “povoamento” da Amazônia. Pensar este processo de povoamento nos leva a considerar que esta era despovoada até então, o que não procede. Trata-se de mais um ato estratégico de dominação, para se ter a posse total, incentivar o processo migratório foi a saída encontrada para garantir tal domínio.

De acordo com Chambolyeron (2010) vinha quem quisesse vir, motivado pela coroa e com determinadas regalias. Muitos soldados, casais, solteiros e pessoas sem formação alguma aportaram ao vale amazônico, com a finalidade de reproduzirem suas vidas aqui. Não achando empecilhos, ganhavam terra, passagens, donativos, quase sempre sem um ofício específico, adentravam o território e assim faziam morada. Tornando-se numa classe que fazia uso da mão de obra escrava, e que tinha determinado poder, pois precisavam ser servidos, já que não realizavam trabalhos manuais. Neste contexto, temos dois traços que fundamentam a fundação de Belém espacialmente, uma política estratégica para assegurar o território e a garantia da relação de fluxos existentes entre os núcleos presentes.

A presença das ordens Jesuítas e Carmelitas neste processo de reorganização do espaço vem no sentido de direcionar os povos nativos a uma conversão, que também deu origem ao

processo de escravização a que foram submetidos. Transformando assim um novo modo de vida a esses grupos. Para Reis (1993), tais ordens lhes impõe o trabalho organizado, ofícios mecânicos disciplinares a vida, venceram o hábito do nomadismo, se tornando sedentários, pratica que transforma a paisagem e assim o meio. Desse modo, dá-se início a produção de uma nova configuração espacial na Amazônia paraense, originando as missões, vilas e povoados, que se desenvolvem as margens dos rios expandindo-se.

A dominação portuguesa na Amazônia durante o século XVII significava seguramente “uma múltipla ocupação militar, religiosa e econômica” (CHAMBOULEYRON, 2010, p. 81). Alguns processos fundamentam essa produção espacial do meio natural que se configuram a partir dos novos agentes e elementos que se inserem neste espaço. Destaca-se que a natureza encontrada pelos viajantes nos dá a ideia de como o meio natural se apresentava. A presença dos europeus impõe uma intencionalidade a Amazônia paraense, construindo um meio natural caracterizado por iniciativas que resultarão, segundo Nahum (2019) em apropriação e produção do espaço, processo de expropriação da terra, monopólio da terra e monopólio da força de trabalho.

Esses são os limites impostos ao meio natural à medida que o processo de colonização na Amazônia acontece, de acordo com Wagley (1988, p. 81) foi “Nos dois primeiros séculos de regime colonial, que se formou um novo modo de vida no Vale Amazônico”. O modo de vida das tribos indígenas que aqui habitavam foi comprometido no sentido de que, a partir da presença dos europeus o trabalho e a natureza ganham outros sentidos, transformando as relações existentes entre os homens e o meio. Porém, “os europeus pouco contribuíram para proporcionar o equipamento ou os métodos técnicos que aumentassem a capacidade do homem para arrancar do ambiente amazônico o suficiente para viver” (WAGLEY, 1988, p. 81).

O conhecimento indígena sobre o meio lhes garantia a subsistência e o desenvolvimento de suas vidas em comunidade. A maneira como se relacionavam com a natureza foi praticamente destruída, por esse motivo foram escravizados, para dispor desses conhecimentos em favor dos portugueses que queriam ser servidos, a fim de alcançar regalias e acumulação de bens através da exportação dos produtos naturais colhidos na floresta. Isso Wagley (1988) descreve na comunidade de Itá:

A população cresceu a sombra do forte português de Itá e, em 1639, a colônia recebeu os foros de vila. Numerosos índios foram atraídos para a colônia florescente, casando-se os soldados portugueses com mulheres indígenas. Essas famílias indígeno-portugueses foram a base da população da nova vila. Consta que os missionários Carmelitas nela se estabeleceram em 1654. No ano seguinte chegaram Jesuítas. Os dois grupos missionários levaram os índios para Colônia e os Jesuítas logo

estabeleceram “aldeias missionárias” nas redondezas. Faziam da cidade sua base de operações para a fundação de novas aldeias missionárias rio acima. (WAGLEY, 1988, p. 64).

Dessa maneira se estabelecem as primeiras ações mais amplas de apropriação do Estado. Podemos destacar a primeira sendo através das sesmarias, ainda como uma forma de povoar estas terras aos donatários, do século XVII ao XVIII. Segundo Chambouleyron (2011, p. 4), na capitania do Pará no período de 1694 a 1705, das 40 sesmarias confirmadas pelo rei, 15 eram para cidadãos que moravam em Belém, outras 20 a pessoas que se diziam morar em Belém e as 5 demais a pessoas cuja localização da moradia não foi identificada.

Além das doações de sesmarias a posse da terra se dava também através da exploração econômica, por estar cultivando-a, o indivíduo solicitava a concessão. Sendo importante ponderar que as terras requeridas e possivelmente já ocupadas não necessariamente eram próximas a cidade, estavam espalhadas por Acará-Moju e Capim-Guamá. Estabelecia-se assim uma relação entre Belém e as áreas de ocupação da terra, que mantinham um fluxo com a cidade de Belém. Outra característica é a descontinuidade das terras, devido à diversidade das condições ecológicas das áreas, e por isso eram marcadas por uma “espacialidade da produção” (CHAMBOULEYRON, 2011, p.9). Isso pode ser observado abaixo, as diversas culturas e atividades sendo produzidas cada uma em um lugar diferente, respeitando as melhores condições ecológicas a sua melhor adequação.

No Grão-Pará, o gado se concentraria na ilha do Marajó, e a plantação de canaviais notadamente nos rios Moju e Acará. O rio Guamá, como também o Capim, parece ter se “especializado” no cultivo do cacau. Assim, para os cidadãos de Belém, a policultura implicou a solicitação de terras discretas, a menor ou maior distância, que passaram a compor o multifacetado patrimônio de uma “nobreza da terra”. Um último exemplo é o de José da Costa Jordão, cidadão de Belém, que plantava tabaco e “mais frutos da terra” no Moju, tinha gado no rio Atua, ilha do Marajó, e possuía um cacau no Jenipaúba. (CHAMBOULEYRON, 2011, p.9).

Chambouleyron (2006) denomina esse processo como sendo a entrada de uma lógica de ocupação do espaço pela agricultura, afirmando que essa exploração econômica do território “[...] dependia de outras formas de mão-de-obra, de transporte e de ocupação mesma, diferentes daquelas ligadas à busca das drogas no sertão.” (CHAMBOULEYRON, 2006, p.19), o que também ocasionava uma dispersão populacional, em função dessa exploração agrícola, havendo um deslocamento constante entre as vilas, a cidade e as terras doadas.

As concessões de terras e o fluxo entre elas e Belém garantem uma dinâmica transformadora que juntamente com a lógica econômica que determina a expansão da

agricultura, somada a pecuária que passa a ser desenvolvida, acarretam novos usos desse espaço. Esta metamorfose ocorre impulsionada pelo projeto colonial, que aos poucos vai implantando através das suas políticas uma configuração espacial que melhor contribua para a expansão da sua produção.

3.4. Amazônia paraense e sua nova configuração espacial estatal.

3º Configuração espacial estatal – Capitânicas Privadas - Vilas - Povoações - Cidades.

Como foi apresentada anteriormente a expansão portuguesa se deu através das concessões de terra a exemplo as sesmarias. Outra forma foi por meio das capitânicas privadas, que durante o século XVII instituiu-se na região “[...] Tapuitapera e Cameté (pertencentes à família Albuquerque Coelho de Carvalho), Caeté (Álvaro de Sousa), Cabo do Norte (Bento Maciel Parente) e Ilha Grande de Joanes (Antônio de Sousa de Macedo).” (CHAMBOULEYRON, 2006, p. 11). O estabelecimento de uma capitânia privada significava a formação de uma vila, com o objetivo agrícola e defensivo, com a instalação de colonos a produção agrícola se desenvolvia.

Sendo as vilas instituídas os objetos espaciais se instalam na paisagem como foi abordado no capítulo anterior. Nelas a presença da igreja foi fundamental nessa organização espacial, no sentido de instituir a ideia de comunidade, de unidade ao prover o ensino religioso e da língua portuguesa. Os fortes cumprindo suas funções de assegurar o domínio português também se unem aos marcos espaciais que se mistura ao modo de vida reinante nas vilas.

Nesse processo, de acordo com Coelho (2005, p. 197) o Tratado de Madri em 1750 foi fundamental no estabelecimento das fronteiras e na política de ocupação do território. Antes disso, o vale amazônico se resumia a cidade de Belém, quatro vilas, oito fortificações e setenta estabelecimentos missionários. Francisco Xavier de Menezes Frutado impulsionou a partir de um projeto que transformava as aldeias missionárias em vilas e lugares, de maneira que estas se integrassem ao projeto colonial. Na mapa 7 apresenta-se a localização das primeiras vilas na Amazônia paraense, neste caso, as fundadas até o ano de 1755.

Mapa 7- Mapa de localização das primeiras vilas na Amazônia paraense.



Fonte: Organizado por Carvalho (2021), a partir de Coelho (2005, p.355).

As vilas e os lugares se tornam, de acordo com Coelho (2005), centros de irradiação da autoridade metropolitana. Atribuir nomes portugueses as novas vilas também era uma forma de apagar a cultura nativa e estabelecer elos com a nova cultura. Os registros de Baena (2004, p. 226) oferecem, aspectos referentes a configuração territorial das vilas são apresentadas, as localizações, quais culturas são mais produzidas, se há presença da igreja, qual o padroeiro, número de moradores, se são em sua maioria indígenas ou não, etc., como podemos observar a seguir:

Boim: vila assentada na borda esquerda do rio Tapajós sobre uma dilatada e aprazível planura seis léguas antes de chegar à Vila de Pinhel. Consta a população de setecentos e oitenta índios e mamelucos. Estes moradores no emprego, que fazem do tempo, não diferem dos das outras povoações do Tapajós: todos voltam a vida na mais extrema miséria: a caça é em geral o seu sustento aventureiro, e para havê-la à mão tem toda a destreza, que adquirem desde que se lhe abre a flor da idade. O primordial predicamento desta vila foi de Aldeia de Santo Ignácio, cuja localidade povoaram de fogo morto os poucos Tupinambás, que faziam a aldeia do Lago Uaicurapá dez léguas ao interior do rio Topinambaranas e que os jesuítas fizeram entrar no redil da Igreja Católica. (BAENA, 2004, p. 226).

Dentre as características das vilas é possível observar que elas se diferenciam muito quanto ao tamanho e estrutura, porém apresentam aspectos semelhantes, por exemplo casas de

palha, a presença da igreja, localização as margens de um rio, população com indivíduos mamelucos e indígenas. “A metrópole se fortalecia com a transformação do sertão amazônico em uma paisagem domesticada: com as aldeias volvidas em vilas e as matas tornadas roças.” (COELHO, 2005, p.202). A transformação da paisagem e assim da configuração espacial se transforma a partir dessa metamorfose, onde as vilas passam a existir. Abaixo um exemplo, agora de uma vila menor:

Itaituba: lugarete plantado na margem direita do rio Tapajós, e sujeito à jurisdição da Vila de Pinhel. É indiana a população; e consta de 398 indivíduos. As casas são todas umas palhaças, e colocadas sem mais alinhamento, união, ou medida, que a que ensina o gosto de tal gente. A igreja é pequenina e telhada: o seu Orago é Nossa Senhora da Conceição. (BAENA, 2004, p. 235)

A diversidade entre os lugares, as vilas e as missões compõem esse conjunto de elementos espaciais. Suas especificidades implicam as vivências nele, sua origem, tamanho, composição, como no exemplo de Itaituba, este é apresentado por Baena (2004) como sendo um lugarete, vinculado a Vila de Pinhel. Assim, com o crescimento das vilas outros lugares ao redor passam a crescer, tornando-se um conjunto de pequenos lugares, e assim crescem como povoados.

A partir do governo de Mendonça Furtado, que tinha como um de seus propósitos desenvolver a colônia intensificou-se a formação de novas vilas e povoações, impulsionados pela chegada de imigrantes a fim de estabelecer o povoamento na Amazônia. “Até o final do século, o Estado contava com mais de noventa povoações, sessenta delas na Capitania do Pará, grande parte das quais fundadas no governo de Mendonça Furtado.” (COELHO, 2005, p.201). Na mapa 8 segue a representação das primeiras povoações na Amazônia paraense, estabelecidas até 1780.

Mapa 8- Mapa de localização das primeiras povoações na Amazônia paraense.

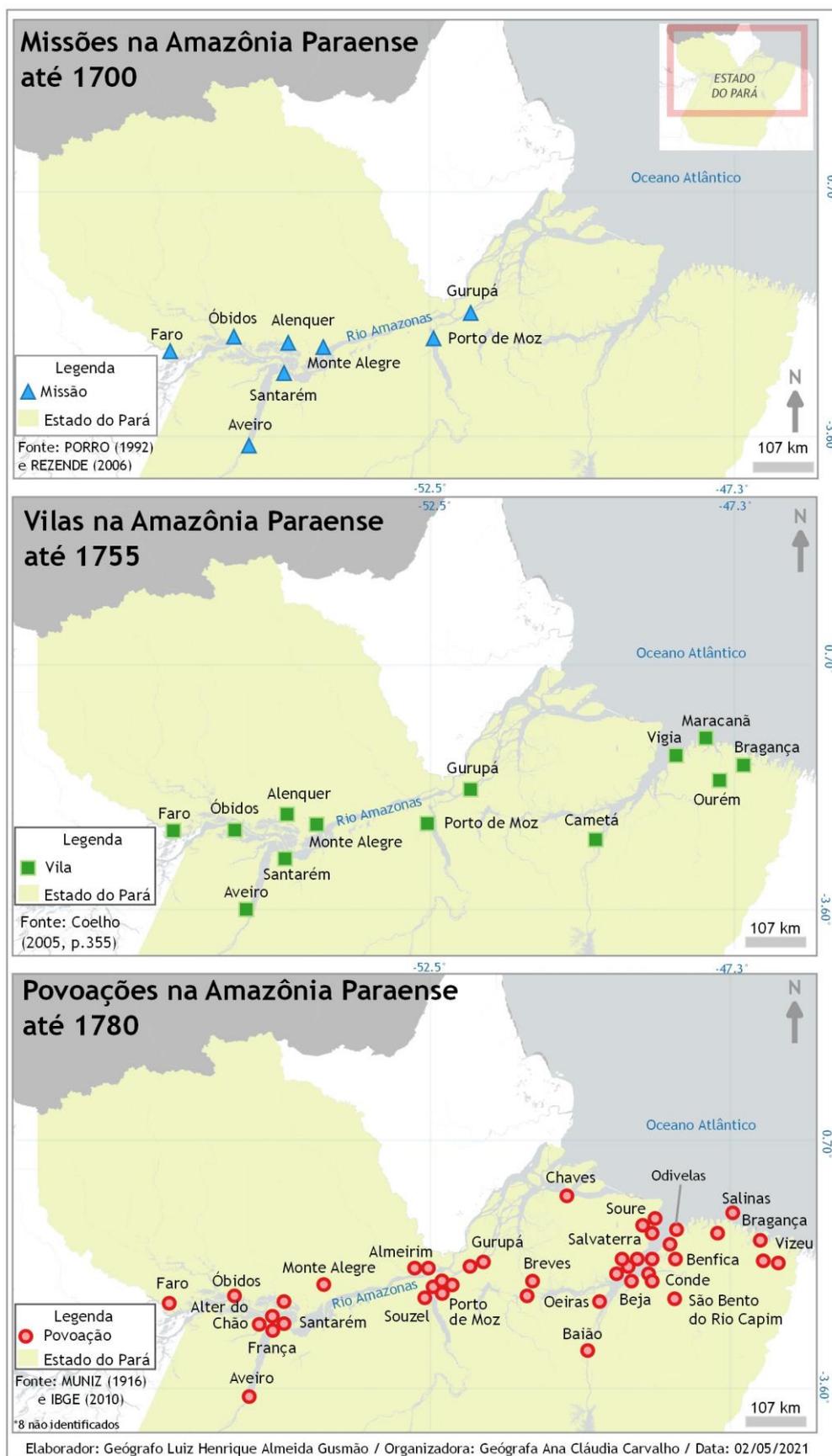


Fonte: Organizado por Carvalho (2021), a partir de Muniz (1916) e IBGE (2010).

A espacialização destas povoações ao longo do Rio Amazonas cresce, concentrando-se no nordeste paraense. Essa expansão se refere também ao estabelecimento dos fortes propostos Pombal, como foi representado no capítulo anterior, as povoações como lugares que convergem de várias vilas. Torna-se importante destacar que nem todas as vilas se tornam povoações, muitas permanecem vilas, da mesma forma na constituição das cidades. A presença dos engenhos, fortes e igrejas na paisagem formam essa nova configuração espacial, que se desenvolveram conforme o aumento populacional, motivado pela introdução de imigrantes.

A política de incentivo a imigração, a doação de terras, o estímulo ao povoamento que dá origem as missões, vilas e povoamentos foram fundamentais nesse processo. O mapa 9 apresenta as três representações cartográficas juntas, como em uma coleção de mapas, que ajudam a analisar melhor o desenvolvimento deste processo. Um processo que não é de ocupação ou povoamento do espaço, visto que este era habitado antes do contato, mas trata-se de um processo de institucionalização do espaço, aos moldes do projeto colonial, que produz um meio natural de acordo com as condições naturais da Amazônia paraense, a fim de melhor alcançar seus objetivos mercantis.

Mapa 9- Coleção de representações: Missões, Vilas e Povoações na Amazônia paraense.



Fontes: Organizado por Carvalho (2021).

A representação de oito missões em 1700 demarcam o início do processo de agrupamentos dos povos indígenas, essa aproximação conturbada que é o contato com os europeus se estabelece com localizações estratégicas, assim como a dos fortes que são inseridos compondo essa produção do meio natural. As missões assim como os fortes espalham-se também no sentido leste, transformando-se em aldeias, contendo uma diversidade cada vez maior de grupos nativos.

A partir de Pombal há um direcionamento político que institui os diretórios e as vilas, movimento que dá maior autonomia aos lugares, que passam a ter os próprios colonos como seus diretores. Das oito missões no ano de 1700, há uma expansão para treze vilas em 1755, este número continua crescendo através da formação de novas vilas. Que em 1780 somam quarenta e três povoações, sendo necessário destacar que a representação mostra apenas as povoações, havendo nesse período ainda alguns lugares instituídos como vilas, estes não aparecendo na representação, assim como os lugares que não são vilas também, podemos dizer que são menores do que vilas, denominados por “lugares”.

Como já foi dito os processos são dinâmicos e é importante enfatizar que a transformação das vilas em povoados é um processo que não acontece de maneira homogênea, algumas vilas se transformam em povoados, outras permanecem vilas, ou seja, nem todas se tornarão cidades, muitas se mantem por mais tempo como vilas. Sobre a representação cartográfica, a definição deste período ocorre em função da disponibilidade dos dados que foram levantados, sendo este de 1637 a 1780, nesta coleção.

O processo de metamorfose da configuração espacial se dá fundamentada a um conjunto de variáveis que se relacionam no meio natural, entre eles aspectos políticos que condicionam transformações, desenhando novos contornos espaciais no meio natural. Para melhor analisar o processo de criação dos municípios paraenses é necessária maior aproximação quanto a tais questões.

Após o processo de independência do Brasil em 1822 e do Pará em 1823, quando o país deixa de ser colônia estabelece-se a Constituição de 1824, nos artigos 167 e 169, que observa a obrigatoriedade das cidades e vilas possuir casas legislativas municipais, tendo apenas poder administrativo. No período colonial (1616 a 1808) vigoram as missões, aldeias, vilas e povoados, na transição deste para o período imperial (1808 a 1889) algumas vilas e povoados passam a ganhar centralidade, a disputa por autonomia se dava, quando o controle era reivindicado tanto pela esfera federal quanto pela estadual.

De acordo com Cigolini (2015, p. 8) durante o período imperial, “[...] as emancipações ocorriam, em maior ou menor número, independentemente de fatos como instabilidade/estabilidade política e do embate centralização x descentralização.” Desse modo, a criação de municípios se dava em todas as províncias, desde o final do período colonial até o imperial. No Pará, foram criados 14 período colonial e cerca de 25 no período imperial. Entretanto, trata-se em alguns casos de vilas e povoados que tiveram sua origem no período colonial e apenas se emanciparam no período imperial.

Na atual Região Norte, na Província do Pará, foram criados municípios na ilha do Marajó e nos arredores de Belém. No sul da Província, desde a divisa com o Amazonas, a oeste, até o rio Tocantins, a leste, não havia nenhuma municipalidade. No território que hoje constitui o atual Estado do Amapá, na época parte do território do Pará, foi criado o Município de Mazagão, em continuidade com a malha de municípios criados no Pará. (CIGOLINI, 2015, p. 10).

As fases de decadência econômica na Amazônia anterior ao ciclo da borracha, que nos fala Santos (1980, p. 13-14) em sua periodização econômica que compreende o período de 1800 a 1840, coincidem com esse momento de transição entre o período colonial e imperial, isso pode ter influência sobre as poucas emancipações, considerando que a fase de expansão gomífera seria de 1840 a 1910, remetem ao período imperial, indicado por Cigolini (2015) como período em que considerável número de emancipações aconteceu no Pará. Este paralelo pode ser observado na figura 13.

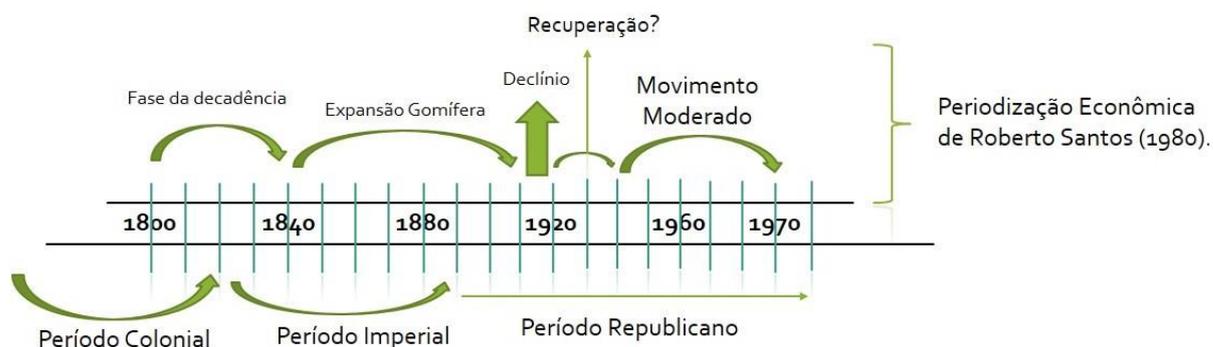


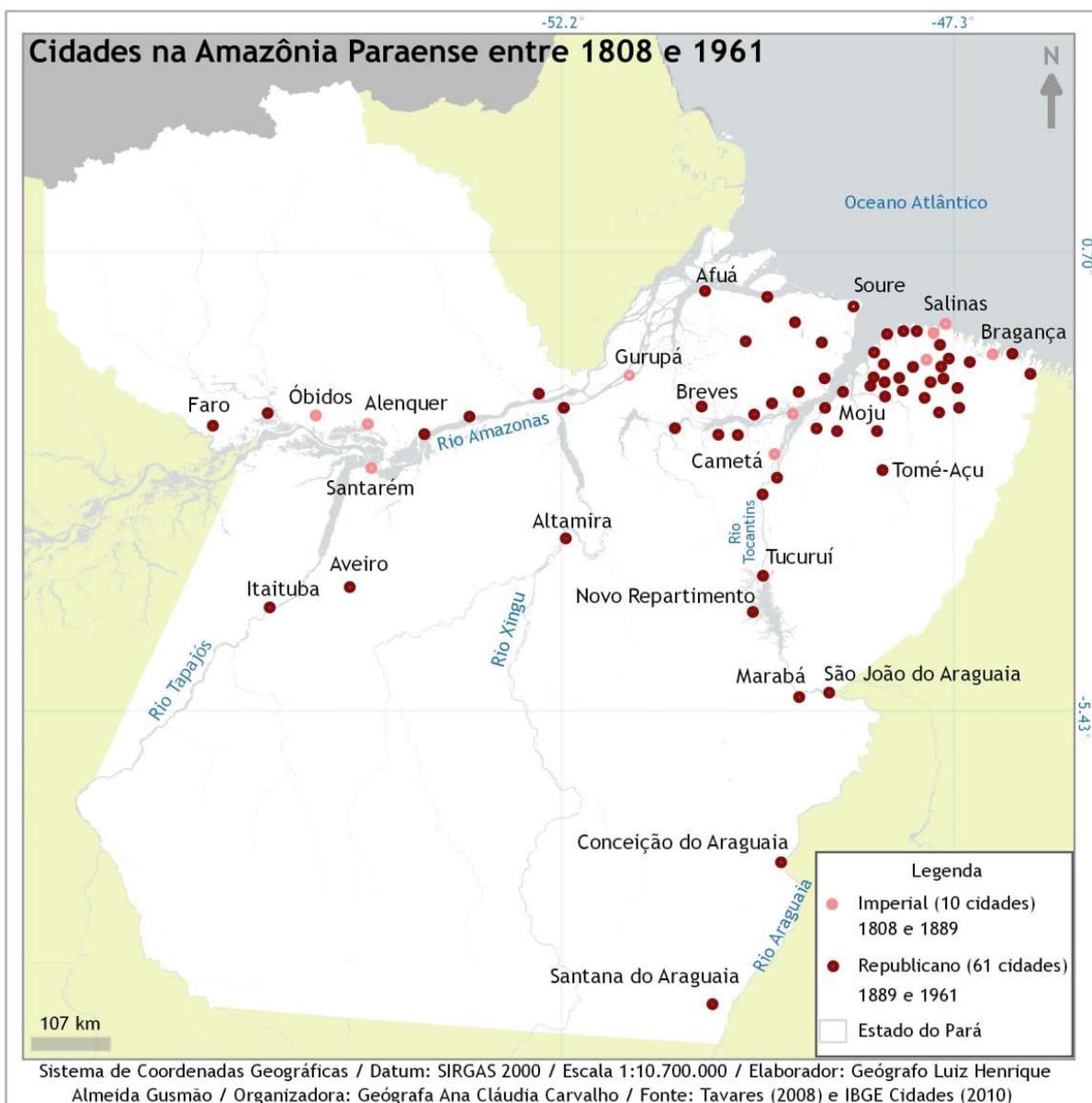
Figura 13 – Relação entre a periodização de Roberto Santos (1980) e o período histórico brasileiro. Fonte: Organizado por Carvalho (2021).

As metamorfoses espaciais testemunhadas na configuração espacial da Amazônia paraense são referentes nesse momento ao poder que é dado aos municípios, mesmo que em um primeiro momento isto se dê apenas na esfera administrativa, considerando o processo de formação territorial, gerida por um projeto colonial, o meio natural ganha novos contornos administrativos. Segundo Cigolini (2015, p. 2) em 1831 essa autonomia aos municípios é revista, com o “[...] Código Penal, instituído em 1832, que restaurou poderes policiais e judiciários, e o Ato Adicional n.º 16, de 12 de agosto de 1834, que fez alterações à Constituição, estabelecendo medidas descentralizadoras.”⁵

O mapa 10 propõe a representação deste movimento de emancipação dos municípios, e a instituição das cidades, onde apresenta-se uma localização aproximada das cidades que são as sedes dos municípios, em dois períodos diferentes, no período colonial e no imperial, até o ano de 1961, que demarca o final do meio natural, a que dedica-se esta caracterização. Esta representação demonstra a quantidade de cidades e assim de municípios criados.

⁵ Apenas na Constituição de 1967, no artigo 14 e Lei complementar nº1 é que foram estabelecidos critérios mínimos de população, renda pública e consulta prévia, como requisitos, estes valiam para todo o país. Já na Constituição de 1988, no artigo 18, foram definidos que os critérios mínimos para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios seriam decididos por leis complementares nos Estados.

Mapa 10- Mapa de localização das cidades fundadas na Amazônia paraense entre 1808 a 1961.



Fonte: Organizado por Carvalho (2021) a partir de Tavares (2008).

Esta representação corresponde a uma continuação da coleção apresentada no mapa 9, um esforço de levantamento de dados que possibilita esta tentativa de representar alguns aspectos dessa configuração espacial. Como já foi evidenciado, o fato das transformações espaciais serem dinâmicas deve-se considerar a existência de grande número de vilas que tenham sido formadas neste período representado. Além disso, nem todas as povoações se transformaram em cidades ou municípios. Existem ainda as vilas e povoados que se dividiram em dois ou mais municípios, há os que trocaram de nome neste processo, e os que se atrelaram a outras localidades.

Pode-se contatar a partir da representação o aumento na quantidade de municípios que se emancipam durante o período republicano, fruto de questões políticas que possibilitavam aos estados maior poder de decisão, onde há uma maior intenção de organizar melhor o espaço geográfico brasileiro. Período este em que para a Amazônia, pensava-se em integra-la ao todo, torna-la semelhante aos demais estados do país. É nesse momento em que de fato a Operação Amazônia passa a ganhar forma.

De fato, em 1961 tornam-se municípios: Aveiro, Colares, Salvaterra, Bagre, São João do Araguaia, Melgaço, Senador José Porfírio, São Félix do Xingu, Santo Antônio do Tauá, Santarém Novo, Santa Maria do Pará, Santana do Araguaia, Santa Cruz do Arari, Primavera, Peixe Boi, Magalhães Barata, Limoeiro do Ajuru, Jacundá, Capitão Poço, Bonito, Benevides, Augusto Corrêa. Essa explosão de municípios ocorre principalmente do desmembramento destes de algum outro já existente, possuindo determinada centralidade estas vilas se tornam municípios. Apenas Paragominas é criado em 1965, se desmembrando de Capim.

No decorrer destas transformações espaciais ocorre o desmembramento do Estado do Grão-Pará e Maranhão, uma questão cheia de processos envolvendo forças externas a Amazônia paraense garantem uma complexa malha de relações que se especializam, algumas delas serão apresentadas a seguir, a fim de caracterizar a configuração espacial, em particular neste momento.

3.4.1. O Estado do Grão-Pará e Maranhão e seu desmembramento em 1772.

Diante das características apresentadas acima, acompanhamos algumas das transformações ocorridas na configuração espacial da Amazônia paraense, a entrada de novos atores, bem como de novas intencionalidades, processos que se especializam de maneira heterogênea, fazendo com que a cada momento novas transformações ocorram. Marcada por uma expansão do povoamento, a Amazônia passa a contar com três centros principais de dominação portuguesa, que eram São Luís, Belém e a fortaleza de Santo Antônio de Gurupá, que por volta de 1620 transforma-se “[...] numa região administrativa independente no interior do império português: o Estado do Maranhão e Grão-Pará.” (CHAMBOLEYRON, 2006, p. 1).

“Para facilitar a administração, cria-se o Estado do Maranhão e Grão-Pará, separando-o do Estado do Brasil, decisão tomada ainda na vigência da União Ibérica. No alargamento do território colonial português [...] (REZENDE, 2006, p.59). O território brasileiro desde o início

da colonização era o Estado do Brasil, possuindo várias províncias, a Amazônia mesmo sem a existência do nome “Amazônia”, existia enquanto uma região e era separada do resto do Brasil. Nesse processo, transforma-se a configuração espacial, de acordo com as transformações espaciais, o espaço areal é o mesmo, mas muda-se os limites, as delimitações desse espaço que administrativamente passa a ser gerido como polos de uma mesma região.

A maneira como o projeto de colonização se dá na Amazônia se difere do resto do território brasileiro, um contato mais tardio que se dá em forma de estratégia de defesa, diante das ameaças constantes a que sofria a região. Como já foi dito, a vocação da região dada pelo extrativismo assegurou uma configuração espacial e um sistema econômico que “preservou”, e manteve o meio natural como uma realidade por mais tempo do que nas demais regiões.

O Estado do Maranhão e Grão-Pará, tinha como capital São Luís, sendo em 1737 transferida para Belém, e em seguida renomeado como Estado do Grão-Pará e Maranhão em 1751, o qual foi desmembrado em 1772. Após isso, Marques de Pombal cria a unidade administrativa chamada de “Estado do Grão-Pará e Rio Negro” e a outra o “Estado do Maranhão e Piauí”. Essas alterações referentes aos limites da administração competem ao mesmo espaço, que se divide e troca de nome várias vezes para que melhor fosse gerido. O Estado do Grão-Pará e Rio Negro abrangia as capitanias do Pará e do Rio Negro, essa configuração permanece até 1823, quando a província do Grão-Pará torna-se independente, e passa a ser uma província brasileira. De acordo com Bates (1979):

A província da qual a cidade do Pará é a capital era, a época a que me refiro, a mais extensa de todo o império brasileiro, medindo cerca de 2.300 km de extensão, no sentido leste-oeste, por 900 de largura. Depois dessa época - ou melhor, em 1853 - ela foi dividida em duas partes com a separação do Alto-Amazonas, que passou a formar uma nova província. (BATES, 1979, p. 22).

Para se entender o processo de domínio e expansão espacial pelo qual a Amazônia passou é necessário buscar mais afundo os fundamentos gerais dessa política colonial, que assegurava aquele mesmo espaço, sendo administrado por diversos atores, representando um Estado que direcionava sua gestão, e assim das missões, vilas e povoados. O desmembramento do Estado do Maranhão e Grão-Pará e incorporação ao Brasil, garante a província do Grão-Pará e província do Alto-Amazonas, melhores formas de administração.

A província do Pará, ou como é preferível dizer agora, as duas províncias do Pará e do Amazonas, englobam uma área de 1.200.000 quilômetros quadrados, cuja população soma atualmente cerca de 230.000 habitantes, ou seja, uma proporção de uma pessoa para seis quilômetros quadrados! A região é coberta de matas e o seu solo

extremamente fértil, mesmo para uma zona tropical, sendo ela cortada de ponta a ponta por vastos e caudalosos rios navegáveis. (BATES, 1979, p. 23).

Bates (1979) confirma o alto grau de povoamento da província do Pará, considerando sua incorporação ao Brasil, o que funda uma nova dinâmica a região. O desmembramento e a integração da Amazônia ao Brasil correspondem a processos que se interligam diretamente as transformações ocorridas na configuração espacial, que se torna mais complexa, a presença de vilas e povoados, portos e fortes, igrejas, casas comerciais, centros, pequenas propriedades, etc. uma maior organização na sua produção e exportação conduzem a Amazônia a assumir novas direções.

Os processos ocorridos no espaço vão dando forma a esse espaço que era natural, subordinado a natureza, e que se transforma aos poucos através de cada um dos processos que veremos a seguir. Destaca-se aqui a abertura dos portos em 1808, que foi resultado de uma gama de desejos e inquietações referentes a necessidade de se construir um diálogo internacional. A abertura do rio Amazonas a navegação internacional e com ele a introdução da navegação a vapor em concomitância a criação da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, tais ações trarão nova dinâmica a Amazônia, especialmente ela se transformará ao ganhar novos fluxos de entrada e saída, assegurando uma maior circulação de pessoas, produtos e capital.

Este processo de abertura da Amazônia tornará possível os primeiros marcos espaciais da técnica que, aos poucos, darão subsídios para o rompimento com o meio natural e fundamentarão o solo para o advento do meio técnico. É importante destacar que a transformação na configuração espacial da Amazônia neste momento se dá devido uma transformação não espacial, ou não material, mas que se materializa no espaço através da sua imaterialidade.

Tendo em vista que a abertura dos portos e da navegação no rio Amazonas, a criação da companhia de comércio e navegação e a introdução da navegação a vapor podem não ter ocasionado a plotagem de um objeto espacial no território areal. Mas o impacto de suas realizações e intencionalidades, que advém de ordens políticas reverberam na configuração espacial. São elementos estruturantes que marcam o princípio da introdução da ordem técnica, que só mais tarde terá grandeza e força para ser um sistema técnico e assim, reconfigurar o meio natural.

O principal argumento aqui seria de que a vida não é dependente dessa técnica, ou desses sistemas técnicos para se desenvolver, ela não está enraizada ainda aos modos de vida, pelo

contrário, a navegação a vapor dá seus primeiros passos e seu uso assegura o sistema comercial, produtivo, paralelo a isso, a navegação a remo continua e predomina por mais um século, visto que os sistemas técnicos só passam a incorporar aos modos de vida a partir de 1966.

A abertura dos Portos em 1808 e a chegada da navegação que foi realizada pelo decreto de 7 de setembro de 1866 apresentam a possibilidade do estabelecimento de relações comerciais das colônias portuguesas com outras nações europeias. E assim, se encerra a exclusividade de Portugal como única a manter relações comerciais com os Estados do Brasil e Maranhão. Economicamente este é um passo importante na busca pela sua independência de Portugal, a localização do Brasil e especialmente do Vale Amazônico, com seu sistema fluvial exuberante garantiram o interesse das demais nações.

E por fim, apresenta-se a “Lei de terras” estabelecida em 1850 no Brasil, ela torna a terra um bem rentável, dessa maneira o acesso à terra só podia ser feito através da compra. Essa foi a forma de garantir o monopólio dos meios de produção, a propriedade fundiária passou a ser uma realidade no país, excluindo assim aqueles que não poderiam compra-la, especificamente os indígenas, os negros e pequenos proprietários, agricultores. A esses grupos só lhes sobrava a mão-de-obra, esses são alguns dos traços fundadores da estrutura fundiária desigual brasileira.

Portanto, torna-se importante nesta análise da configuração espacial, onde se buscou caracterizar alguns dos processos de formação do meio natural, enfatizar este movimento de apropriação e expropriação da terra, ocorrido nestes três séculos e meio, que condicionam através de um conjunto de eventos o meio natural, tornando-o contraditório. A lei de terras impõe um peso, determina que de fato aquele meio natural entra definitivamente na reprodução ampliada do capital, por meio da transformação da terra em mercadoria.

As três configurações espaciais caracterizadas neste capítulo, foram: 1º configuração espacial indígena, um meio natural tribal (Várzea - Concentração e Terra firme - Dispersão); 2º configuração espacial colonial (Padrão: Missão - Aldeias - Povoados); e 3º configuração espacial estatal (Padrão: Capitânicas privadas - Vilas - Povoações – Cidades). Estas foram apresentadas com base em processos que mais se destacaram na formação de cada um desses momentos, onde cada um destes possibilitou a formação do próximo oferecendo as condições necessárias a estruturação da seguinte, neste movimento dinâmico inerente ao espaço.

Estas metamorfoses espaciais tem profunda importância na formação da configuração espacial atual, da Amazônia paraense, o movimento de cada elemento espacial a seu tempo torna-se fundante, de uma nova dinâmica social. Cada um deles imprime na configuração

espacial da Amazônia paraense, marcas decisórias quanto a dinâmica social do meio. Torna-se necessário então a caracterização das dinâmicas sociais existentes neste três séculos e meio, que serão apresentados a partir de alguns dos processos mais determinantes.

CAPÍTULO IV - A dinâmica social do meio natural na Amazônia paraense.

O objetivo deste capítulo é caracterizar o meio natural considerando a dinâmica social como aspecto indicador diante das transformações espaciais ocorridas na Amazônia Paraense, no período de 1616 a 1966. Busca-se na periodização propor períodos para demarcar as maiores rupturas, enfatizando as metamorfoses espaciais. Torna-se assim necessária a caracterização da dinâmica social existente na Amazônia paraense antes do contato entre os grupos indígenas e os europeus. Após isso apresenta-se quais foram os principais processos que conduziram a transformações em tal dinâmica.

No primeiro tópico será apresentado o conceito de dinâmica social de acordo com Santos (2008), categoria que fundamentará a análise desta caracterização, não se tratando de uma discussão epistemológica, e sim de demonstrar em que se fundamenta a análise. A dinâmica social consiste numa variável que conduzirá a periodização neste capítulo. A reflexão privilegia a bibliografia referente à Amazônia e nesta o papel dos diversos atores que no exercício da vida no espaço geográfico, construíram dinâmicas que espacialmente deixaram suas marcas.

A análise da dinâmica social torna-se importante, pois é através dela que os processos ganham vida no espaço, a paisagem e a configuração espacial são dimensões do espaço, uma das diversas formas de se ler espacialmente a formação da Amazônia paraense. Demarca-se períodos que possibilitem a análise das mudanças na dinâmica social, a partir da leitura sobre a dominação portuguesa como uma contradição ideológica que traz uma gama de imposições a sociedade e assim ao espaço.

Outros processos que são destaque neste período e que se espacializam consistem da saída do poder das mãos dos eclesiásticos, através da expulsão dos jesuítas, indo para as mãos dos leigos com a criação dos diretórios, e as políticas pombalinas, como esse processo toma caminhos contrários do que se objetivava; as concessões de terras, a lei de terras, a participação dos grupos migrantes que integraram a Amazônia participando dessa formação e o desmonte do ciclo da borracha, e a importância desses processos na formação espacial da Amazônia paraense.

4.1. A dinâmica social

A dinâmica social dialoga com o movimento do espaço, pois é a sociedade que através de seus desejos realiza suas intencionalidades, e assim produz também suas contradições. Ao mesmo tempo em que ela através da técnica deixa suas marcas, o contrário também ocorre, suas ações são condicionadas pelo meio, o espaço interferindo diretamente sobre a sociedade. A paisagem, a configuração espacial e a dinâmica social tornam-se assim dimensões inseparáveis do espaço. Enquanto categorias, possibilitam a leitura espacial ao terem diferentes referenciais.

Para Santos (2008) o espaço é a totalidade verdadeira, porque dinâmica, resultado da geografização da sociedade sobre a configuração territorial. Ele entende que a sociedade por estar em movimento constante, pode ser chamada de dinâmica social e a compreende pela junção dos objetos e ações, que compõem o espaço e constroem o movimento espacial. “Em cada qual dos seus momentos, o processo social envolve uma redistribuição dos seus fatores. E essa redistribuição não é indiferente as condições pré-existentes, isto é, as formas herdadas, provenientes de movimentos anteriores” (SANTOS, 2008 p.140).

Assim, caracterizar a dinâmica social de determinado período traduz-se em destacar o papel dos agentes que exerceram poder sobre o espaço, como estes processos se realizam no espaço, no sentido de construir as dinâmicas, e como essas se espacializam através da soma e ressignificação das demais variáveis do espaço. A caracterização da dinâmica social e dos processos pelos quais o espaço passa dão origem a novas metamorfoses espaciais e assim uma nova dinâmica, tal caracterização torna-se fundamental na análise da dinâmica social a que se busca realizar.

4.2. Dinâmica social antes do colonizador.

Segundo Prado Junior (2000) e Nahum (2019) pode-se observar o sentido de Amazônia sendo construído nesses três séculos e meio, que se estende desde a fundação de Belém em 1616, quando há o contato entre os europeus e os povos nativos da Amazônia, até por volta de 1966, quando há a transição do meio natural ao meio técnico. Neste período em que se vigora o meio natural traduz-se no desejo de imprimir uma vocação a Amazônia, que seria a oferta gratuita de matéria prima, mão de obra e terras, como uma fonte de riquezas inesgotáveis totalmente disponíveis.

Este “primeiro sentido da Amazônia” é construído a partir do imaginário criado pelos viajantes que buscavam naquele momento novos recursos que lhes possibilitasse concorrer no mercado internacional. Através das suas leituras, envoltas em percepções, estigmas e preconceitos, o imaginário foi sendo formado e a cada nova excursão pelo rio Amazonas esse imaginário ganhava novos contornos; este mundo novo mais tarde tentou-se comprovar mais de perto, foi então que se constatou ser ele o que ainda não se sabia o que era.

E dessa maneira imprime-se à Amazônia a função de responder as expectativas e a exercer o papel de fornecedora de riquezas. Nessa atmosfera de imaginações foi construído o sentido de Amazônia, por parte dos que a interpretavam sem conhecê-la devidamente, um desprezo à vida e as dinâmicas existentes construídas pelos povos nativos que a habitavam. Tal processo de desvalorização humana e cultural gerou perdas incalculáveis a cultura Amazônica e brasileira, e é a partir desta aversão cultural que o processo de colonização se dá, onde o indígena passa a ser escravizado tendo sua mão de obra explorada.

Um novo movimento de organização do espaço se inicia de acordo com os desejos externos a Amazônia, seguindo lógicas de muito longe, pois o objetivo era construir na Amazônia a civilidade europeia, juntamente com a “domesticação” dos povos nativos para que pudessem trabalhar a rigor nos regimes mercantis, para favorecer e enriquecer a colônia portuguesa, este foi o projeto colonizador imposto a Amazônia.

Distingue-se um antes e um depois dos colonizadores, que ao chegarem fundam novas determinações espaciais, que condicionam o modo de vida das tribos que em parte passam a ser dizimadas etnicamente ou culturalmente e/ou escravizadas. Os conflitos que já se faziam presente entre os povos indígenas e as demais nações que aportavam a região, tornam ainda mais o meio natural espaço de disputa, de confrontos inter tribais, seja entre os que aceitaram e os que não aceitaram ser incorporados a esse novo movimento, ou entre os franceses e holandeses que já mantinham relações entre os nativos.

A ideia de Amazônia é fruto de uma interpretação exógena desde o momento em que começou a ser explorada pelos primeiros viajantes, ou seja, é resultado de uma interpretação que criaram dela, somada a um conjunto vasto de intenções que a impuseram, e que juntos deram origem a um processo colonizador abrupto, com alto nível de segregação, que formaram o que compreendemos ser a realidade Amazônica. Tais aspectos não se alteram, ao contrário, servem de fundamento para outras contradições como serão apresentados mais à frente. Para melhor compreendê-las é necessário observar como os grupos indígenas mantinham suas

relações em sociedade e como se organizavam, características de sua dinâmica social, que serão transformadas através do contato.

Diante disso, torna-se necessário elencar traços da dinâmica social existente na Amazônia paraense, antes do contato dos povos nativos com os europeus, e assim será possível observar como os novos processos ocasionaram transformações em tal dinâmica. Pensar a dinâmica social da Amazônia antes do contato é mostrar quem eram e como se distribuía estes povos, como as sociedades se relacionavam, e quais as suas principais características, além de mostrar quem eram estes agentes sociais.

Os grupos nativos que habitavam a Amazônia estabeleceram-se parte nas áreas de várzea, parte nas áreas de terra firme, compondo configurações espaciais, paisagens, e assim dinâmicas sociais diferentes. Prous (2007, p. 82-83) afirma que:

As mais antigas datações vêm de escavações realizadas no abrigo da Pedra Pintada de Monte Alegre, no Pará. Entre 10.000 e 11.200 anos atrás, encontram-se vestígios de uma densa ocupação de caçadores, pescadores e coletores que deixaram instrumentos de pedra lascada: milhares de lascas e várias pontas de dardo bifaciais, bem como lesmas unifaciais, lembrando a Tradição Itaparica do Brasil central.

Os estudos arqueológicos são importantes para se entender a paisagem através das marcas deixadas no passado, ruínas, alicerces, poços, artefatos, etc., estudos mostram que as sociedades eram organizadas, exerciam a caça, pesca e a coleta tinham controle de redes de trocas comerciais, e estabeleciam contato regional entre outros grupos indígenas. A economia desses grupos proporcionou a especialização de alguns no que diz respeito a obtenção de certos produtos, tornando-se controladores de algumas áreas geográficas, em função da distribuição das matérias-primas e de produtos naturais (LOPES, 2006, p.24). Podemos afirmar a existência de uma divisão territorial do trabalho antes do contato. A figura 14 é uma imagem que retrata os índios Antis, feita durante a expedição de Paul Marcoy pelo alto e baixo Amazonas por volta dos anos de 1848 a 1860.

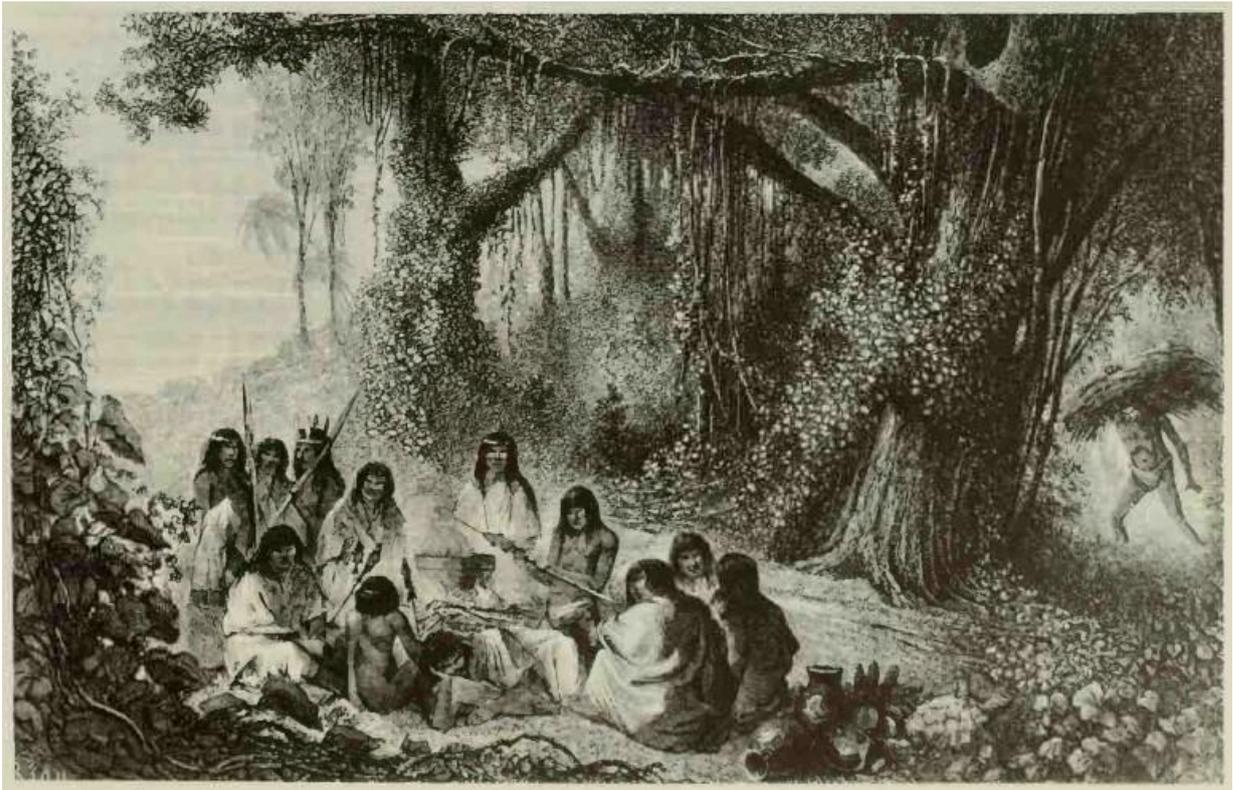


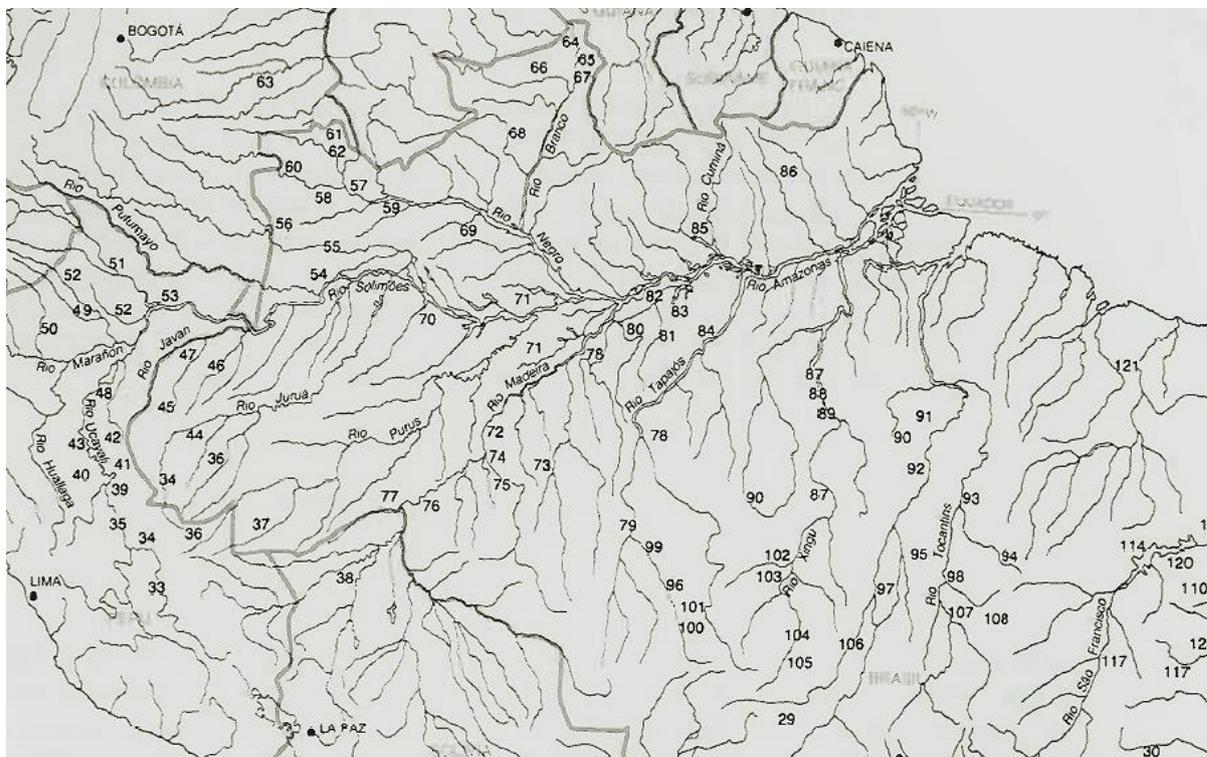
Figura 14 - Índios Antis, retratados pela expedição de Paul Marcoy (1848-1860). Fonte: Porro (1992, p. 201).

A contribuição de Marcoy ao narrar sua expedição passando pela Amazônia peruana até chegar a brasileira apresenta gravuras como esta, que retratam aspectos físicos deste meio natural, uma caracterização rica em detalhes, aspectos societários dos grupos e de suas características particulares dos indivíduos. A representação deste grupo nativo unido, alguns com vestimentas, segurando instrumentos, cercados pela natureza e em movimento se apresenta como elemento de caracterização da dinâmica social, estes trabalhavam e mantinham relações comerciais entre si, através dos objetos confeccionados artesanalmente e de seus conhecimentos sobre o meio natural.

Fausto (2010, p. 8), afirma que [...] Os sistemas sociais indígenas existentes às vésperas da conquista não estavam isolados, mas articulados local e regionalmente. Ao que tudo indica, vastas redes comerciais uniam áreas e povos distantes [...]. Essa articulação entre os grupos produzia uma dinâmica própria daquelas sociedades, suas relações comerciais, de conflitos, e seus movimentos migratórios eram intensos.

Estas relações entre os grupos tanto nas várzeas como na terra firme desenhavam uma geografia indígena ou como foi proposto no capítulo anterior, uma configuração espacial indígena, em um meio natural tribal, a fim de melhor caracterizar isto, e com o propósito de

destacar os agentes formadores dessa dinâmica social, a figura 15 apresenta a localização das principais etnias presentes na região antes e durante do contato.



33- Machinguenga, 34- Ashaninca, 35- Amuesha, 36- Kaxinawa, 37- Yaminawa, 38- Chacobo, 39- Cashibo (Pano), 40- Shipibo, 41- Conibo, 42- Shetebo, 43- Piro, 44- Katukina (Pano), 45- Marubo, 46- Matis, 47- Matsés, 48- Chamas, 49- Jivaro, 50- Candoa, 51- Quichua-Canelos, 52- Zaparo, 53- Aparia, 54- Omágua, 55- Ticuna, 56- Maku, 57- Tukano, 58- Tariana, 59- Baré, 60- Boaupés, 62- Baniwa, 63- Piapoco, 64- Macuxi, 65- Ingaricó, 66- Taurepang, 67- Wapixana, 68- Yanomami, 69- Manau, 70- Aisuari, 71- Mura, 72- Kawahiwa, 73- Torazes, 74- Parintintin, 75- Arara, 76- Caxarari, 77- Caripuna, 78- Munduruku, 79- Apiaká, 80- Abacaxis, 81- Maraguá, 82- Tupinambá, 83- Mawé, 84- Tapajós, 85- Conduris, 86- Wayana-Apaiaí, 87- Jurunas, 88- Mekranoti, 89- Mentuktire, 90- Gorotire, 91- Xikrin, 92- Kayapó, 93- Krahô, 94- Tremembé, 95- Apinayé, 96- Nambikwara, 97- Karajá, 98- Akroá, 99- Arinos, 100- Kayabi, 101- Bakairi, 102- Kabixi, 103- Suyá, 104- Kuikuro, 105- Kalapalo, 106- Xavante, 107- Canoeiros, 108- Xerente, 109- Kayapó Meridionais, 110- Caeté, 111- Potiguar, 112- Tapuia, 113- Tupinaié, 114- Amoipira, 115- Tupiná, 116- Karapotó, 117- Payaya, 118- Dzubukuá, 119- Peoká e Pankaraú, 120- Okren, 121- Arayó, Anapurú, Aranhú, 122- Janduí, 123- Paiku, 123- Paraku, 124- Fulniô, 125- Pankararu e Xukuru, 126- Kiriri.

Figura 15 – Principais etnias citadas na região amazônica. Fonte: Cunha (1992, p.7).

De acordo com Cunha (1992) havia cerca de 126 etnias na América do sul, isso significa dizer que essa vastidão de grupos, se apresentavam culturalmente heterogêneos, cada grupo possuindo seus costumes, cultura e religião. Essa diversidade se estabelecia também na variabilidade de seus traços culturais, esta é uma característica importante a se destacar, a língua é um exemplo do quão diversa eram as famílias linguísticas desses povos, um traço marcante referente a abundante variedade cultural destes grupos.

O quadro 4 apresenta a classificação linguística e como elas se dividiam, a partir de um mesmo tronco originário, subdividindo-se em famílias e em uma infinidade de línguas, tal diversidade se mostra como característica da reprodução, ou multiplicação de novas línguas, bem como de modos de se viver, frutos da reprodução dos antepassados.

Quadro 4 - Classificação de algumas línguas indígenas.

TRONCO	FAMÍLIA	LÍNGUA
TUPI	TUPI-GUARANI	TUPINAMBÁ, GUARANI, PARAKANÃ, KAGWAHIV, TAPIRAPÉ, KAYABI, ARAWETÉ ETC.
	TUPI-MONDÉ	CINTA-LARGA, GAVIÃO, SURUÍ ETC.
	MUNDURUCU	MUNDURUCU E KURUAYA
	TUPARI	MAKURÁP E TUPARÍ.
	OUTROS	
NÃO RECONSTRUÍDO	ARAWAK	APURINÃ, BANIWA, MEHINAKU, PARESI, WAURÁ ETC.
MACROJÉ	JÉ	AKWEN, APINAJÉ, KAINGANG, KAYAPÓ, SUYÁ, TIMBIRA ETC.
	BORORO	BORORO E UMUTINA.
	KARAJÁ	KARAJÁ, JAVAÉ, XAMBIOÁ.
	BOTOCUDO	KRENÁK.
	MAXAKALI	MAXAKALI E PATAXÓ.
	OUTRAS	
NÃO RECONSTRUÍDO	KARIB	APALAI, KUIKURO, MAKUXI, TIRYÓ, WAIWAI ETC.

Fonte: Fausto (2010, p. 57).

Pode-se observar o tronco Tupi se dividindo em pelo menos mais quatorze línguas, esta diversidade se perde a através do processo de colonização, envolto no etnocentrismo que hegemonizou tais etnias com a língua do colonizador, processo iniciado nas missões pelos jesuítas, mas também através da exterminação desses grupos. Segundo Fausto (2010, p. 49) “A taxa de depopulação durante os dois primeiros séculos da colonização foi brutal. As guerras, as expedições para captura de escravos e, principalmente, as epidemias e a fome dizimaram os

Tupi-Guarani”. Outros aspectos da cultura material foram cultivados e em meio a tantas perdas de características culturais, estas se mantiveram, sendo reproduzidas como traços de origem amazônica.

Dentre elas Prous (2007, p. 80) fala da agricultura de coivara, da importância da mandioca amarga, da pintura policrômica aplicada na cerâmica, e da ligação preferencial com as áreas de mata. Tais traços materiais representam um conjunto de hábitos, talentos e conhecimentos que nascem frutos dos seus modos de vida e relações com o meio natural. A respeito da sua organização social, Meggers (1987) ao tratar do povo Jívaro, habitantes da Amazônia, nos conta que suas aldeias eram formadas por uma única maloca comunal habitada por uma família extensa e patrilinear.

Mesmo que os ocupantes de uma casa Jívaro façam parte de uma aldeia econômica e politicamente independente, eles compõem um grupo social maior, com cerca de mais meia dúzia de casas, onde moram famílias aparentadas, ao longo de quinze quilômetros. Essa ligação parental demonstra como os grupos se subdividiam enquanto ao mesmo tempo, possuíam ligações sanguíneas.

Segundo Porro (1992, p. 181):

[...] Entre 1561 e 1639 haviam ocorrido mudanças na geografia humana do alto e médio Amazonas e outras foram acontecendo no decorrer do século XVII. Algumas devem ser atribuídas à ocupação portuguesa do litoral brasileiro e do baixo curso do rio; outras à própria dinâmica das populações indígenas.

As mudanças na configuração espacial e na paisagem a partir do contato são também decorrentes da presença portuguesa, que seguia outra lógica, com estratégias defensivas, que protegesse o território, as populações indígenas inseridas neste processo, faziam parte da transformação dessas novas áreas povoadas. Já as transformações na dinâmica social se dão a partir do contato entre holandeses e franceses com tais povos, impulsionando novas tramas de trocas, o que se acentua com o processo de colonização português. A configuração espacial sofre alterações, quando esses povos são intencionalmente integrados em aldeias e missões, sob um novo conjunto de regras, onde se despreza grande parte de seus traços culturais, suas formas de relacionamento entre si e com o espaço.

Segundo Benchimol (2009, p. 12), “Apesar da rebeldia e insubmissão, pouca resistência pudera oferecer ao invasor caraíba. Assim começou a Amazônia Lusíndia, mais índia que lusa [...]”. Mesmo oferecendo pouca resistência foi possível influenciar nos padrões culturais e espirituais europeus, com relação aos ofícios de fé e do império. Por outro lado: “Estes

acabaram por desintegrar a identidade cultural indígena, pelas tropas de resgates, aldeias, missões, reduções, catequeses, queima de malocas, dízimos e trabalho servil”. Tal impacto dominante “[...] aculturou-se, por via de submissão, acomodação, assimilação ou conflito, sobrepondo-os ou integrando-os à própria cultura original.” (BENCHIMOL, 2009, p. 39).

Um processo de desintegração cultural e espacial que se acentua com a política pombalina de aldeamento e uma reintegração quando se propõe juntar diferentes indivíduos, de grupos e línguas diferentes, em um mesmo lugar, lhes propondo novas diretrizes e novas condutas. “A ocupação dos espaços das aldeias no tempo das missões religiosas pode ter seguido a conformação do antigo assentamento indígena, uma vez que houve a construção de casas e da igreja em torno de uma praça central” (LOPES, 2006, p.36). Tais transformações modificavam também através da escravidão indígena, das políticas indigenistas e das reformas pombalinas a dinâmica social.

As ações realizadas a partir do contato desarticularam a economia indígena, causando a diminuição da mão-de-obra atuante na exploração da agricultura intensiva, a qual estes se dedicavam, havendo a perda das áreas com os melhores recursos naturais e solos férteis, devido em alguns casos, as aldeias serem montadas em lugares estrategicamente escolhidos pelos missionários, pensando na defesa do território (LOPES, 2006, p. 24). Os missionários organizavam as comercializações internas entre as aldeias e o abastecimento de Belém. Um exemplo disso é a localização estratégica do Marajó, pois segundo Lopes (2006, p.32):

A escolha para a implantação das aldeias nessas áreas, está ligada tanto a diversidade ambiental, como a localização geo-estratégica e geo-política. A exploração do ambiente garantia a subsistência dos grupos ameríndios, das missões religiosas e posteriormente das vilas, a sua localização em lugar alto facilitava a vigilância da entrada de embarcações na baía de Marajó, que poderiam vir a atacar a cidade de Belém, e seu litoral recortado facilitava a entrada das canoas que faziam o transporte dos produtos comerciais para Belém.

A escolha estratégica de localização das aldeias e das missões tinha um objetivo central, seguindo uma lógica territorial, diferente da anterior. Desse modo, estabeleceu-se concretamente outra dinâmica social, onde a lógica mercantilista do trabalho a integra e onde as populações indígenas são mão de obra dominada, o que difere da autonomia que se tinha anteriormente ao contato. O poder exercido pelos missionários controla-os direcionando ao trabalho não mais para sua subsistência como antes, e sim para a satisfação de um mercado europeu, as articulações sociais giram em torno desse ponto central. De maneira mais detalhada

serão analisados no tópico a seguir traços deste projeto colonizador construído pelo estado português implantado na Amazônia.

4.3. O Estado português, os missionários e o projeto colonizador.

A literatura registra contato entre franceses e holandeses na Amazônia através do estabelecimento de fortes e negociações comerciais, com o intuito de romper estas relações Portugal se posiciona com um ato estratégico de controle e expulsão. “A Amazônia permaneceu brasileira em decorrência do esforço e do empenho político empreendido por Portugal para a manutenção desta vasta região como parte integrante de seu império colonial ultramarino” (REZENDE, 2006, p.30).

Tal esforço para garantir o domínio só se estabelece através de ações práticas, uma vez que os acordos executados davam espaço para a entrada de outras nações ao vale amazônico. Uma política que de fato fosse efetivada no espaço, foi a atitude tomada por Portugal.

A concorrência perigosa dos franceses, dos ingleses, de holandeses, que desejavam participar da disputa da terra, onde já se lançavam os fundamentos de uma economia tropical, no uso da terra, que respondia com vigor às exigências da sociedade em formação, todo esse conflito de interesses, a refletir em cobiça desenfreada, impôs a execução de uma política. Essa política não podia ser apenas aquela da tomada de posse ou de policiamento dos mares. Impunha-se a fundação do Estado, na decisão de possuir efetivamente o espaço (REIS, 1993, p.10).

Nesse sentido, coloca-se em prática como afirma Reis (1993) a política de efetivamente fundar um marco que representasse o poder sob aquele território. Fundar Belém foi uma política estratégica de demarcação territorial. Segundo Cruz (1963, p. 29), “Para isso escolheu o ponto mais favorável e que era, também o mais elevado e estratégico. Ali deu começo com a ajuda dos Tupinambás, a construção de um fortim de madeira, logo chamado de presépio (...)”. Este fortim dominava os caminhos fluviais a fim de controlar qualquer ameaça que pudesse surgir a colônia, uma vez que já havia uma certa ligação entre os franceses, britânicos e batavos. Este sendo um grande empecilho encontrado pelos lusitanos, para efetivamente dominar.

(...) a conquista e a ocupação da Amazônia no período colonial foram empreendimentos conduzidas pelo Estado, planejados e executados com prioridade política pelos governos de Lisboa; nos acordos de limites prevaleceria a doutrina defendida por Portugal para legitimar sua expansão territorial, obtendo-se a definição de suas fronteiras coloniais americanas; o que resultou na incorporação ao território do Brasil de quase dois terços de sua área atual (REZENDE, 2006, p. 30).

Tal remodelação espacial conta com o papel do Estado português direcionando os caminhos no sentido de tornar a Amazônia uma colônia portuguesa de fato. A ação do Estado português foi fundamental na conformação dos limites territoriais impedindo e combatendo a presença de outras nações dentro das terras pertencentes a Portugal. Assim fundou-se o núcleo da cidade de Belém, no dia 12 de janeiro de 1616, por Francisco Caldeira Castelo Branco, no atual Forte do Castelo, “O primeiro objetivo seria vencer o gentio, que começava a hostilizá-los, os levando a guerra as suas próprias fortificações (...)” (CRUZ, 1963, p. 29).

Inicia-se o desafio proposto aos missionários de se estabelecer na área e, por meio da catequese, amansar grupos nativos a fim de conquistar sua confiança, construindo uma relação pacífica. Os confrontos ocorreram e alguns grupos cederam de comum acordo. As missões e aldeamentos se estabeleceram a duras penas como narrado nos capítulos anteriores, contudo a aceitação por parte de alguns foi o que tornou possível o trabalho dos religiosos.

Os missionários que chegaram a Amazônia eram de diversas ordens religiosas, os primeiros a vir foram os franciscanos, em seguida os jesuítas, logo após os carmelitas, mercedários e os capuchinos. A presença deles foi fundamental para a conversão e efetivação do projeto colonial, o ato de oferecer assistência espiritual que mais tarde se estendeu aos colonos, foi mais do que a conversão. As diretrizes ensinadas pelos missionários moldavam o modo de vida aos interesses de Portugal, sendo a Companhia de Jesus a que mais teve destaque em sua atuação.

O combate aos costumes culturais dos grupos indígenas foi eficaz no sentido de podá-los quanto ao hábito do nomadismo e transformar sua distribuição espacial em função das propostas aos núcleos urbanos, propor o trabalho enquanto um ofício mecânico, no sentido de estabelecer horários regulares, com uma disciplina de trabalho, seja ele extrativista e/ou agrícola.

Transformando-os em “cristãos” e, para além disso instituindo os vínculos familiares aos quais a igreja permitia, como por exemplo a monogamia, a constituição de um núcleo familiar constituído de pai, mãe e filhos, diferente da pretérita onde habitavam juntas várias famílias, as crianças eram criadas por todos, as vezes várias mulheres eram casadas com o mesmo homem. Essa transformação no modo de vida dos povos indígenas os metamorfoseou em escravos, presos a um regime de perda total da autonomia, tornando-se escravizados.

O poder construído pelos missionários cresceu e se fortaleceu. A relação que estes tinham com os grupos nativos, com a coroa portuguesa e as demais autoridades locais era

tamanha, que suas influências nas tomadas de decisão eram diretas. O poder religioso também se estabelecia e a presença da igreja como um centro gestor das primeiras missões, aldeias e mais tarde das vilas e povoados, direcionou os grupos nesse modo de vida ocidental, que instituiu o ato de ir à igreja, participar dos ofícios religiosos, pagamento de dízimos e ofertas, realizar festas aos santos padroeiros, etc..

O poder religioso que se estabelecia também como político, repercutia no econômico, uma vez que os jesuítas passaram a acumular bens como fazendas, gados, prédios públicos. Um patrimônio que chamava a atenção, fruto de dízimos e da administração de toda a rede comercial instituída que como colônia, trazia altos níveis de rendimento. Riqueza transformada em patrimônios, que após a chegada de Marques de Pombal e a instalação de suas reformas este poder que era religioso, político e econômico sai das mãos dos missionários, ficando para o Estado tais bens materiais e imateriais, o poder político central sai das mãos da igreja, assim como todo o seu patrimônio.

Os atos de sequestro e apreensão dos bens jesuíticos apontam para o patrimônio material acumulado pela companhia de Jesus no Grão-Pará, constituídos por engenhos, fazendas de produção agrícola, currais de gado e dinheiro. Os rendimentos dos mesmos, de julho de 1760 a agosto de 1764, e de agosto de 1769 a agosto de 1770, somavam 330:381\$360 reis, sendo exemplo disso o Engenho de São Bonifácio de Maracú, que, no ano de 1762, teve um rendimento total de 1:001\$990 reis, e, no ano de 1769, de 2:227\$200 reis, referentes a produção de açúcar branco, açúcar trigueiro, cacau, aguardente, mel, pacovas, milho (SOUZA JUNIOR, 2006, p. 232).

Os altos rendimentos apresentados por Souza Junior (2006) demonstram que os jesuítas obtinham grande parcela do arrecadado pela produção agrícola, e se transformavam cada vez mais em patrimônios. Esse poderio que se apresenta de várias maneiras, cresce e se torna grande ao ponto de incomodar o governador, que decide frear as atitudes tomadas pelos missionários. É quando Marques de Pombal, expulsa os missionários da Amazônia, debitando a eles várias acusações, dentre elas a de favorecerem a si próprios e as demarcações territoriais para outras nações em detrimento da portuguesa. A partir disso, pode-se construir uma análise maior a esses novos encaminhamentos que caracterizam essa nova dinâmica social.

4.4. Uma nova dinâmica social.

A respeito da metamorfose social processada a partir do contato, as missões e os aldeamentos instituíram novas diretrizes na organização espacial também de ordem social, ao fundar um lugar que conviviam vários grupos diferentes. Porro (1992, p. 192) nos apresenta como exemplo essa multiplicidade de etnias que passaram a dividir os aldeamentos.

A partir das missões fundadas ao longo do Amazonas, às quais já nos referimos, os religiosos empreenderam um trabalho sistemático de atração e descimento das tribos do interior, ora sozinhos, ora em parceria com as tropas de resgate. Desta forma, as missões e os núcleos de povoamento que cresceram junto delas passaram a reunir contingentes étnicos os mais variados. As fontes da segunda metade do século XVIII (Noronha, Sampaio, Ferreira, Braum) mencionam as seguintes etnias como constituindo a população das principais vilas do médio e alto Amazonas:

Tabela 1 – Populações das principais vilas do médio e alto Amazonas.

Monte Alegre (Gurupatuba)	Apama, Aru, Baré, Gonçari, Iruris, Juripari, Manao, Mané, Tapuiassu.
Alenquer (Surubiú)	Abaré, Apama, Manao, Orossan.
Faro (Nhamundá)	Bobuis, Jamundá, Parucoató, Uaboís.
Serpa (Itacoatiara)	Abacaxis, Aponariá, Baré, Curuaxiá, Iruris, Juma, Juqui, Onicoré, Pariqui, Sará, Urupá.
Silves (Saracá):	Anibá, Aruaqui, Baeúna, Baré, Carayais, Comani, Pacuri.
Borba (Trocano):	Ariquena, Baré, Orupá, Torá.
Manaus (Tarumã):	Baniwa, Baré, Passé, Tarumã.
Coari:	Catauixi, Iriyú, Juma, Passé, Purus, Uanani, Uayupi, Yoriman.
Tefé:	Achouari (Aisuari?), Coeruma, Coretu, Janumá, Jauaná, Juma, Jupiuá, Juri, Manao, Passé, Tamuana, Tupiná, Uayupi, Yoriman.
Nogueira (Parauari):	Ambuá, Catauixi, Ciru, Juma, Juri, Manao, Mariarana, Passé, Tukuna, Yauaná.
Alvarães (Caiçara):	Alaruá, Ambuá, Caiuari, Coca, Marauá, Miranha, Passé, Tukuna, Uaymá.
S. Antônio do Imari:	Baré, Juri, Macu, Mariarana, Mepuri, Passé, Xumana.
Fonte Boa (Taracuatiba):	Conamaná. Cumuramá, Juri, Miranha, Omágua. Payana. Passé, Tukuna, Xama. Xumana.
Castro de Avelão (Maturá):	Cayuisana, Juri, Omágua, Pariana, Xumana.
S. Paulo de Olivença:	Juri, Miranha, Omágua, Passé, Tukuna, Xumana.

Fonte: Porro (1992, p. 192).

A diversidade na composição destas missões é destacada por Porro (1992) que complementa dizendo que com o passar dos anos, a diversidade era tamanha que era possível em uma mesma missão conter a presença de trinta a quarenta nações diversas, cada qual com

sua língua de origem, que ao longo do tempo foi sendo trocada pela língua usada pelos jesuítas, que se difundiu a estes povos, que por vezes não se davam conta das mudanças. A respeito dos descimentos, que eram as expedições jesuítas voltadas a levar os indígenas às missões, tudo era realizado com cuidado segundo Porro (1992, p. 192) estrategicamente lhes levava a uma distância que lhes desencorajasse a fugir de volta.

Este regime imposto nas missões ocasionava fugas com vários desertores, pois o trabalho pesado com frequência os impulsionava a fugir da escravidão que lhes foi imposto, em alguns casos fugiam a fim de não morrer de exaustão, diante das péssimas condições enfrentadas. Assim, as baixas na quantidade de escravos indígenas aumentava em relação a quantidade de trabalho a ser cumprido, edificações, o cultivo e a extração dos produtos da floresta, caça, pesca e demais atividades. A necessidade de uma maior mão-de-obra surge e é quando se iniciam a introdução de negros, a fim de diminuir as disputas de mão de obra e aumentar a produção na companhia de comércio do Grão - Pará. Sobre isso, serão apresentados no tópico a seguir como se dá essa introdução e os desdobramentos deste processo.

4.4.1. O negro no Pará

A entrada do negro no Pará teve como principais vias de entrada a Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará e a Companhia de Cacheu, que os trasladavam de Bissau, Cacheu, na região da Guiné. Essa introdução não tendo ao certo datação de início, se intensifica a partir de Marques de Pombal, como uma resposta a solicitação de mão de obra, uma vez que a indígena não contemplava a demanda. Em levantamento apresentado em Salles (1971, p. 72), temos que a população escrava negra no Grão-Pará em 1849 era de um total de 34.216, tendo maior concentração em Belém, com cerca de 19.189. Ainda segundo Salles (1971),

de 1792 a 1810 não encontramos notícias sobre a introdução de escravos. Os algarismos fornecidos por Manoel Barata abrange um período de 1810 a 1816, 6 anos portanto, durante o qual ingressaram no Pará mais de 2.934 negros, resultando a média anual de 489 peças importadas. A média vigente durante o período monopolizado pela companhia geral de comércio foi de 670 escravos introduzidos anualmente. A média de 1778-92, de importação sob contratos, foi de 545 escravos. Resulta que a média anual, a partir de 1755 e até 1816, nunca foi inferior a 500 escravos introduzidos anualmente no Pará, carga correspondente a entrada de 2 tumbeiros em cada ano. Nos 18 anos compreendidos entre 1792 e 1810, portanto, foram despachadas provavelmente mais 9.000 escravos africanos. Todos esses algarismos reunidos dá um total de 34.434 peças, dos quais apenas 25.434 são rigorosamente conhecidos (SALLES, p.51).

Estes números revelam a intensidade dessa introdução do negro no Pará, isso pelas vias legais daquele momento, não contando com as chegadas por vias de contrabando e nem por via terrestre. Em Benchimol (2009, p. 60) há a informação da vinda de 2.211 barbadianos do Caribe, por volta de 1910, a princípio vindos para a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré, deslocando-se para Belém e Manaus após o fim da construção.

A mão de obra escrava negra foi utilizada por proprietários particulares, pelo estado, pelas instituições religiosas ou beneficentes, incluindo a Santa Casa de Misericórdia do Pará, não havendo informações quanto a empresas privadas que possuíam escravos. O estado quando precisava de escravos alugava de quem os possuía, para serviços como limpeza urbana, calçamento das ruas, do mercado, do matadouro público e houve casos de criminosos condenados à prisão perpétua, que eram presos nas cadeias públicas e que se tornavam propriedade do estado como escravos (SALLES, 1971, p. 159).

Suas funções em geral eram servis, atuavam como domésticas, cozinheiras, lavadeiras, quase sempre em trabalhos braçais como nos afirma Benchimol (2009), estivadores, carregadores no porto, os trabalhos tidos como pesados e mais perigosos, pois a discriminação social não lhes permitia ascensão social. A figura 16 apresenta essa fotografia feita por Felipe Augusto Fidanza, por volta de 1869, quando foi contratado para montar álbuns fotográficos do Pará para o governador, esta fotografia mostra uma vendedora carregando sobre sua cabeça seu artigo comercial.

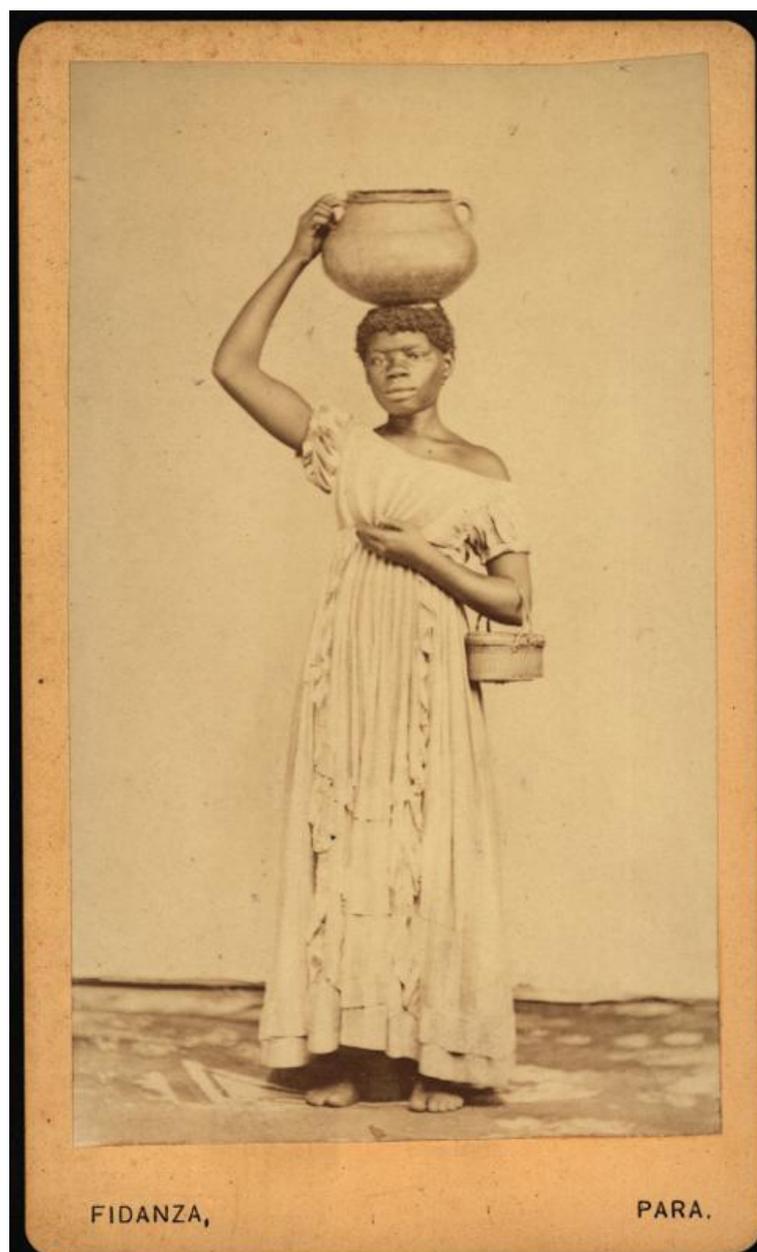


Figura 16 – Vendedora em Belém do Pará. Fonte: Felipe Augusto Fidanza. Vendedora em Belém do Pará, c. 1869. Belém, Pará / Convênio Instituto Moreira Salles - Leibniz-Institut für Laenderkul.

Com a abolição da escravidão indígena instituída por Pombal pela lei de 6 de junho de 1755, válida para o Estado do Grão-Pará e Maranhão, assim o trabalho escravo negro se generaliza na Amazônia, que associado ao trabalho dos indígenas tornam-se as principais forças de trabalho, que desenvolviam a região através das atividades de cunho manual, até após a abolição da escravidão negra tais funções continuavam entre eles, dos que alcançaram a liberdade e dos que se mantiveram na escravidão.

Nesse momento, a Amazônia paraense tem implantada uma nova dinâmica social, esta transformada a partir dos processos apresentados até este ponto, possuindo como principais agentes “as instituições religiosas, os comerciantes e o Estado (português e brasileiro) constituem os principais agentes delineadores da produção do espaço alicerçado numa economia extrativista que tem na atividade agrícola um setor secundário. (GDEA, 2017, p. 9). Novos processos se iniciam, movimentando política e socialmente a realidade espacial, tomando direcionamentos diversos, como será apresentado a seguir.

A igreja, na figura nas ordens religiosas, sob os auspícios do governo português, ficou à frente desse projeto colonial por longos anos, de 1616 a 1759, isso reafirma o poder mencionado anteriormente e essa estrutura organizacional construída por eles em conformidade. No entanto, o cenário se alterna com a instituição das reformas pombalinas no período de 1756 a 1822, instalação dos diretórios, especificamente este processo traz transformações mais objetivas a essa nova dinâmica social que se incorpora na Amazônia paraense.

De fato, as ordens deixaram de ser dadas pelos missionários e passaram a ser dadas pelos colonos, leigos e soldados, que faziam parte dos diretórios, nessa nova dinâmica a disputa pela mão-de-obra indígena se acentua. Nessa altura, [...] os povos indígenas se desenraizaram, perdendo seus traços culturais, formando assim um novo povo, culturalmente influenciados pelos colonos [...] (PORRO, 1992, p. 175).

A retirada dos jesuítas, a mando do então governador, e a gama de diretrizes propostas por Pombal impulsionaram mudanças na configuração política, pois a perda do poder por parte dos missionários desestabiliza a estrutura existente e conduz a metamorfoses sociais. Para Pombal os jesuítas eram responsáveis pelo atraso estabelecido na colônia em comparação às demais regidas por outros missionários. Segundo Souza Junior,

decidido a colocar Portugal altura dos “novos tempos”, Pombal empreendeu uma série de reformas, que iam desde a organização econômica do reino até a reorganização da cultura, através de transformações na educação. Neste novo ideário, a ciência adquire o sentido de ciência aplicada, ou seja, a ciência que se aplica a sociedade, o que permite a formulação de uma política de base científica para o Estado. A ciência experimental, condição *sine qua non* para o progresso, era vista como a única garantia de se tirar Portugal da situação de atraso em que se encontrava e de introduzi-lo na “modernidade”, representando a educação nesse processo um importante papel (SOUZA JUNIOR, 2006, p. 97-98).

As ideias propostas por Pombal para organizar economicamente a colônia, uma reorganização cultural, e transformações que valorizassem a educação, propôs um sistema

educacional que construísse uma base de conhecimento que pudesse de alguma forma fundamentar o futuro das relações do estado. Tais medidas mudam o direcionamento das políticas que não tinham essa preocupação direta com a sociedade Amazônica e assim para a colônia.

Compreende-se que tais medidas tinham a intenção de favorecer o comércio, fomentando a economia, mas pensar nesta sociedade que estava em formação foi uma importante contribuição dentre as reformas pombalinas. Essa metamorfose social ocorrida desde o contato até este ponto tentou tornar o indígena de fato um cidadão, assim como o negro, o colono, e o imigrante que conjuntamente passam por esse processo de incorporação.

O que se intitula de metamorfose social é o processo de genocídio e etnocídio incidido sobre os povos indígenas desde o momento do contato, desde lá os processos lhes envolveram de tal forma que houveram transformações nos seus modos de vida, língua e religião. Metamorfose que se se acentua e ganha novos direcionamentos, quando o indígena através das políticas indigenistas, de maneira mais eficaz se torna “colono”, deixando de ser escravo. O processo de miscigenação, que ocorre desde o contato, se acentua quando efetivamente, a miscigenação torna-se uma política incentivada pelo Estado português.

Quando o poder sai das mãos da igreja e a estrutura física pertencente a ela passa a ser do Estado e a dominação administrativa do povo também, a instituição dos diretórios nada mais é do que a reafirmação política da dominação portuguesa. Que tem aspectos relevantes no cuidado com o outro, entretanto, não se efetiva da maneira como foi proposto, como já se discutiu nos capítulos anteriores, os povos indígenas continuaram a ser escravizados.

Coelho (2005) nos mostra que através do casamento, educação e do trabalho os grupos indígenas passaram por uma miscigenação intencional, esta foi indicada objetivando a dominação da mão-de-obra de maneira que assegurasse assim o desenvolvimento do projeto colonial português. O povoamento naquele momento era um dos objetivos do governo português, então casar o homem europeu com as mulheres indígenas seria a solução, pois estes teriam filhos que poderiam trabalhar e desenvolver atividades como agricultura, a extração das drogas do sertão e demais serviços.

Essa metamorfose social também se refere ao status social ao qual aquela nova família poderia vislumbrar, visto que alguns desses homens solicitavam terras para iniciar seus trabalhos próprios, investir no seu roçado, buscando dar a família um novo lugar na sociedade, pois a mulher indígena, ao se casar tornariam-se, com sua esposa e seus filhos, pequenos proprietários, colonos ou agricultores. Sobre os negros narra-se em Salles (1971, p.134) a

história de uma prática comum, mesmo após a libertação do indígena da escravidão, o casamento dos índios com negros instituía a volta a escravidão ao indígena, e seus descendentes cafuzos também.

A educação e o trabalho como sendo fundamentos desse processo dão aos indígenas a possibilidade de abandonar seus traços culturais, vistos lá atrás como “infrutíferos, atrasados”, possuindo agora uma língua comum, conhecimentos básicos sobre o português, e os números, podiam exercer a agricultura e o extrativismo em regime de trabalho, o trabalho na denotação de venda da mão-de-obra. Souza Junior (2006), fala desse processo como sendo a transformação do índio colono em cidadão:

Assim, através do diretório, se objetivava transformar os índios em uma massa economicamente ativa e socialmente disciplinada, integrando-os ao sistema produtivo colonial, do qual haviam sido realizados pelo confinamento nas Missões, que se constituíram em unidades produtoras que, até então, tinham feito concorrência ao mesmo (SOUZA JUNIOR, 2006, p. 149).

Desse modo, realizava-se uma dinâmica social diferente da anterior, onde a incorporação era total. É importante destacar que nem todos obtinham essa posição favorável, poder trabalhar nas unidades produtoras recebendo seu devido pagamento, possuindo terras, poucos vivam tal realidade. A maior parte não possuía terras concedidas, trabalhavam sem obter o suficiente para viver, indignavam-se e fugiam, outros morriam devido as doenças, maus tratos ou de tanto trabalhar. Porém, como a dinâmica havia se transformado, o descontentamento lhes levava a movimentos de revolta, e as fugas os direcionavam a invisibilidade.

Esse processo de metamorfose social também pode ser identificado através de mudanças comportamentais entre os moradores das vilas, principalmente entre as elites locais, que exerciam influencia as demais famílias. Lopes (2006, p.30) afirma que “com a implantação do Diretório percebe-se mudanças no comportamento, refletidas na utilização de louças finas pelas elites locais [...]”. Outro elemento de transformação é a ideia da organização das vilas tendo como referencias cidades europeias, “[...] na organização das ruas, praças, alinhamento de quintais, plantação de árvores frutíferas, incentivo a criação de animais domésticos [...]” (p.30). Este processo garantiu também uma maior exploração ambiental, um acentuado processo de desmatamento nas áreas de mata próximas as vilas.

Buscava-se igualizar os direitos entre os índios e brancos, estimular o casamento entre eles, além de oferecer a eles fazer parte do serviço militar em troca de patentes e honrarias, propondo que trabalhassem por até seis anos em troca de salários, como uma forma de conter levantes entre os colonos. Outra estratégia foi dar aos índios nomes cristãos, estipulando a partir

do diretório a necessidade de se estabelecer um diretor para administrar as povoações indígenas, este sendo nomeado pelo governador. E ainda, determinar o fim da prática de habitações coletivas, ficando obrigatório morar cada família em uma casa. Impulsionar a plantação do tabaco, que naquele momento se apresentava como rentável, e aos seus olhos acarretaria privilégios o papel de “lavradores” (SOUZA JUNIOR, 2006).

Todas estas medidas sendo promovidas pelo estado formavam um conjunto de diretrizes de incorporação dos grupos indígenas a um único modo de vida, presos a normas culturais etnocêntricas, aos moldes culturais do colonizador, assim, os diretórios foram instaurados na Amazônia paraense.

O diretório representou um esforço estuendo de integração do índio a sociedade colonial, contribuindo decididamente para intensificar a desorganização do seu modo de vida e para tornar as suas condições de sobrevivência praticamente insuportáveis, aproximando-o ainda mais dos outros segmentos de não-proprietários presentes na população. Entre os segmentos alvos dessa aproximação, estavam os negros escravos, cuja presença, no estado do Grão-Pará, foi reforçada pela ação da companhia de comércio criada por Pombal, e que vão compartilhar o mundo do trabalho colonial com os índios (SOUZA JUNIOR, 2006, p. 158).

As práticas instauradas pelo diretório causavam insatisfações e fugas, o que ocasionava a necessidade da incorporação dos negros, nessa condição, substituindo a mão de obra escrava indígena, como já foi dito. Entretanto, os colonos alegavam não ter condições de comprar escravos africanos, isso era dito por acharem um desperdício de dinheiro quando se tinha a disposição índios “livres” na região. Esse embate fez com que não se concretizasse a abolição da escravidão indígena naquele momento. Além disso, a aptidão nata dos indígenas quanto à navegação, a coleta das drogas do sertão, o conhecimento sobre a mata, clima, técnicas de caça, sobre os rios, e o porte físico para remar e caçar. Isso fez com que a Amazônia se tornasse um polo de distribuição de trabalhadores indígenas para outras capitânias.

É importante destacar que mesmo com o processo etnocêntrico sofrido pelos grupos indígenas alguns elementos culturais não se perderam totalmente, Lopes (2006 p.30-31) afirma que, traços culturais referentes a forma de explorar o ambiente como o extrativismo vegetal, a pesca, a agricultura de corte e a queima persistiram. E que as transformações nos povoados se deram em grande parte a respeito da organização da malha urbana e da exploração paisagística.

Rezende (2006) corrobora com isso, dizendo que mesmo diante de tantas transformações, essa incorporação cultural até mesmo da organização da malha urbana na configuração espacial, como já apresentado em capítulos anteriores, o trato com a natureza não se transformou, a pluriatividade ainda era uma característica cultural, que se projeta no modo de vida. Essa declaração reafirma como o meio natural permanece por tanto tempo

condicionando a vida, pois mesmo contendo inúmeras metamorfoses, a relação de trabalho, mantida ali diretamente com o meio, sem uso de sistemas técnicos, onde se utiliza apenas de ferramentas manuais básicas, permeiam e são conduzidas por todo o período da borracha na Amazônia paraense.

4.5. O Caboclo amazônico

Os processos que conduziram a novas dinâmicas sociais têm um conjunto de aspectos que se assemelham pelo fato de serem em sua maioria fruto de políticas de ordens externas. A transição de poder com a saída dos missionários e a formação dos diretórios traz de novidade uma nova maneira de gerir o território. O incentivo a miscigenação com o objetivo de expandir a população, mais o conjunto de leis instituídas ao meio natural, uma gama de novas formas na paisagem, propondo novas organizações e novas configurações espaciais, sugerem novas dinâmicas sociais, que transformam os modos de vida exercidos pelo caboclo amazônico.

O convívio destes diferentes grupos em processo de metamorfoses a partir da imposição de traços culturais diferentes dos seus, se traduz em tensões como nos mostra Souza Junior (2006):

“A presença, nas povoações, de uma população pluriétnica, ou seja, brancos, índios, negros e mestiços, se por um lado buscava aproximar a brancos e índios, no sentido de criar uma sociedade mestiça, através de casamentos mistos, por outros gerava a possibilidade de atritos interétnicos, não só entre índios de nações diferentes. Se na convivência diária nas povoações, essa população construiu a rede de solidariedades, que a levou, em alguns momentos, a desenvolver formas de resistência coletiva a colonização, também se envolveu em situações, nas quais as diferenças étnicas emergiram”. (SOUZA JUNIOR, 2006, p. 296-297).

Este movimento dinâmico reverbera sobre os novos papéis incorporados por esses que agora são de origem amazônica, cidadãos amazônicos. Após as reformas pombalinas um processo de miscigenação foi impulsionado, a autonomia que os alguns colonos ganham ao se tornarem pequenos proprietários de terra, juntamente com o papel exercido pelos soldados que segundo Chambouleyron (2010), já aportavam a Amazônia. Juntamente com os degredados, homens e mulheres brancas, assumiam uma posição privilegiada com relação ao indígena escravizado, ao que não era mais escravo, mas que ganhava pouco. Criava-se uma realidade de conflitos pela mão de obra escrava indígena, entre colonos e o Estado, que precisava seguir sua exportação de produtos, e de trabalhadores construindo as infraestruturas da cidade, como

prédios públicos, igrejas, conventos, fortes, etc. há a necessidade de exportação de mão de obra escrava negra.

Chambolyeron (2010), explica que os colonos que chegavam vindos de Portugal ganhavam certas regalias como passagens, donativos, e terras, começavam a utilizar suas terras e assim passavam a usar a mão de obra escrava. Esse período em que a empresa colonial mais se desenvolvia (1757- 1798), a presença da então formada Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778) foi um motor da economia que se pautava na agricultura e no extrativismo. É possível confirmar através das contribuições obtidas pelo censo e apresentadas por Souza Junior (2006) a diversidade de atividades desenvolvidas nesse período, como o trabalho se desenvolvia em múltiplas possibilidades regidas pelo meio natural.

O censo de 1785 nos possibilita entre ver as diversas atividades econômicas praticadas pelos colonos na capitania do Grão-Pará, que passavam pela tecelagem de panos de algodão, por estaleiros, que fabricavam botes e canoas para vender, por fábricas de madeiras, onde se faziam “dúzias de pranchas, de (tábuas?)tabuadas, de cauçueiras (sic), de outras diferentes madeiras”, por olarias, que produziam “milheiro de telhas, tijolo e louça”, pela produção de farinha, arroz, feijão, milho, açúcar, cacau, café, tabaco, urucum, algodão em caroço, aguardente, azeite de andiroba, óleo de copaíba, manteiga de tartaruga, pela criação de gado vacum e cavalariço, pela coleta das “drogas do sertão”, como cacau, salça, cravo, anil, puxiri, e pela salga de peixes. (SOUZA JUNIOR, 2006, p. 330-331).

Essas múltiplas atividades desenvolvidas no então Grão-Pará movimentavam a economia de exportação, entretanto a falta de mão de obra causado pela mortandade dos indígenas, seja por doenças, maus tratos, e em outros casos a fuga levaram a redução da população indígena, o que impõe o fim dos diretórios dos índios na Amazônia.

Coabitavam na Amazônia paraense indígenas, mesmo que destituídos de suas culturas de origem, negros vindos do continente africano, portugueses, em uma dinâmica social que oferecia certas regalias a uns e a negação de direitos a outros, mesmo possibilitando politicamente a miscigenação entre eles, dois aspectos precisam ser ressaltados. O primeiro é a chance que não foi dada aos indivíduos escravizados, sejam eles indígenas ou negros; e segundo, a negação dos direitos aos que fugiram para livrar-se de suas posições de escravizados. Estes ficaram a margem das possibilidades de ascensão social, escondidos no mais profundo da floresta, pode-se dizer que aos da mata, nada lhes restou.

Outro aspecto da miscigenação é levantado por Benchimol (2009) que apresenta a variedade existente na sociedade amazônica, fruto dessas relações que se desenvolveram no meio natural, e da presença de diversos povos imigrantes também.

No processo de miscigenação e cruzamento de raças, a sociedade amazônica, à semelhança do restante do Brasil, decorria a fase de superação dos preconceitos, e conseguia absorver e integrar as diferentes nuances étnicas e antropológicas. Portugueses, espanhóis, italianos, negros, judeus, sírio-libaneses, nordestinos e sulistas geravam, nesse processo de miscigenação, enorme massa da população mestiça, que passava pelo mulato, mameluco, mestiço, crioulo, cafuzo, curiboca, cabra, caboclo: uma infinita variedade de cruzamento de várias etnias, que aqui se fixaram (BENCHIMOL, 2009, p. 61).

As diferentes presenças compondo a sociedade amazônica cabocla após processo de integração e as constantes metamorfoses sociais deram segmento a uma sociedade ainda mais complexa, rica etnicamente, com traços culturais particulares. As contribuições de outros povos que migraram para a Amazônia também precisam ser destacadas, a importância dos ofícios desenvolvidos por cada um deles fez da Amazônia o que ela é atualmente.

4.5.1. A presença dos migrantes na Amazônia

Migrantes de diferentes nacionalidades incorporaram-se a Amazônia tendo diferentes papéis na dinâmica social. Sobre esse processo é necessário apresentar o conjunto de políticas de incentivo que tornaram possível tais migrações. As políticas de incentivo atuaram em conformidade com questões particulares de expulsão dos diversos grupos em seus respectivos lugares de origem, possuindo tempos diferentes cada política dialogava com a vinda desses grupos, havendo múltiplas motivações para se espacializarem na Amazônia.

A abertura dos portos a navegação estrangeira em 1808 e 1814, o tratado de aliança e amizade de 1810, a extinção da inquisição ocorrida em 1821, a tolerância do culto na constituição imperial de 1824, a liberdade total de culto e a separação da igreja do Estado, em 1890, foram algumas ações políticas de incentivo que possibilitaram a Amazônia receber novos grupos de diferentes etnias. Além disso, tem-se o desejo do governador paraense Lauro Sodré, que em 1896 abre as portas e sanciona a lei que permite a migração ao Pará por cerca de dez anos, porém, não se contava com a crise da borracha, que impediu que esse processo de entrada de imigrantes continuasse por mais tempo (BENCHIMOL, 2009, p.153).

A migração nordestina para a Amazônia compôs uma massa humana atraída pela dinâmica das seringueiras, que expulsos pelas secas de 1877 e 1878 deslocaram-se, inicialmente foram 19.910 retirantes chegando a Amazônia. Vindos dos estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, dentre outros, eram conhecidos apenas como “cearenses”. De acordo com Benchimol (2009, p. 74) “Contados os números até 1900, tínhamos um afluxo

de 158.125 nordestinos que vieram fazer a Amazônia, cerca de 20% da população amazônica da época.”

Os nordestinos, com uma postura mais ousada e inquieta, vieram construir uma nova aventura na Amazônia, cumpriram uma função importante ao exercer o papel de soldados da borracha. Após os anos de crise, entre 1920 e 1940, como afirma Roberto Santos (1980), evidencia-se uma diminuição populacional. O grande êxodo rural acontece por parte dos seringueiros nordestinos, que abandonam os seringais e vão em direção: “[...]às vilas, cidades e sítios da calha central do Solimões e do médio e baixo Amazonas e para as sedes desses municípios e das capitais de Belém e Manaus (BENCHIMOL, 1971, p. 75)”. A partir disso, há um crescimento das áreas urbanas, as vilas e cidades passam a acolher essas populações que se integram a sociedade cabocla.

Nas décadas dos 60 a 80 surgiu um novo movimento migratório, quando mais de dois milhões de gaúchos, paranaenses, paulistas, goianos, mineiros, capixabas e também nordestinos, descem do planalto central para se integrar à nova fronteira agrícola, pecuária, minerária, garimpeira e extração madeireira, em Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Rondônia, Acre, sul do Pará e Amazonas. (BENCHIMOL, 2009, p. 74-75).

Estes movimentos migratórios tornaram-se um fomento incentivador da nova fronteira agrícola, trazendo com eles seus hábitos, modo de vida, cultura e ideais, iniciando assim um novo momento, onde o foco econômico sai do extrativismo e se desenvolve em outras frentes, os centros metropolitanos começam a se destacar, Belém, Santarém, Manaus e Porto Velho. Sobre a fase de decadência da borracha, os seringais se desfaziam e o crescimento urbano na Amazônia se dava com a ida desse seguimento populacional agora em direção aos centros, se amontoando ou indo para cidades do interior empobrecido.

Este movimento de saída dos seringais também é analisado por Benchimol (2009, p. 82) quanto aos direcionamentos tomados a partir de então, como quais atividades e quais lugares estes poderão se instalarem.

[...] Aqueles que tinham mais vocação agrícola desciam rio abaixo, para ocupar, como posseiros, as terras devolutas das várzeas do Solimões, do médio e do baixo Amazonas, onde se localizavam os seus sítios e roçados, neles se fixando definitivamente, permanecendo fiéis à tradição rural. Esse deslocamento serviu para corrigir a extrema dispersão demográfica, criando-se um novo processo de concentração humana ao longo da calha central do Amazonas (BENCHIMOL, 2009, p. 82).

Estas novas concentrações favorecem a dispersão demográfica e fomentam as cidades e municípios que se formavam. A presença de imigrantes portugueses e também da presença de ingleses, franceses, alemães, judeus, sírio-libaneses, além dos cearenses e gaúchos pode ser observado por Benchimol (2009). Algumas companhias inglesas e americanas faziam investimentos na região, a fim de construir uma infraestrutura básica no que tange portos, navegação, energia, telefone, transporte urbano, comunicação, saneamento básico. Com a decadência da borracha estas manutenções deixaram de ser feitas, devido a saída destas companhias da região. Esses investimentos foram responsáveis pela montagem da infraestrutura econômica de serviços públicos básicos, que permitiram a criação dos pré-requisitos fundamentais para ensejar um maior desenvolvimento e bem-estar das populações.

Os judeus também chegaram a Amazônia vindos de Tânger, Tetuan, Fez, Rabat, Salé, Marrakesh e de outras vilas marroquinas, de 1810 até 1910, período do início do ciclo da borracha. De acordo com Benchimol (2009, p. 129), estima-se que a população judaico-amazônica, ou judia-cabocla de quase 300.000 descendentes já foram absorvidos na população nativa. Uma característica particular dos judeus é que estes chegavam ao Brasil e a Amazônia com suas famílias, esposa e filhos, em sua maioria possuía certo grau de escolaridade o que lhes permitia trabalhar no comércio, desenvolvendo atividades de liderança. Após a crise da borracha alguns se deslocaram para o interior realizavam aviamentos e assumiram o comércio após a saída dos ingleses, franceses e alemães.

Segundo Benchimol (2009, p. 152) ao chegarem os imigrantes eram logo atraídos para cidades do interior do estado do Pará e do Amazonas, tais como, Cametá, Gurupá, Breves, Baião, Macapá, Santarém, Itaituba, Alenquer, Óbidos, Parintins, Maués, Itacoatiara, Manaus, Manacapuru, Coari, Tefé, Manicoré, Humaitá, Porto Velho e até Iquitos no Peru.

Outro grupo que aportou na Amazônia foram os Sírio-libaneses, vindos de vilas e cidades do Oriente Médio buscaram localizar-se em Belém, Manaus, Porto Velho e Rio Branco, assumiam os trabalhos no comércio ribeirinho como regatões, levando mercadorias aos moradores mais isolados em troca de seringas e gêneros regionais. Os italianos eram poucos, porém faziam-se presentes exercendo papéis de comerciantes, empresários locais e de missionários, como padres, administradores de igrejas, das instituições religiosas, de caridade e de ensino (BENCHIMOL, 2009, p. 124).

A colonização japonesa chega a Amazônia a partir de 1928, quando assinam um contrato recebendo terras para início da sua Companhia Nipônica de Plantações do Brasil S.A. As primeiras famílias destinaram-se ao município de Tomé-açu, iniciando seus plantios iniciais de

hortaliças e em seguida investiram no plantio da pimenta do reino, esta que foi anos mais tarde alcançou grande destaque na economia da região, obtendo o primeiro lugar nas exportações internacionais. Com a vinda de um número maior de famílias japonesas para a Amazônia consolidou-se na construção da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu, com o plantio de culturas regionais desenvolveu-se no ramo do cooperativismo. Tendo a cultura da juta e da malva atingido grande importância econômica na agricultura Amazônica.

Diante da migração desses diversos grupos, afirma-se de acordo com Benchimol (2009, p. 5), “[...] as matrizes culturais do povo amazônico foram sendo formada por justaposição, sucessão, diferenciação, miscigenação, competição, conflito, adaptação, por diferentes levas e contingentes de diversos povos, línguas, religiões e etnias.” A diversidade dos processos ocorridos no espaço amazônico no meio natural são parte da história da formação socioespacial da Amazônia paraense.

As diferentes dinâmicas sociais possibilitaram o desenvolvimento da sociedade amazônica que se desenvolveu e atualmente possui no seu interior uma complexidade de atores. “A sociedade nativa amazônica, ao receber o impacto dominante desses valores e sistemas imperiais, aculturou-se, por via de submissão, acomodação, assimilação ou conflito, sobrepondo-os ou integrando-os à própria cultura original” (BENCHIMOL, 2009, p.39).

O desenvolvimento das dinâmicas sociais na Amazônia paraense tem a participação de todos esses grupos que aportaram durante o meio natural, condicionados por um meio que prevalecia as forças da natureza, encontraram formas de se estabelecerem, e juntos diante das inúmeras contradições espaciais formaram a Amazônia paraense.

4.6. Traços das sociedades amazônicas

As sociedades amazônicas promoveram atividades comerciais, agricultura, as expedições coletoras foram a base da produção da Amazônia, nos séculos XVII e XVIII. Segundo Weinstein (1993), os colonos saíam em expedições coletando tudo que conseguiam para trocar por itens de acordo com a necessidade de sua família, traços de um modo de vida de uma família amazônica. Essas famílias viviam a partir de suas relações com a terra, extraindo da floresta sua subsistência.

Geralmente de descendência índia ou mestiça, a família cabocla típica era pobre, sem propriedades e sem identidade cultural, tendo perdido todos os vínculos com a

comunidade tribal. Vivendo por sua própria conta, a família cabocla tinha de contar como a associação entre caça, pesca e cultivo de mandioca, a qual, mesmo em condições favoráveis, ofereciam uma subsistência deficiente e comumente deixava uma sobra muito pequena para trocar por outros bens, ou para estocar como garantia para os tempos ruins. Havia, porém, vastas extensões de floresta não reclamadas onde o caboclo, como parte de uma expedição, ou por sua própria conta, pode extrair diversos tipos de material para vender aos portugueses. Com esses produtos da floresta, costumava conseguir uma sobra comercializável para trocar por ferramentas, arma de fogo, ou, quando necessário, por gêneros alimentícios adicionais. (WEINSTEIN, 1993, p. 27).

Este exemplo é um dos muitos que podem ser elencados a respeito do modo de vida das sociedades amazônicas, tinham as que estabeleciam maior relação com os rios, e estabeleciam na pesca, houve os engenhos que em determinados lugares compreendiam a principal atividade desenvolvida. Especialmente havia lugares que não eram habitadas e que passaram a ser após a fuga dos indígenas e escravos negros. Consequência do abandono dos povoados que viviam em um estado de tensão pelas cobranças de dízimos e aumento da produção, da violência, foi assim que se formaram os povoados chamados de mocambos.

Nos mocambos podiam viver em liberdade através de suas atividades de subsistência, sendo um lugar convidativo, acabaram vindo outros indivíduos como destaca Souza Junior (2006):

A esse cenário multifacetado etnicamente dos mocambos vinham se juntar soldados desertores (índios e negros forros, mestiços, e homens brancos pobres), que eram encontrados tanto em mocambos de índios, como de negros, e, muitas vezes, em mocambos onde estavam todos reunidos. Todos esses segmentos sociais viviam na floresta um local possível de sobrevivência, plantando roças, realizando atividades extrativistas, assaltando canoas e vilas, tecendo, entre si e com os moradores das povoações, uma rede de relações comerciais clandestina, marcada por cumplicidades e conflitos (SOUZA JUNIOR, 2006, p.184).

Os mocambos eram esse lugar de resistência, onde se podia sobreviver em uma rede clandestina de relações comerciais, que seguiam seu curso em favor daqueles que precisavam não ser encontrados. Dentre os que não fugiam e eram cobrados por suas dívidas, tinham os que organizavam rebeliões, em alguns casos os rebeldes eram deslocados como degredados para lugares que precisavam ser ocupados.

Bates (1979), nos mostra como os papéis de cada um nessa nova sociedade que se formava eram importantes, apresenta detalhes quanto as diferentes classes sociais que se distribuía nas mais diversas atividades, e nesse movimento a Amazônia paraense se desenvolvia. Na visão de Bates(1979),

os brasileiros das classes mais elevadas não gostam de se dedicar ao comércio varejista, e quando não podem ser atacadistas preferem ocupar-se com a agricultura, por pequenas que sejam as suas propriedades e os seus lucros. Os negros compunham a classe dos trabalhadores do campo e dos carregadores; os índios eram geralmente aguadeiros, além de formarem a tripulação das inúmeras canoas de todos os tipos e tamanhos que faziam o transporte entre a cidade e o interior. Os brasileiros dotados de alguma instrução, dos quais nem todos pertencem a raça caucásia pura - pois durante muitos anos a imigração portuguesa se restringiu exclusivamente as pessoas do sexo masculino - são cortesões, vivos e inteligentes (BATES, 1979, p. 25).

A descrição de Bates (1979, p.25) indica de maneira bem definida, pelo menos nesse momento, há a existência de uma classe mais elevada, que se dedica a agricultura e que possui pequenas propriedades de terra; uma classe de trabalhadores do campo e dos carregadores, composta por negros; uma de indígenas, que eram aguardeiros e cuidavam do abastecimento de água; além disso, eram a tripulação das canoas e eram responsáveis pelo transporte; um outro grupo era o de portugueses que trabalhavam com o comércio, atacado e varejo; uma característica marcante é que grande parte da mão-de-obra era de pessoas de cor como diz Bates (1979), mulatos, mamelucos, negros livres e índios.

Tais trajetórias se encaminham para o século XIX, marcado por acontecimentos políticos transformadores como a independência do Brasil, seguido da adesão do Pará a independência, o movimento da cabanagem e a consolidação do ciclo da borracha, esses eventos transformam a dinâmica social, reestruturam a Amazônia paraense. A independência do Brasil em 1822, entretanto, só é aderida pelo Grão-Pará em 15 de agosto de 1823, devido ao fato de o Grão-Pará ter uma relação bem mais intensa com Portugal do que com as demais províncias do Brasil. Weinstein (1993, p. 58) explica que:

[...] parecia afinal que o setor agrário assume a posição predominante na economia amazônica. A decadência do comércio do cacau na década de 1820 deixou setor extrativo sem um produto de importância para a exportação, e todo pequeno capital disponível na região voltou-se cada vez mais para as culturas de açúcar, arroz e algodão, para as fazendas de gado e para outros empreendimentos rurais. A maioria deles concentrava-se nos arredores de Belém, de onde expulsavam os fazendeiros caboclos mais pobres; [...] Quanto a mão de obra, a maior parte dos fazendeiros dependia dos escravos africanos ou do trabalho forçado dos índios.

A situação narrada por Weinstein (1993) ajuda a explicar traços referentes a dinâmica social e econômica desse período, logo após a independência do Brasil, nela é apresentado os fundamentos da insatisfação que desencadeia a Revolta Cabana. No início do século XIX vê-se formar uma classe de comerciantes, pequenos e médios proprietários que se tornavam influentes na região, por outro lado, outro grupo politicamente insatisfeito levantava-se fazendo

frente a eles, a fim de garantir igualdade de direitos. Após a independência do Brasil as insatisfações aumentam.

Movimentos de revolta e contestação foram recorrentes em outros pontos do Brasil, por exemplo, a revolta Pinto Madeira no Ceará, Cabanada em Pernambuco e Alagoas, e outras em Salvador - Bahia, e em Minas Gerais. Na província do Grão-Pará entrou em conflito, uma tensão já existente desde o período dos diretórios, entre caboclos e brancos. A cabanagem foi um violento movimento de revolta ocorrido no Grão - Pará, Bates (1979) conta alguns fragmentos desse ocorrido.

Os tumultos começaram com o assassinato do presidente e dos principais membros do governo; a luta foi sangrenta, e o partido nacional, em hora de má inspiração, resolveu chamar em seu auxílio os elementos fanáticos ignorantes que compõem a parte mestiça e indígena da população. O grito de “Morte aos portugueses!” logo se transformou em “Morte aos maçons”, na época uma poderosa e bem organizada sociedade, que inclui a maioria dos homens brancos da província. O vitorioso partido local conseguiu estabelecer um governo próprio. Depois de manter esse estado de coisas durante seis meses, o partido concordou em aceitar o novo presidente, enviado do Rio de Janeiro: este, entretanto, se tornou irritá-los ao mandar prender o seu principal líder, o nome de vinagre. (1979. p. 24).

Os cabanos eram negros, índios e caboclos descontentes com a situação econômica, política e social da Amazônia, que viviam as margens dos rios ou nas matas em cabanas, tornou-se uma revolta violenta quando houve a tomada do poder a força, pelo ano de 1835 e 1836. As consequências desse movimento foram desde uma “desintegração na vida econômica e social de toda a Amazônia de 1835 a 1839”, como afirma Weinstein (1993, p. 58). Dentre as implicações sociais resultantes tem-se uma perda de controle social e político, isso desencadeou a formação de uma população rural semiautônoma, que vem nesse processo desde o século XVIII.

Os negros escravizados fugiam das fazendas agrícolas em direção aos quilombos, os índios que eram semi-escravizados também abandonavam as áreas de agricultura e tornavam-se agricultores autônomos de sua subsistência. “Assim, uma importante consequência da revolta da Cabanagem foi a expansão de uma população cabocla que havia rompido a maior parte dos seus vínculos ou obrigações para com a elite branca” (WEINSTEIN, 1993, p. 59).

Weinstein (1993) descreve que após a revolta cabana um maior número de negros escravos e índios semi-escravizados abandonaram as atividades desenvolvidas e saíram em fuga para outras regiões do interior. Viver nos quilombos lhes dava a autonomia novamente,

conseguir a liberdade de não ser escravizado, poder trabalhar para sua subsistência era a maneira encontrada por eles, em lugar bem distante das vilas e das áreas habitadas.

Esse movimento desequilibra economicamente ainda mais a Amazônia paraense que vinha apresentando uma fase de decadência como afirma Santos (1980), desde 1800, e segundo ele este quadro só será alterado com a economia da borracha. A dinâmica populacional apresentava uma queda no número de habitantes no Pará, como Santos (1980) nos apresenta na tabela 2.

Tabela 2- População do Pará e da Amazônia brasileira, anos escolhidos, 1840-1910.

Ano	Pará	Amazônia brasileira	Ano	Pará	Amazônia brasileira
1840	109.960	129.530	1882	274.883	389.997
1850	165.934	200.391	1890	328.455	476.370
1860	232.063	278.250	1900	445.356	695.112
1872	275.237	322.909	1910	783.845	1.217.024

Fonte: Santos, (1993, p.111).

A partir de 1850 para a Amazônia se inicia o “período da borracha” temos um aumento gradativo da população, no Pará e na Amazônia, como pôde ser observado na tabela 2, os fluxos migratórios foram um fator de destaque para esse crescimento, onde vários grupos vinham para a Amazônia para se tornarem “soldados da borracha”, como já apresentado. O processo de incorporação dessa mão-de-obra vinda principalmente do Nordeste em função das secas, fez com que esses grupos de trabalhadores crescesse, se tornando um exército de pessoas que se lançavam na floresta sem o mínimo de condições, contraindo inúmeras dividas em um sistema extremamente exploratório de trabalho nos seringais.

Uma luta foi travada contra o extrativismo de 1854 até 1864, tendo em vista que se buscava investir na agricultura, por isso escondia-se a prática da extração da borracha. Os anos dourados da Amazônia se deram entre 1880 até 1910, com grande impacto demográfico e econômico a população quase duplicou de 1850 a 1872 (WEINSTEIN, 1993).

Assim, prevaleceu o período da borracha, fazendo Belém alcançar seu auge econômico de 1890- 1900, durante todas essas décadas a atividade desenvolvida com maior atenção foi a extração da borracha, a borracha da Amazônia tornou-se uma matéria prima desejada pelo

mundo todo, onde sua comercialização em natura alcançou altos níveis de exportação. Weinstein (1993, p. 51) “[...] Culpavam a economia coletora “primitiva” pela instabilidade econômica, pelo atraso tecnológico e pela escassez e ignorância da população da Amazônia – bem como por todos os demais males que lhes viessem à cabeça [...]”.

Este pode ser um dos principais argumentos que demonstram como a prática do extrativismo gerava dúvida quanto ao futuro, e como poderiam ao exercê-la estar negando o futuro, uma vez que a coleta dos produtos era uma atividade esgotável, um sistema que parecia danoso a formação de centros urbanos no interior e a agricultura, atividade que se almejava ter êxito.

A promulgação das leis de terra em 1850 garante que era preciso registrar seus plantios e assim provar sua posse, para poder garantir suas terras. E a base econômica da classe alta tradicional era a terra, ficando para a comunidade dos estrangeiros maior parte das atividades comerciais. Por volta do final do século XIX, o Pará sofreu um rápido crescimento comercial, o crescimento comercial de Belém tornou-se um atrativo as firmas. Produtos como a castanha do Pará e o couro também ganharam destaque nas décadas de 1860 e 1870. (WEINSTEN, 1993).

O desenvolvimento comercial ao qual Belém passou, a partir do processo narrado desde o início do período da borracha, passando pelo crescimento populacional e chegada de investidores estrangeiros em 1860, constrói-se outra atmosfera na cidade, porém isso não ocorre de maneira homogênea em toda a Amazônia paraense. A abertura da navegação no rio Amazonas e da navegação a vapor tornam-se eventos que modificam a dinâmica social, entretanto estes foram gestados através de um processo longo, onde as relações comerciais que se realizavam exerciam pressão ao governo que cede a toda pressão internacional, que permite a navegação do rio Amazonas.

A presença do banco Mauá que se estabelece e mais tarde se tornando o banco do Brasil, em 1878 constrói-se o teatro da paz, símbolo do requinte vivido pela elite naquela época são parte de um cenário de luxo que se constrói em Belém, alimentado pela elite local.

Ao se encerrar o ciclo da borracha, este que teve duas fases, indo de 1879 a 1912, e 1942 a 1945, investimentos não foram suficientes para garantir a concorrência com a borracha da Malásia, e assim a Amazônia, que possuía uma massa populacional migrante incorporada a sociedade chega a um novo período, onde planos de desenvolvimento passam a ser propostos, objetivando maiores investimentos na região. Com base na infraestrutura existente, deixada pelos anos de glória do ciclo da borracha, o que se propôs foi oferecer a Amazônia um conjunto

de subsídios que a tornassem atrativa ao capital estrangeiro, que a havia deixado, devido suas fases de decadência.

As políticas e planos de desenvolvimento se dão fundamentadas pelos processos ocorridos até este período, que possibilitam a dinâmica social existente e ao meio natural se transformar, continuar em metamorfose, a criação da SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia em 1953, a abertura da estrada Belém-Brasília em 1958. A abertura das estradas inicia um processo de instalação das populações as margens destas, projetos minerais e agropecuários ganham esses espaços, compondo este novo período da Amazônia paraense. Este movimento de investimentos na Amazônia conhecido como “Operação Amazônia”, pode ser lido como a construção do meio técnico.

Dessa forma, as dinâmicas sociais que integram o meio natural na Amazônia paraense tem em seu cerne a participação direta dos diversos grupos indígenas que habitavam o Pará, os grupos imigrantes que vieram incentivados de diversos estados como especificamente do nordeste brasileiro, e ainda os imigrantes vindos de outros países que aportaram em busca de construir seus lares nesta nação, e que contribuíram para a formação da sociedade amazônica.

As ações instituídas através do projeto colonizador seguidas das reformas pombalinas direcionaram a metamorfose social pela qual a sociedade amazônica passou, até tornar-se, após três séculos e meio este rico e heterogêneo espaço da diversidade, onde estão uma população mestiça como fala Benchimol (2009), onde há o mulato, mameluco, crioulo, cafuzo, curiboca, cabra, caboclo, em uma infinita variedade de etnias, fixadas na Amazônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese discutida nesta pesquisa propõe a existência do meio natural na Amazônia paraense caracterizando-a durante três séculos e meio, indo de 1616 a 1966, tendo a terra como principal meio de produção, o trabalho se dava a partir do criar, cultivar, extrair, produzir, o extrativismo e a agricultura que conduziam os modos de vida. A metodologia proposta buscou realizar uma leitura espacial dos processos referentes a formação deste meio natural, a partir do contato imposto pela colonização portuguesa na Amazônia paraense, fato que desenhou caminhos, direcionando a formação do meio natural.

Todo o conjunto de ações inseridas no espaço, os eventos metamorfosearam material e imaterialmente a paisagem a configuração espacial e a dinâmica social. Buscou-se singularizar esta pesquisa, a partir da escolha das variáveis para assim caracteriza-las, de maneira que os processos pudessem ser evidenciados, pois estes que transformam e formam as singularidades espaciais na paisagem, configuração espacial e dinâmica social.

A intenção foi de contribuir dando continuidade ao que foi proposto por Santos (2008), e Nahum (2019) em um voltar-se para a Amazônia, operacionalizando metodologicamente uma leitura geográfica do que se propôs ser o meio natural. Apresentando uma leitura metodologicamente geográfica da formação da Amazônia paraense, ao periodizar o meio natural mostrando o movimento espacial que estruturou sua formação, propondo uma caracterização das variáveis escolhidas, a paisagem, a configuração espacial e da dinâmica social.

A construção de uma análise sobre a Amazônia paraense enquanto um meio natural realizou-se como um desafio a ser superado, diante das diversas interpretações encontradas no campo teórico de interpretações sobre a Amazônia, que durante estes três séculos e meio teve seus limites, dimensões, e sentidos modificados. Cada um dos autores que contribuíram através de suas análises para esta periodização e que foram referenciados possuíam ideias de Amazônia diferentes. Contudo, suas análises possibilitaram uma leitura do espaço geográfico, sendo fundamentais nesta construção.

A caracterização da paisagem apresentou o antes do contato e depois do contato com os europeus e se estabeleceu destacando alguns pontos centrais dessa transformação, foram priorizadas as formas espaciais, enquanto objetos criados dentro de um projeto colonizador, a inserção dos engenhos, fortes, igrejas e conventos, estes três elementos inseridos na paisagem, envoltos a natureza e as relações sociais que se transformavam aos poucos, oferecendo os primeiros alicerces artificiais, como as áreas de fazendas, áreas de agricultura, criação de

animais etc., que mais tarde com uma arquitetura e um plano paisagístico se tornam traços do urbano.

Além disso, o processo de desapropriação da terra que se inicia desde o início da colonização e se estabelece de maneira mais forte durante as sesmarias, capitânicas privadas e todo o conjunto de ações que desprendem os indígenas da terra, colocando-os no papel de escravos, alteram a paisagem, configuração espacial e a dinâmica social, pois garantem novas relações espaciais.

A respeito das configurações espaciais especificamente caracterizou-se três principais momentos, em que as singularidades melhor podiam ser identificadas, apresenta-se assim uma 1º configuração espacial indígena, em um meio natural tribal, caracterizada pela habitação das áreas de várzea mostrando-se como concentração, enquanto que a habitação da terra firme mostrava-se como dispersão. Em sua 2º configuração espacial colonial, há a imposição de um padrão, que faz parte do projeto colonizador, onde se constroem as missões, que com o passar das transformações se tornam aldeias, estas mais tarde se tornam povoados, seguindo localizações estratégicas escolhidas a fim de assegurar o domínio da região.

A 3º configuração espacial denominada de estatal apresenta-se em um momento diferente, onde o estado do Grão-Pará sobre o comando de Pombal institui outro modelo de configuração, neste vigoram as capitânicas privadas, a instituição das vilas e das povoações, que se desenvolvem transformando-se em cidades e municípios. Estas possuindo maior autonomia nas gestões. As metamorfoses ocorridas nas configurações espaciais são realizadas tendo como fundamento ações externas, que cumpriam intencionalidades a fim de transformar a Amazônia em uma colônia de exploração comercial, e assim aconteceu.

O conjunto de intencionalidades inseridas na Amazônia constrói-se um meio natural onde se desenvolve os processos de expropriação da terra, monopólio da terra e monopólio da força de trabalho, questões que segundo o projeto colonizador inicial tornaria a colônia mais rentável, mas a que preço esses processos trariam vantagens, ou a quantidade de desvantagens não foram analisadas o suficiente nesta equação.

Os processos foram apresentados durante os capítulos com base em eventos que mais se destacaram na formação desses momentos, onde cada um destes possibilitou a formação do próximo, oferecendo as condições necessárias a estruturação do seguinte, neste movimento dinâmico inerente ao espaço. As metamorfoses espaciais possuem profunda importância na formação da configuração espacial atual da Amazônia paraense, o movimento de cada elemento espacial a seu tempo torna-se fundante, das novas dinâmicas sociais. Cada um dos eventos

imprime na configuração espacial da Amazônia paraense, marcas decisórias quanto a dinâmica social do meio.

As dinâmicas sociais que integram o meio natural na Amazônia paraense tem em seu cerne a participação direta dos diversos grupos indígenas que habitavam o Vale Amazônico, os grupos imigrantes que vieram incentivados de diversos estados como especificamente a vasta população que veio do nordeste brasileiro, e ainda os imigrantes vindos de outros países aportando no Grão-Pará em busca de construir seus lares nesta nação, em melhores condições de vida e que contribuiriam para a formação da sociedade amazônica.

As ações instituídas através do projeto colonizador seguidas das reformas pombalinas direcionaram a metamorfose social pela qual a sociedade amazônica passou, até tornar-se, após três séculos e meio este rico e heterogêneo espaço da diversidade. Mesmo diante das incontestáveis perdas culturais e étnicas as quais passaram as populações nativas, alguns traços desta relação com a natureza não foram perdidos. Esta vasta heterogeneidade amazônica, contempla uma população mestiça como fala Benchimol (2009), onde há o mulato, mameluco, crioulo, cafuzo, curiboca, cabra, caboclo, em uma infinita variedade de etnias, presentes na Amazônia.

No primeiro século de formação e estruturação do sistema colonial, a apropriação do território foi o principal objetivo a ser desenvolvido. A tomada das margens dos rios e a chegada do migrante garantem ao meio natural a formação de um povo miscigenado e originário da região. Devido a necessidade de povoamento da região, conceder terras aos imigrantes foi uma política efetivada que se reverbera no espaço, que passa a ser cada vez mais envolto em relações complexas.

A presença da agricultura impulsiona a expansão do povoamento no território, e torna-se importante observar como o sistema fluvial influenciou no processo de transporte e circulação da produção, fato que precisa ser destacado quando se trata do meio natural, visto que neste momento o grau de tecnicidade é baixo, além da influência do espaço na construção de modos de vida, a paisagem se integra as formas de vida e as técnicas para garantirem a reprodução do sistema de trabalho constituído na colônia de exploração.

A divisão de terras em sesmarias estabelece uma divisão que fundamentará novos povoamentos, que seguirão em direção a agricultura, usando a terra como meio para produção de alimentos, saindo da lógica da subsistência, entrando na lógica de mercado. Sobre o processo de apropriação da terra na Amazônia, antes do contato a terra era usada sem ter um proprietário, tal ação se desenvolve cada vez mais com a introdução dos imigrantes. Tais transformações

trazem novos elementos a este espaço, elementos materiais e imateriais, atrelando-se aos novos modos de vida, condicionados pelo meio natural, que se espacializam em uma configuração espacial em constante transformação.

Diante testes processos constata-se que o meio natural na Amazônia paraense foi conduzido por um projeto colonizador, o uso da coleta e extração dos produtos da floresta, a forma como se preservou os recursos e alguns aspectos dos modos de vida, mesmo diante do etnocêntrico extermínio das populações nativas a natureza se manteve como força motriz que conduziu o trabalho até 1966. Dentre as inúmeras culturas cultivadas, o papel importante dos engenhos, das drogas do sertão, da pimenta do reino e da borracha, garantiram o desenvolvimento comercial, colocando a Amazônia em altos níveis de produção e exportação. Porém, estes fatos não foram suficientes para a transformação do meio natural para o meio técnico.

Só se evidencia de maneira mais integrada a presença dos sistemas técnicos, podemos mais precisamente afirmar que a instalação da navegação a vapor e da rede de estradas pode ser um dos primeiros elos de ligação com o meio técnico, um sistema técnico que de fato condiciona a vida de forma mais generalizante. Até então, o uso dos transportes fluviais seguindo os cursos dos rios e o tempo natural é que impõe suas forças. Os objetos técnicos isolados não compreendiam a presença do meio técnico. Neste momento se estabelecem elementos para o início de uma transição entre o meio natural e o técnico, para a Amazônia paraense.

A criação da companhia geral de comercio do Grão-Pará e Maranhão a chegada de colonos, e a inserção do escravo negro acarretam transformações na dinâmica do trabalho, bem como a implantação das vilas, capitânicas privadas e diretórios constrói-se a estrutura agrária, dividindo-se entre posse e uso da terra, cultura de exportação e cultura para o consumo interno.

Nos séculos XVII e XVIII que as expedições realizadas para coleta formaram a base da produção da Amazônia, mesmo com a presença da agricultura, que se desenvolvia em segundo plano, a economia extrativista foi um dos fatores responsáveis pela permanência do meio natural, a preservação das condições naturais, sustentam a existência do meio natural, que não tinha até este período condições de romper com o meio natural.

Um novo modo de vida no Vale Amazônico foi formado nos dois primeiros séculos do período colonial, o modo de vida das tribos indígenas foi comprometido no sentido de que, a partir da presença dos europeus o trabalho e a natureza ganham outros sentidos, transformando as relações existentes entre os homens e o meio.

A maneira como o projeto de colonização se dá na Amazônia se difere do resto do território brasileiro, um contato mais tardio se dá em forma de estratégia de defesa, diante das ameaças constantes a que sofria a região. Como já foi dito, a vocação da região dada pelo extrativismo assegurou uma configuração espacial e um sistema econômico que preservou e ao mesmo tempo explorou o meio natural, e o manteve como uma realidade por mais tempo do que nas demais regiões.

Tendo em vista que a abertura dos portos a navegação no rio Amazonas, a criação da companhia de comércio e navegação e a introdução da navegação a vapor podem não ter ocasionado a plotagem de um objeto espacial no território areal, mas o impacto de suas realizações e intencionalidades, que advém de ordens políticas reverberam na configuração espacial e na dinâmica social. São elementos estruturantes que marcam o princípio da introdução da ordem técnica, que só mais tarde terá grandeza e força para ser um sistema técnico e assim, reconfigurar o meio natural.

Neste contexto a vida não é dependente dessa técnica, ou desses sistemas técnicos para se desenvolver, ela não está enraizada ainda aos modos de vida, pelo contrário, a navegação a vapor dá seus primeiros passos e seu uso assegura o sistema comercial, produtivo, paralelo a isso, a navegação a remo continua e predomina por mais um século, visto que os sistemas técnicos só passam a incorporar aos modos de vida de fato a partir de 1966.

A paisagem das áreas de coleta da borracha eram florestas com inúmeras culturas, uma produção espalhada que garantia uma paisagem de floresta com áreas arborizadas, na Amazônia isso dificulta a coleta e ao mesmo tempo prevalece o respeito as formas da natureza, são esses traços que vão garantir a Amazônia esse nível de preservação do meio natural, suas formas e técnicas usadas na coleta que traduzem o modo de vida das populações nativas. Durante todo o período de boom da borracha quase nada foi pensado em função da tecnificação da extração da seringa, o que desenhou-se na Belle-Époque (1870-1912) transformou a paisagem com os primeiros passos de uma introdução de objetos técnicos em pontos específicos, como a energia elétrica, a telefonia e os transportes em Belém.

Este período de transição do meio natural para o meio técnico deve ser considerado de acordo com a sucessão e coexistência dos processos, a exemplo pode-se falar que a abertura das estradas inicia um processo de instalação das populações as margens destas, projetos minerais e agropecuários ganham espaços, compondo este novo período da Amazônia paraense. Este movimento de investimentos na Amazônia, onde são criados através da SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia em 1953, um conjunto de

políticas de desenvolvimento, também conhecido como “Operação Amazônia”, este evento pode ser lido como a construção do meio técnico.

Entretanto, os elementos do meio natural ainda encontram-se no espaço, estes que fundamentam a dinâmica existente entre os objetos espaciais, os elementos que foram condicionados por eles ainda no século XVII e XVIII, são não só visíveis na paisagem como a presença das igrejas, dos conventos que funcionaram como escolas primárias, hospitais, dos vestígios dos engenhos e da presença dos fortes nas cidades. Estas formas imprimiam ao espaço um sentido integrador, parcialmente ainda presente no meio técnico - científico - informacional, as igrejas preservam suas arquiteturas que condicionavam uma presença sagrada no lugar, quase sempre no centro de uma praça, tendo as casas e prédios públicos ao redor.

Pode ser visto também na configuração espacial, representada nas vilas, que foram formadas ainda enquanto missões, transformaram-se em vilas instituídas por Pombal e que hoje são cidades, ou municípios, como o caso de Gurupá, uma das primeiras missões e vilas instituídas, citada por Bates (1979) como Iça, que seria ainda seu nome indígena. Estas preservam não só aspectos da paisagem, mas a distribuição do conjuntos arquitetônico que constitui a configuração espacial de cada uma destas cidades, alocando transformações em seu interior.

A presença do meio natural ainda pode ser evidenciado nas dinâmicas sociais, os fluxos migratórios e a expansão das atividades agrícolas como no caso do município de Tomé-açu, que foi desmembrado de Acará, que recebeu os imigrantes japoneses por volta de 1928 para desenvolverem o trabalho com a terra tornando-se referência no Brasil e no mundo com a produção da pimenta do reino. Em específico os imigrantes japoneses se reinventam mais tarde com o cultivo de culturas regionais associadas, esta dinâmica social que surge no meio natural ainda se faz presente no contexto atual. Tantas outras cidades que se formaram a partir das correntes migratórias no Pará, e nas margens de rios e rodovias, associadas as dinâmicas sociais impulsionadas no meio natural.

A sucessão do meio natural ao meio técnico nos revela que a presença do meio natural não se desfaz, pois é nela que são agregadas as condições e a viabilidade necessária para a formação das condições do meio técnico, a coexistência de alguns desses processos é uma realidade na Amazônia paraense atual, do meio técnico - científico - informacional.

O processo de povoamento ocorrido na Amazônia paraense, todas as políticas de incentivo aos fluxos migratórios são fundamentais para o desenvolvimento econômico, contudo, é ele que vai promover a segregação territorial, a expropriação da terra, e conduzir

grande parte da sociedade cabocla a negação do direito à terra. Uma questão muito cara que se impõe durante o meio natural é que nestes três séculos e meio apenas é ratificado.

A segregação social dos povos da floresta, que sem direito a terra, e com o dever de trabalhar em prol de melhores condições de vida para outras classe, se afugenta nos mocambos, nos quilombos, e passa a viver separados das áreas urbanas. Esta dinâmica de interiorização dessa população ainda é um traço do meio natural, neste mesmo movimento, o meio natural propõe a utilização do chamado “vazio demográfico” para planos e políticas públicas primeiro pela SPVEA e depois pela SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia.

Contudo, o período de vigência do meio natural para a Amazônia se difere dos demais estados e províncias construídas no Brasil, enquanto na Amazônia paraense emergiam os sistemas técnicos que iriam condicionar o meio técnico em 1966 as metamorfoses espaciais ocorriam moldando o espaço e o meio em diferentes tempos no restante do território brasileiro. Tais argumentos garantem a existência do meio natural na Amazônia paraense.

A partir de então abre-se espaço para a inserção de algumas proposições, que podem contribuir para futuras análises, considerando os limites encontrados nesta pesquisa, enquanto uma contribuição epistemológica para a geografia, principalmente quando se trata das discussões a respeito da geografia paraense e da Amazônia.

Ao desenvolver uma abordagem metodológica que tem como eixo central a geografia, abrindo espaço para novas leituras, podendo incitar a reprodução desta metodologia, em novos tempos e espaços. Possibilitando até mesmo uma periodização que possa levantar outras variáveis, em outro período, servindo esta como referência de abordagem metodológica geográfica, assim propondo novas análises geográfica do meio natural.

Esta pesquisa se encaixa em lacunas encontradas no campo de estudos geográficos, a fim de contribuir para a análise da paisagem da configuração espacial e da dinâmica social do meio natural, e que os limites desta pesquisa possam propor novos debates para trabalhos futuros. As análises espaciais levantadas em cada capítulo estão longe de terem se esgotado, haja vista a complexidade e importância na formação do meio natural.

A mudança de escala a que se destina a investigação, que por se tratar de um período de formação o Grão-Pará e Maranhão se transforma em Maranhão, em seguida a província do Pará, essa transformação na configuração espacial se estabelece de maneira complexa e dinâmica para a análise. Esta é uma questão que acarreta esforço de interpretação as análises e referências levantadas, necessitando de maior atenção, podendo ser melhor trabalhado.

Outro destaque necessário é quanto a tratar dos processos imateriais, que conduzem ideologias, simbolismos, perpassam pelas questões culturais e fenomenológicas, podendo ser um elo interessante quando se busca alcançar as transformações nas dinâmicas sociais, um maior aprofundamento pode ser desenvolvido, uma vez que a configuração espacial é expressa como um conjunto de objetos naturais e culturais de uma área. Questões como essas podem fundamentar novas análises agregando a investigações sobre a Amazônia e sua formação.

E por fim, as tensões, como elemento de análise que pode ser tratado neste contexto, as tensões são muito presentes em toda a história de formação da Amazônia paraense, o meio natural como sendo um meio de conflitos torna-se um elemento propício a ser melhor estudado, pois as tensões que se estabelecem em alguns casos tornam-se conflitos, porém as tensão são permanentes, sendo esta mais uma possibilidade de análise.

REFERÊNCIAS

- ARENZ, Karl Heinz. **Anticabocismo**. Revista de Estudos de Cultura, v. 3, p. 27-38, 2015.
- AZEVEDO, João Lúcio de. **Os Jesuítas no Grão-Pará: suas missões e colonização**. Lisboa, Tavares Cardoso & Irmão, 1901.
- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro, 1782-1850. **Ensaio corográfico sobre a província do Pará**. / Antônio Ladislau Monteiro Baena - Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.
- BARATA, Manoel. **Formação histórica do Pará: obras reunidas**. (Coleção Amazônica. Série José Veríssimo). Belém: UFPA, 1973.
- BATES, Henry Walter. **Um naturalista no rio Amazonas** / Henry Walter Bates; tradução Regina Régis Junqueira; apresentação Mario Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.
- BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: Formação social e cultural**. Manaus: Editora Valer, 2009.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. **Plantações, sesmarias e vilas. Uma reflexão sobre a ocupação da Amazônia seiscentista**, *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, École des hautes études en sciences sociales, Débats, mis en ligne le 14 mai 2006. Acessado em 17 abril 2020. URL:<http://journals.openedition.org/nuevomundo/2260>; DOI :[10.4000/nuevomundo.2260](https://doi.org/10.4000/nuevomundo.2260).
- CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)**. – Belém: Editora Açáí/ Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (UFPA)/Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. **Terras e poder na Amazônia colonial (séculos XVII-XVIII)**. Congresso Internacional Pequena Nobreza nos Impérios Ibéricos de Antigo Regime | Lisboa 18 a 21 de Maio de 2011.
- CIGOLINI, Adilar Antônio. **Ocupação do território e a criação de municípios no período imperial brasileiro**. Mercator, Fortaleza, v. 14, n. 1, p.7-19, jan./abr. 2015. ISSN 1984-2201 © 2002. DOI: 10.4215/RM2015.1401.0001.

COELHO, Mauro Cesar. **Do sertão para o mar um estudo sobre a experiência portuguesa na América a partir da colônia o caso do diretório dos índios 1750 a 1798**. Universidade de São Paulo. São Paulo. Tese de doutorado, 2005.

COSTA, Francisco de Assis. **Formação rural extrativista na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720 - 1970)** / Francisco de Assis Costa – Belém: NAEA, 2012. 154 p.: il. ; 23 cm. - (Coleção Economia Política da Amazônia. Série III - Formação histórica; v. 1).

CRUZ, Ernesto. **História do Pará**. 2ª Edição. Belém: GRAFISA, 1973. 854 p.

DEMANGEON, Albert. **Uma definição da Geografia Humana**. Trad. Jaci Fonseca. In: CRISTOFOLETTI, A. *Perspectivas da Geografia*. Difel: São Paulo, 1982.

FAUSTO, Carlos. **Os índios antes do Brasil**. 4ª Edição. Jorge Zahar Editor. 2010.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem filosófica pelas capitanias do Grão Pará, rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, 1783-1792**. V.2. 1800.

FIDANZA, Felipe Augusto. **Vendedora em Belém do Pará**. 1869. LEIBNIZ-INSTITUT FUER LAENDERKUNDE, LEIPZIG. Acessado em 26 de junho de 2021. <[Vendedora em Belém do Pará \(bn.br\)](#)>

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1959.

GADELHA, Regina Maria A. Fonseca. **Conquista e ocupação da Amazônia: fronteira norte do Brasil**. Revista eletrônica do Instituto de Estudos Avançados. Vol 16, Nr 45. Maio e agosto de 2002. Disponível em: www.scielo.br, acesso em 15 de março de 2017.

GERALDINO, Carlos Francisco Gerencsez. **O conceito de meio na geografia**. Carlos Francisco Gerencsez Geraldino. 2010. Dissertação. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Orientador, Martins Elvio Rodrigues - São Paulo - 2010.

GHEERBRANT. A. **El Amazonas, un gigante herido**. Aguilar Universal/Aventuras, Madrid, 1989.

GODIM, Neide. **A invenção da Amazônia** / Neide Gondim. – São Paulo: Marco Zero, 1994.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira, « **A Geografia Histórica e as formas de apreensão do tempo** », *Terra Brasilis (Nova Série)* [Online], 2 | 2013, posto online no dia 21 junho 2013, consultado o 27 setembro 2018. URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/767> ; DOI : 10.4000/terrabrasilis.767.

LOPES, Paulo Roberto do Canto. **Aldeias, Missões Religiosas e Diretório: intercâmbios políticos, econômicos, culturais e ambientais**. In. NEVES, Fernando Arthur de Freitas, org. *Faces da história da Amazônia / Organização de Fernando Arthur de Freitas e Maria Roseane Pinto Lima*. – Belém: Paka-Tatu, 2006.

MARQUES. Fernando Luiz Tavares. **Modelo da Agroindústria Canavieira Colonial no Estuário Amazônico: Estudo Arqueológico de Engenhos dos Séculos XVIII e XIX**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Curso de Pós-Graduação Doutorado em História. 2004.

MARQUES. Fernando Luiz Tavares; BARROSO, Mary Rodrigues. **Arqueoturismo no Estuário Amazônico: Valorização Histórico-Cultural de Sítios de Engenhos Coloniais**. Museu paraense Emílio Goeldi – Universidade Federal do Pará.

MEGGERS, Betty J.. **Amazônia: A ilusão de um paraíso** / Betty J. Meggers; tradução de Maria Yedda Linhares; apresentação de Darcy Ribeiro. – Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

MELLO, Marcia Eliane Alves de Souza e. **O Regimento das Missões: poder e negociação na Amazônia portuguesa**. *Clio*, Recife, n. 27/1, p. 46-75, 2009.

MIRANDA, Elis. **Urbanização da Amazônia: O Projeto Pombalino e as Pequenas Cidades Ribeirinhas**. In: **Pequenas e Médias Cidades na Amazônia** / Saint-Clair Cordeiro da Trindade Jr., Guilherme Carvalho, Aldebaran Moura, João Gomes Neto, organizadores – Belém: Federação de Órgãos para a Assistência social e Educacional / FASE; Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/ UFPA; Observatório Comova, 2009.

MOURA, Ignácio. **Anuario de Belém: Em comemoração do seu tricentenário 1616 – 1916. Histórico, Literário e Commercial**. E. U. do Brazil. Estado do Pará. Empresa Official, 1915.

NAHUM, João Santos. **Notas sobre a formação territorial da Amazônia paraense: do meio natural ao meio técnico.** UFPA: GDEA, 2019.

NEVES NETO, Raimundo Moreira das. **Um Patrimônio em Contendas: os bens jesuíticos e a magna questão dos dízimos no estado do Maranhão e Grão-Pará (1650 - 1750).** Raimundo Moreira das Neves Neto; orientador Rafael Chambouleyron. – 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém-2012.

PORRO, Antônio. **História indígena do alto e médio Amazonas: século XVI a XVIII.** In: CUNHA, Manoela Carneiro. *História dos índios no Brasil.* – São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

PROUS, André. **O Brasil antes dos brasileiros – A pré-história do nosso país.** André Prous. 2ª Edição Revista. Jorge Zahar Editor. 2007.

RATZEL, Friedrich. **Antropogeografia.** Trad. Fátima Murad. In: MORAES, A. (org.) RATZEL. São Paulo: Ática, 1990.

REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a integridade do Brasil / Arthur César Ferreira.** – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001. 254 p. – (Coleção Brasil 500 Anos).

_____. **A política de Portugal no vale amazônico [1940].** Belém: Secult, 1993.

_____. **Limites e demarcações na Amazônia Brasileira.** 2 vols. (Belém: Secretaria do Estado da Cultura, 1993). Volume 1: A fronteira colonial com a Guiana Francesa; Volume 2: A fronteira com as colônias espanholas.

REIS, José Carlos. **Nouvelle Histoire e Tempo Histórico:** contribuição de Febvre, Bloch e Braudel. São Paulo: Ática, 1994.

REZENDE, Tadeu Valdir Freitas de. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras.** / Tadeu Valdir Freitas de Rezende; Orientadora: Profª. Dra. Antônia Fernanda Pacca de Almeida Wright – São Paulo, 2006.

RIGHINI, Joseph Léon. **Panorama do Pará em Doze Vistas – J.L. Righini**. Turim, Itália ca.1820 – Belém – PA - 1884. Disponível em <[Centro de Memória da Amazônia \(ufpa.br\)](http://Centro de Memória da Amazônia (ufpa.br))> Acesso em 22 de abril de 2021.

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da História do Brasil**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará: sob o regime da escravidão**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Belém: UFPA, 1971. 336 p. (Coleção Amazônica. Série José Veríssimo).

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp. 2006.

_____. **Espaço e Método**. – 5.ed.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. São Paulo: Edusp. 2008.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil. Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro**. Editora Record. 2001.

SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo. T. A. Queiroz, 1980.

SILVA, Alan de Azevedo. **Formação territorial da Amazônia: notas sobre o meio geográfico natural**. 2018, 93 f. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)- Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Faculdade de Geografia e Cartografia, Belém. 2018.

SORRE, Maximilien. **Geografia** (org. MEGALE, J.). Trad. Januário Megale, Maria França e Moacyr Marques. São Paulo: Ática, 1984.

SOUZA JUNIOR, José Alves de. **Tramas do cotidiano: religião, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos. Um estudo sobre a Companhia de Jesus e a política pombalina / José Alves de Souza Junior, orientador, Fernando Torres-Londoño**. – 2009.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. **A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios.** Revista ACTA Geográfica, ANO II, nº3, jan./jun. de 2008. p.59-83. DOI: 10.5654/actageo2008.0103.0005. ISSN 1980-5772.

TOCANTINS, Leandro. **Amazônia: natureza, homem e tempo: uma planificação ecológica.** 2ª Edição – Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1982. (Coleção Retratos do Brasil; v.n. 165).
VIDAL DE LA BLACHE, Paul. **Princípios de geografia humana.** Trad. Fernando Martins. Lisboa: Cosmos, 1946.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos/** Charles Wagley: tradução de Clotilde da Silva Costa. – 3. ed. – Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850 – 1920 /** Barbara Weinstein; tradução Lólio Lourenço de Oliveira. – São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.